

SEGURANÇA PÚBLICA E GESTÃO DA ATIVIDADE POLICIAL

ORGANIZADORES

BRUNO LANGEANI

CAROLINA ANDRADE

LEONARDO SILVA

LUIS HUMBERTO CAPARROZ

TEMÍSTOCLES TELMO FERREIRA ARAÚJO



ESCRITÓRIO DE CIDADANIA
E GOVERNANÇA
CPA/M-1

Idealizado em 2016 pela comunhão de ideias entre os Oficiais do então Departamento de Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar do Barro Branco e pesquisadores do Instituto Sou da Paz, foi realizado, em maio de 2017, o Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Tributário da transparência e simetria na relação entre a Polícia e os Cidadãos, o referido seminário teve o seu foco na apresentação de *cases* e testemunhais de boas práticas na condução de políticas públicas de segurança pública.

Distanciado de casuísmos ou qualquer protagonismo seletivo, foram discutidos, diretamente com estudiosos, professores, especialistas, Oficiais da Polícia Militar e *decision makers* de diferentes países, propostas de interoperabilidade, ações interagências e, acima de tudo, a sedimentação da comunidade como partícipe de uma política pública que busca a consagração de sua legitimidade, perpassando muito além da legalidade já estabelecida.

O foco na solução de problemas e o distanciamento de debates estéreis, permitiram a formação de painéis técnicos que versaram sobre o monitoramento e a avaliação do trabalho policial, técnicas de prevenção e combate ao roubo de rua e de veículos, ferramentas de participação social no controle da criminalidade.

Desse encontro, extraiu-se, entre outros diagnósticos, a constatação de que o azimute dos novos tempos aponta para a consolidação e disseminação – dentro e fora dos quartéis – das ciências policiais de segurança e ordem pública e para manter a sua perenidade tornou-se condição *sine qua non* o alinhamento deste sólido conhecimento com a comunidade acadêmica e a sociedade civil, aliada ao compromisso inarredável, dentro de um perspectiva sistêmica, de que todos os participantes daquele Seminário serão fiadores de uma política pública voltada para a solução de problemas do nosso destinatário final: a comunidade.

Como grande ensinamento desse encontro, verifica-se que o desafio extremado de avançar na cidadania, seguramente, passa, pelo aperfeiçoamento e renovação das forças de segurança e, igualmente, pelo fortalecimento e reconhecimento dos atores sociais que compõem a tríplice hélice do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, pelo que empresas responsáveis e empreendedoras, governos e universidades se irmanarão na busca de soluções para a segurança pública.

Eduardo de Oliveira Fernandes
Coronel PM – Comandante do Caes

SEGURANÇA PÚBLICA E GESTÃO DA ATIVIDADE POLICIAL

ORGANIZADORES

BRUNO LANGEANI

CAROLINA ANDRADE

LEONARDO SILVA

LUIS HUMBERTO CAPARROZ

TEMÍSTOCLES TELMO FERREIRA ARAÚJO



Apoio:

sindsegsp
Sindicato das Empresas
de Seguros e Resseguros

Copyright @ by Escritório de Cidadania e Governança - CPA/M-1

Coordenação Editorial

Luis Humberto Caparroz, Wanderleia Farias

Revisão

Cb PM Vinicius Puiti Brasil, Sd PM Lucas Batista Taveiros

Projeto Gráfico, diagramação e capa

Rita Motta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Langeani, Bruno
Segurança pública e gestão da atividade policial /
Bruno Langeani...[et al.]. - São Paulo: Biografia, 2019.
168 p.

ISBN: 978-85-62575-70-9

1. Segurança pública 2. Serviço policial I. Título

CDD - 353.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Administração pública: Segurança pública 353.3



Rua Vergueiro, 363

Liberdade, São Paulo-SP

CEP: 01504-001

E-mail: cpam1ecg@policiamilitar.sp.gov

Nossos agradecimentos aos alunos Oficiais do Curso de Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) – Núcleo de Policiamento Inteligente e Análise Criminal pela transcrição dos áudios:

Maj PM Ênio Antônio de Almeida (coordenador)
Jacqueline Cesaria Aparecida da Silva (supervisora)
Clarice Maximiano da Silva
Fernando Cesar Vilela Teles
Gabriel de Souza Valezim
Isamara Lopes Rocha Cruz
Leonardo Lima Ferreira
Maurício Sperandio Felipe Junior
Ocelio Balanco dos Santos Junior
Paulo Sérgio Pinto da Silva
Rafaela Trombini
Roberto Ribeiro de Paula
Rodrigo Roveri
Sylvio Bonfiglioli Pelegio
Thiago Fortini Propheta
Valter Donizeti Alves Netto
Wesley Araújo de Rezende

PREFÁCIO

Parceria duradoura na melhoria da segurança

O Instituto Sou da Paz é uma organização prestes a completar 20 anos. Nasceu com a missão de contribuir para políticas públicas que ajudem a prevenir e reduzir a violência. Nesta caminhada, temos encontrado na Polícia Militar do Estado de São Paulo um parceiro estratégico e entusiasmado em realizar projetos e iniciativas que vão desde premiação de boas práticas, melhoria da abordagem policial, fortalecimento do policiamento comunitário a gestão de protestos.

Acreditamos que a promoção da Segurança Pública deve ser feita com total integração entre órgãos do governo e sociedade civil, e é sob esta ótica que esta parceria, que hoje já dura mais de 15 anos, tem se desenvolvido, sempre com confiança e respeito mútuo.

A proposta do Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial, realizado em novembro de 2017 nas dependências da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, unificou duas vontades, tanto do Sou da Paz quanto da PMESP: refletir sobre a gestão e avaliação do trabalho policial (num debate de nível estratégico) e também discutir estratégias operacionais para lidar com problemas prementes das cidades brasileiras, tais como os crimes de roubo de rua e os de roubo de veículos.

Em dois dias, o encontro reuniu mais de 500 pessoas, dentre elas acadêmicos, gestores da segurança, da sociedade civil e do setor privado. Seus debates, reunidos nesta publicação, agora poderão ser disseminados e aproveitados de forma ampla e gratuita em São Paulo e no país por agentes de segurança e outros interessados.

Ainda, fundamental para a realização do evento e desta obra, gostaríamos de agradecer a todos os apoiadores que acreditaram na importância desta parceria entre a Polícia e a sociedade civil. Primeiramente, agradecemos à Open Society Foundations, que apoia este e outros trabalhos do Instituto Sou da Paz; à Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial ao Departamento de Pós-Graduação; ao Comando de Policiamento de Área Metropolitana 1, por meio do seu Escritório de Cidadania e Governança; à Associação de Oficiais da PM pela cessão de espaço e apoio ao evento; e ao Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros (Sindseg-SP) pela viabilização desta publicação.

Acreditamos que iniciativas como esta não só cumprem o propósito de fortalecer uma parceria antiga entre a PMESP e a sociedade civil em São Paulo, mas trazem evidências muito fortes para o Brasil de que essa integração pode (e deve) acontecer para um maior avanço da nossa democracia.

Ivan Marques

Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado de reflexões iniciadas em meados do ano de 2016, quando Oficiais do Departamento de Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) e pesquisadores do Instituto Sou da Paz decidiram trabalhar na realização de um seminário internacional que pudesse reunir atores da segurança pública, além de pesquisadores e representantes de setores civis, para formularem questões comuns aos estudos realizados por essas duas instituições de ensino e pesquisa.

Assim, iniciavam-se, com contribuição de diversos de seus representantes e outros convidados, incessantes trabalhos com a finalidade de alcançar uma estrutura necessária que suportasse um seminário internacional.

Durante o planejamento para a realização do Seminário Internacional, foi realizado, nos dias 16 e 17 maio de 2017 no Departamento de Pós-Graduação da APMBB, um ciclo de debates para que se pudesse discutir as boas práticas dos órgãos policiais premiados na 7ª edição do Prêmio Polícia Cidadã, realizado pelo Instituto Sou da Paz em 2016.

Esse evento foi chamado de “II Ciclo de Debates: Disseminando Boas Práticas na Redução de Roubos”. Em 2016, o Departamento de Pós-Graduação havia realizado um primeiro evento chamado “Ciclo de Debates: Polícia e Sociedade” em três quintas-feiras, nos dias 17 e 24 de novembro e 1º de dezembro, com os temas “Polícia Comunitária”, “Conselhos Comunitários de Segurança e Políticas de Segurança Pública” e “Políticas de Prevenção às Drogas – Redução de Danos”.

Nota-se, assim, que o Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial nasceu de uma intensa sinergia, iniciada há dois anos de antecedência entre integrantes do Instituto Sou da Paz e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. É importante ressaltar que essa parceria entre as duas instituições existe há mais de uma década e, portanto, não poderia ficar à margem nesta digressão

na formulação dos eventos, pois é algo relevante diante do processo de construção de conhecimento e transformação de ações e atividades na seara da segurança pública.

Quanto ao processo de edição desta publicação, é importante ressaltar que foram primordiais os trabalhos de transcrição de áudios realizados pelos alunos Oficiais da APMBB que compõem o Núcleo de Policiamento Inteligente e Análise Criminal, da Equipe Técnica do Instituto Sou da Paz e de aporte de incentivo do Banco Santander.

Os ajustes finais foram realizados pelo Escritório de Cidadania e Governança do Comando de Policiamento Metropolitano Um (CPA/M-1), criado em abril de 2018, e que compõe uma equipe de policiais militares, formada por Oficiais e praças do CPA/M-1, lideranças comunitárias, pesquisadores e acadêmicos, responsáveis por implementar treinamento, assessoramento e capacitação de lideranças comunitárias em assuntos diversos que viabilizem a Vizinhança Solidária, além de outras ações de Prevenção Primária, Policiamento Orientado para Problema e de Policiamento Comunitário, por meio de Oficinas de Cidadania.

O Escritório de Cidadania e Governança tem por objetivo, dentre outras atribuições, identificar, fomentar e assessorar a implementação de boas práticas por meio de estudos de viabilização e de impactos que possam sedimentar melhorias nas relações comunitárias ou nas ações de policiamento preventivo, bem como alicerçar as ações de polícia, visando ampliar a **“sensação de segurança e a diminuição de indicadores criminais”**, considerando que a Segurança Pública, além de um dever do Estado, conforme previsto no Art. 144 da Constituição Federal (CF), também é responsabilidade de todos, o que pauta os objetivos aqui descritos a serem implementados de maneira conjunta entre o CPA/M-1 [Comando de Policiamento de Área/Metropolitano Região Um] e a sociedade organizada inerente a essa área.

Dessa forma, ao promover a publicação dos anais do Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial em conjunto com o Instituto Sou da Paz, o Escritório de Cidadania e Governança faz jus aos seus objetivos e dá razão a sua criação, no sentido de viabilizar estudos que possam comungar com a sociedade em uma segurança pública mais eficaz, efetiva e eficiente.

Luis Humberto Caparroz

*Major da PM
Escritório de Cidadania e Governança*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Homenagens	13
PAINEL: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO POLICIAL	
Anton Maslov	15
Cel PM José Vicente da Silva Filho	20
PAINEL: TÉCNICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ROUBO DE RUA	
Georgia Ribeiro Rocha	23
Cel PM Celso Luiz Pinheiro	27
Cel PM Glauco Silva de Carvalho	29
PAINEL: TÉCNICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ROUBO DE VEÍCULOS	
Dr. Valter Abreu	31
Adhemar Fujii	33
Dr. Fábio Ramazzini Bechara	34
Major PM Douglas Shoichi Sano	36
PAINEL: FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE DA CRIMINALIDADE	
Major Fernando Gómez Rojas	39
Daniela Florenzano	43
Cel PM Temístocles Telmo Ferreira Araújo	44
CONCLUSÃO	49

TRANSCRIÇÕES

Anton Maslov	53
Cel PM José Vicente da Silva	74
Georgia Ribeiro Rocha	83
Cel PM Celso Luiz Pinheiro	96
Cel PM Glauco Silva de Carvalho	107
Dr. Valter Abreu	119
Adhemar Fujii	128
Dr. Fábio Ramazzini Bechara	140
Major PM Douglas Shoichi Sano	149
Major Fernando Gómez Rojas	155
Daniela Florenzano	167
Cel PM Temístocles Telmo Ferreira Araújo	173

INTRODUÇÃO

Realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 2017 na Associação de Oficiais da Polícia Militar (AOPM), o Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial foi promovido pelo Instituto Sou da Paz em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e o Departamento de Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Direcionado para lideranças policiais e outros profissionais e acadêmicos da área de segurança, o evento — que contou com a presença de cerca de 500 pessoas em cada um dos dias — promoveu a discussão de experiências nacionais e internacionais de prevenção e combate ao crime. O evento foi aberto por Ivan Marques, diretor-executivo do Instituto Sou da Paz, e por Luiz Carlos Pereira Martins, Coronel da PM e diretor de ensino e cultura da PMESP.

O seminário foi concebido de modo a contemplar discussões práticas de problemas prementes como roubos de rua e roubos de veículos, buscando debater e disseminar boas práticas existentes em São Paulo e outros estados, mas também incluiu discussões de âmbito estratégico sobre gestão e organização das polícias, tais como a questão do monitoramento do trabalho policial e a participação social no controle da criminalidade.

Homenagens

Durante o evento, o Coronel da PM Nilson Giraldi foi homenageado com a medalha Heróis de Fibra, como reconhecimento por suas contribuições à Polícia Militar do Estado de São Paulo, através da concepção do Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi¹. Utilizado pela PMESP desde 1997, o método tem por objetivo assegurar

¹ Sobre o Método Giraldi, ver: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/giraldi.html>>.

o uso progressivo e legítimo da força pelo policial em situações de confronto, visando a proteção tanto dele próprio quanto da sociedade de modo geral. Sua comprovada efetividade fez com que o Método Giraldi fosse difundido em outras forças policiais do Brasil e reconhecido internacionalmente.

No evento, também foi realizada homenagem ao Coronel da PM Celso Feliciano de Oliveira, por seu empenho ao fomento de pesquisas sobre segurança pública entre polícia e sociedade. O Coronel Feliciano foi comandante da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) e Comandante geral da PMESP de 1989 a 1991, atuando decisivamente no planejamento dos Ciclos de Debates realizados em 2016 e 2017 no Departamento de Pós-Graduação da APMBB e no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

PAINEL

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO POLICIAL

Este painel propôs o debate sobre o desafio em mensurar e avaliar a atividade policial, aprofundando a compreensão sobre quais indicadores são considerados e de que forma são valorizados em diferentes países. Para além dos indicadores mais comuns, discutiu-se a importância de que a escolha destes indicadores reflita a percepção da sociedade sobre o trabalho da polícia. A participação do convidado internacional, que abordou o trabalho, o modelo e o monitoramento das polícias, realizados pelo governo canadense, teve como objetivo trazer novas referências e diálogos para as polícias de São Paulo e do Brasil.

— *Anton Maslov* —

*Pesquisador de políticas de Segurança
Pública, Governo do Canadá*

Com base na estrutura e nos procedimentos das polícias do Canadá, o pesquisador Anton Maslov abordou em sua apresentação as possibilidades e limitações da mensuração do desempenho da atividade policial. Maslov explica que o Canadá possui três níveis de policiamento: federal, provincial/territorial e municipal. Sob a jurisdição do governo federal canadense ficam todos os crimes cujas penas sejam de prisão por tempo igual ou superior a dois anos. Todas as demais — crimes penalizados com prisão por tempo inferior a dois anos, multa, prestação de serviços etc. — são de responsabilidade dos governos das províncias e dos territórios. Das 13 províncias do país, apenas três contam com polícias próprias; nas demais, o policiamento é garantido através de contratação da corporação policial federal, a Royal Canadian Mounted Police

(RCMP). O país conta ainda com algumas jurisdições especiais como a responsável pelo policiamento em comunidades indígenas, além de serviços especializados como as polícias de parques, portos e campi universitários, dentre outras.

Em sua fala, Maslov enfatizou que os indicadores para a avaliação da atuação das polícias devem levar em conta os objetivos da instituição. Tais objetivos foram resumidos em sete dimensões principais pelos pesquisadores do tema:

1) Reduzir a criminalidade e vitimização

Esta é percebida como a mais direta e importante das dimensões do trabalho policial, já que a principal função atribuída à polícia é proteger os cidadãos e garantir seu bem-estar através da redução dos índices de crimes.

2) Garantir a responsabilização dos infratores

Assim como a primeira, esta dimensão se realiza através da atuação policial direta no controle do crime. Segundo Maslov, alguns cidadãos consideram que a justiça só é cumprida a partir do momento em que os criminosos são identificados, apreendidos e punidos, sendo este um papel exercido pelas polícias em conjunto com outras instituições.

3) Diminuir a sensação de medo e melhorar a segurança pessoal

O palestrante afirma que esta é uma dimensão controversa do trabalho policial porque, ao contrário do que entende por senso comum, a redução da sensação de medo não é consequência direta da diminuição dos índices reais de criminalidade. O medo do crime em uma dada área, afirma Maslov, é influenciado não apenas pelas taxas de crimes, mas também por questões como desordem social percebida, episódios de embriaguez pública, presença de pontos de prostituição etc. Imagens propagadas pela mídia também impactam as impressões dos cidadãos sobre a segurança na região em que vivem.

4) Garantir a civilidade em espaços públicos

Um dos principais papéis da polícia é garantir a segurança dos cidadãos nos espaços compartilhados por todos. Difere da atuação da polícia em ambientes privados que, de modo geral, exigem convite ou autorização legal explícita.

5) Usar sua força e autoridade de forma justa, eficiente e eficaz
Policiais podem fazer uso da força e da autoridade na medida em que estas sejam necessárias para cumprir as funções que lhes são atribuídas. Maslov afirma que este tema é controverso e tem sido alvo de debate ao longo das décadas, citando os Estados Unidos como exemplo de local em que há grande discussão sobre os limites do emprego da força por policiais.

6) Usar os recursos financeiros de forma justa, eficiente e eficaz
Relacionada indiretamente ao trabalho policial, esta dimensão diz respeito à expectativa de que as corporações sejam economicamente sustentáveis e façam a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

7) Prestar serviços de qualidade, assegurando a satisfação do cliente
De acordo com o pesquisador, esta dimensão refere-se à cortesia dos policiais no atendimento ao público. Ele afirma que o tratamento dado pelos policiais aos cidadãos tem impactos sobre a legitimidade que os últimos atribuem à atuação dos primeiros. Maslov considera que uma das dificuldades para a mensuração do trabalho policial diz respeito à natureza múltipla de suas atribuições e ao fato de as instituições policiais serem organizações complexas que lidam com problemas complexos. Ele afirmou que as medidas diretas de performance — como o índice de esclarecimento de crimes e a evolução das taxas de criminalidade e de prisões, por exemplo — são modos relativamente simples e objetivos de examinar o trabalho das instituições policiais. No entanto, não são os únicos aspectos relevantes; indicadores indiretos, como pesquisas de satisfação do público, observação direta da atuação policial e testes independentes, também são úteis para examinar e validar o desempenho das forças de segurança.

Para Maslov, tanto as medidas diretas quanto as indiretas não devem ser consideradas de modo isolado já que não há um único indicador capaz de abarcar todas as componentes da performance policial; como a natureza do trabalho policial é múltipla, sua mensuração também deve sê-lo. O pesquisador mencionou em sua apresentação alguns exemplos de limitações do recurso exclusivo a indicadores diretos: índices de esclarecimentos de crimes são de difícil padronização, o que

permite que sejam manipulados para permitir entrever apenas os casos bem-sucedidos; o número de multas aplicadas não reflete os impactos positivos ou negativos da atuação policial na prática; tempo de resposta a chamados não levam em conta os fatores externos que impactam a rapidez ou lentidão da prestação de serviços.

Anton Maslov dedica-se especialmente a apontar as limitações relacionadas ao recurso às taxas de incidência criminal, comumente utilizado por polícias de todo o mundo. Segundo o pesquisador, estes índices compreendem apenas os crimes notificados, sendo que o número de crimes não comunicados é de duas a três vezes maior do que o dos que chegam ao conhecimento das polícias. O palestrante destaca também o fato de que as pressões para diminuir as taxas criminais, quando não acompanhadas por pressões semelhantes em prol da lisura dos dados, podem criar oportunidades para a manipulação das estatísticas (chamado em inglês de *gaming*). Em suma, estes índices muitas vezes ocultam especificidades dos crimes e da atuação das forças de segurança e são suscetíveis a distorções causadas por flutuações demográficas e fenômenos sazonais, dentre outros eventos exógenos, o que pode levar a retratos imperfeitos da realidade do trabalho policial e da eficácia de sua atuação. Além disso, pondera Maslov, estes indicadores não costumam levar em conta os custos envolvidos nas ações policiais, o que dificulta sua análise em termos de eficiência.

Maslov relembra o fato de que a diminuição das taxas de crimes ou o aumento do número de prisões não são os únicos efeitos decorrentes da boa atuação policial. Segundo o palestrante — ele exemplifica com o caso da cidade americana de Boston —, eram amplamente conhecidas as dificuldades de relação entre a polícia e a população da cidade. Em vez de investir em uma política de “Tolerância Zero” contra o crime, tal como a adotada em Nova York nos anos 1990, a polícia local adotou uma estratégia de longo prazo de atuação junto às comunidades: dentre as iniciativas desta estratégia estavam a criação de um painel formado por cidadãos para supervisionar o trabalho policial² e de espaços para participação popular na formulação de iniciativas da polícia, a presença de policiais junto aos jovens das comunidades através da prática de esportes e de outras atividades, além da instalação de câmeras nos uniformes

² Sobre o painel chamado *Community Ombudsman Oversight Panel*, ver: <<https://www.boston.gov/departments/law/community-ombudsman-oversight-panel>>.

dos policiais. De acordo com Maslov, estas medidas não impactaram direta ou imediatamente as taxas criminais, mas melhoraram as relações entre moradores e policiais em um esforço ainda em curso.

Neste contexto, Maslov trata dos indicadores indiretos, afirmando que estes podem ser imprecisos ou apresentar dificuldades, estas geralmente ligadas ao tempo e aos gastos exigidos para sua obtenção. O pesquisador destaca a importância da aferição da opinião pública sobre a atuação da polícia que, pelo seu ponto de vista, é a mais negligenciada das métricas indiretas do desempenho policial. Esta medida, segundo Maslov, é a única que pode ser obtida em larga escala, exigindo menos tempo e menos recursos que a observação direta em campo ou os estudos situacionais, por exemplo. Entretanto, ele ressalta que ela consiste em impressões subjetivas, multifacetadas e de difícil quantificação, incluindo diversos tópicos, tais como a satisfação com o atendimento, a percepção sobre a efetividade da atuação policial e seu impacto sobre a diminuição da criminalidade, bem como a confiança na instituição e em seus integrantes.



Fonte: MASLOV, Anton. **Medindo a performance da polícia: A perspectiva da sociedade.** 7 nov. 2017. 20 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

O pesquisador afirma que o único modo de obter tais informações é através da aplicação de questionários (*surveys*)³. Ele explica que uma pesquisa dessa natureza é realizada em nível nacional pela agência federal canadense de estatísticas a cada cinco anos, regularidade que considera insuficiente; muitas das polícias locais também empreendem pesquisas desse tipo, segundo Maslov, mas não há padronização das perguntas entre questionários ou mesmo em diferentes anos de pesquisas feitas por uma mesma corporação, o que dificulta a comparação dos resultados. Também não são realizados testes prévios das perguntas, de modo que não é possível aferir sua confiabilidade e validade.

Ao encerrar sua fala, Maslov cita o plano bianual de atuação da polícia de Ottawa para frisar que não é possível mensurar aquilo que não se pode observar. O investigador opina que o monitoramento de todas as dimensões da atuação policial é indispensável para a avaliação de seu desempenho. Esta avaliação, por sua vez, é crucial para que a polícia possa ser gerenciada de modo adequado.

— *Cel PM José Vicente da Silva Filho* —

Coronel reformado da Polícia Militar, ex-secretário Nacional de Segurança Pública e consultor (JVS Consultoria)

Em sua apresentação, o Coronel José Vicente da Silva Filho destacou a importância do planejamento e do monitoramento como forma de assegurar o cumprimento dos objetivos do trabalho policial, sendo crucial o conhecimento sobre erros e acertos do passado para orientar as ações futuras. Ao tratar do papel da polícia na garantia da segurança, o Coronel opinou que, muitas vezes, a mera presença dos integrantes daquela instituição é suficiente para conter comportamentos criminosos e assegurar a ordem pública, destacando a importância da prevenção; como caso ilustrativo, referiu-se a uma situação ocorrida na cidade de Montreal, no Canadá, em que uma greve de policiais teria desencadeado a ocorrência de vários crimes atípicos naquele local, tais como furtos, roubos e incêndios intencionais. Tratou também da relação entre segurança e espaços públicos: para José Vicente, a existência de um espaço

³ Maslov realizou um estudo sobre este tema, disponível em: <<https://www.public-safety.gc.ca/lbrr/archives/cn32889-eng.pdf>> (em inglês).

público limpo, organizado e bem mantido contribui para a redução de ocorrências criminais. Segundo o palestrante, esta relação pôde ser verificada na cidade de São Paulo na década de 1990, quando a ação da polícia em região degradada do centro da capital paulista teria contribuído para a diminuição no número de boletins de ocorrência registrados na área.

Para o Coronel, é possível considerar a diferença entre os índices de violência das cidades brasileiras como medida do desempenho das polícias de cada lugar, já que suas condições socioeconômicas são relativamente similares e a legislação vigente é a mesma. Ele destaca que o investimento público em segurança também não é suficiente para explicar as disparidades entre regiões do Brasil, referindo-se ao fato de os índices de criminalidade do Rio de Janeiro serem superiores aos de São Paulo, apesar de o primeiro estado apresentar maior gasto *per capita* com segurança pública e maior proporção de policiais em relação à população do que o segundo.

O palestrante enfatizou a redução das taxas de homicídios na cidade e no estado de São Paulo nas últimas décadas, que atribui parcialmente à atuação da Polícia Militar. Ele pondera, no entanto, que não basta ater-se a esses números, já que os crimes registrados não perfazem a totalidade das infrações cometidas. De acordo com pesquisas de vitimização, parte significativa dos casos não chega a ser relatados à polícia, problema mais acentuado em crimes como estupro. Para José Vicente, um dos fatores que pode levar a esta subnotificação é o baixo índice de esclarecimento de crimes, que desestimularia registros, bem como uma baixa confiança da população na resolução dos casos pela polícia.

O Coronel destacou a importância de se levar em conta a opinião pública sobre a atuação da polícia, entendendo que tais opiniões impactam a legitimidade e o alcance do poder policial. Ele tratou do papel da mídia na percepção da população sobre a criminalidade e o trabalho da polícia, ponderando que a imprensa brasileira frequentemente transforma violência em forma de entretenimento e contribui para o aumento da sensação de insegurança no país. Para o palestrante, a imprensa, especialmente a televisionada, dá uma ênfase desproporcional ao peso dos casos de homicídio em comparação ao total dos crimes registrados no Brasil.

Afirmou ainda que o policial é um dos representantes por excelência do Estado, de seu arcabouço legal e aparato de controle e justiça, o que aumenta a responsabilidade dos membros daquela instituição no uso justo e eficiente da força. Ele mencionou ainda a complexidade do

papel do policial que atua na linha de frente e cotidianamente precisa tomar decisões difíceis, enfatizando o alto índice de vitimização de policiais militares no Brasil. Para o Coronel, é de extrema importância saber dosar o emprego da força, fazendo-o apenas na medida em que seja necessário para manter a ordem e fazer com que os cidadãos se sintam seguros.

PAINEL

TÉCNICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ROUBO DE RUA

O roubo de rua possui grande influência na sensação de segurança da população, com alto número de ocorrências e disseminação em várias regiões da cidade e do estado. Este crime pode ser prevenido a partir de técnicas que envolvem, além das polícias, outros órgãos. No painel, os palestrantes apresentaram experiências com resultado comprovado na prevenção e combate a esse tipo de crime, envolvendo não apenas instituições policiais.

— **Georgia Ribeiro Rocha** —

*Diretora do Centro Integrado de Operações
da Prefeitura de Belo Horizonte (MG)*

Georgia Ribeiro Rocha tratou, em sua palestra, das experiências recentes na área de segurança no município de Belo Horizonte, onde atua. Ela deu especial ênfase às medidas relacionadas direta ou indiretamente ao combate aos roubos, tema do painel em que palestrou. De acordo com Rocha, o poder público da capital mineira, através da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP)⁴, tem privilegiado iniciativas de caráter preventivo, tanto do ponto de vista situacional — através de ações para evitar a ocorrência de crimes em determinados locais e circunstâncias — quanto de uma perspectiva social — por meio da identificação de fatores de risco e da atuação para mitigá-los. A palestrante

⁴ Para informações sobre a Secretaria, consultar: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/securanca>>.

explicou que a política de segurança em Belo Horizonte segue três eixos estratégicos: integração e articulação dos órgãos municipais, ação da Guarda Municipal e prevenção social.



Fonte: ROCHA, Georgia Ribeiro. **Sem título.** 7 nov. 2017. 44 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Tratando do eixo de integração, Georgia Rocha abordou o papel do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH)⁵ na prevenção do crime. O COP-BH foi criado com o objetivo de garantir a gestão integrada e inteligente da cidade no âmbito da segurança. O COP-BH funciona 24 horas por dia e reúne, em um só espaço, órgãos de diversas esferas — tais como saúde, transporte, saneamento, serviço de urgência e limpeza urbana, entre outros —, para que possam atuar conjuntamente na gestão operacional e na solução de problemas em tempo real. Além do atendimento a acidentes, emergências e crises, o centro também é destinado ao acompanhamento de manifestações, protestos e eventos culturais de grande porte na cidade. Como exemplo bem-sucedido de atuação do centro, Rocha mencionou o carnaval de rua da cidade em 2017, que reuniu cerca de três milhões de pessoas, público 50% maior do que o do ano anterior, e em que se verificou uma

⁵ Para mais informações sobre o COP-BH, ver: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/seguranca/copbh>>.

redução de 40% dos crimes violentos em relação aos registrados no evento de 2016. Segundo a palestrante, essa redução se deveu em grande medida ao planejamento prévio e ao acompanhamento do evento em tempo real no COP-BH.

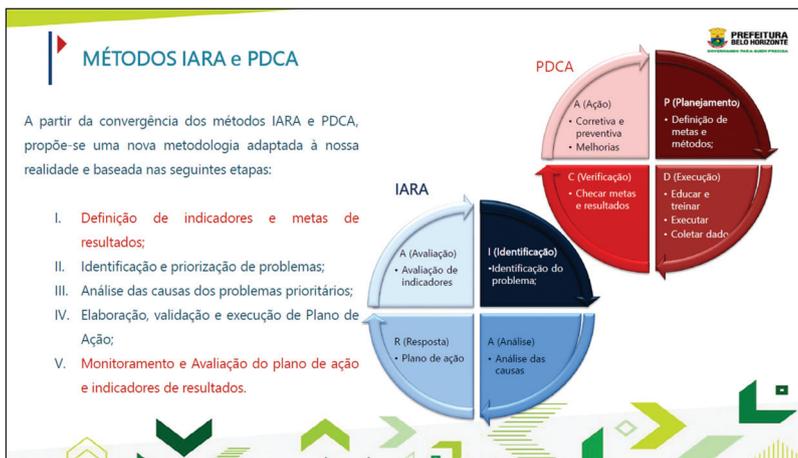
O COP-BH possui ainda uma vertente de análise de dados, tida pela palestrante como essencial para perceber os padrões criminais e, a partir disso, orientar ou repensar a atuação e formular políticas públicas eficazes. Este tipo de análise foi o que levou, por exemplo, ao reposicionamento de guardas municipais da segurança patrimonial de órgãos públicos para a atuação de áreas identificadas como socialmente vulneráveis e com maior incidência de violência.

Outro caso de ação baseada na identificação de pontos nevrálgicos, com recurso a dados estatísticos, é a Operação Viagem Segura, motivada pelo crescimento no número de roubos no transporte coletivo. De acordo com a palestrante, o monitoramento, o georreferenciamento e a análise das ocorrências permitiram a identificação dos trajetos, corredores de ônibus e horários em que os roubos eram mais frequentes; aqueles em que havia maior concentração de casos foram selecionados para contar rotineiramente com guardas municipais dentro dos coletivos das linhas mais afetadas. Mais do que agir em casos de assalto, afirma Rocha, a presença dos guardas tem o objetivo de prevenir e evitar ocorrências nos ônibus.



Fonte: ROCHA, Georgia Ribeiro. **Sem título**. 7 nov. 2017. 44 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Como destaque do eixo de solução de problemas em rede, foi citado o projeto Gestão Integrada de Segurança e Prevenção, baseado em abordagens de Policiamento Orientado a Problemas (POP) e com recurso a método inspirado nas metodologias IARA e PDCA⁶.



Fonte: ROCHA, Georgia Ribeiro. **Sem título**. 7 nov. 2017. 44 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Um dos problemas identificados pelo uso dessa metodologia foi o índice de roubos a transeuntes no Hipercentro, região centro-sul de Belo Horizonte, significativamente superior aos outros casos verificados no resto da cidade. Apurou-se, por exemplo, que um dos fatores a contribuir para estes índices dizia respeito à iluminação precária da região do Hipercentro, causada parcialmente pela falta de poda rotineira das árvores na região, o que implicou na mobilização dos órgãos responsáveis pela manutenção urbana. Outro fator relevante encontrado por meio dessa análise foi a facilidade de escoamento dos produtos roubados (predominantemente telefones celulares) para estabelecimentos comerciais da região por meio da ação de receptadores; isso exigiu a

⁶ Sobre o Método IARA (Identificação, Avaliação, Resposta e Análise), ver o trabalho de Moraes e Vieira (2015) (RBSP, v. 9, n. 1, 232-248, Fev/Mar 2015, disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/policiamento-orientado-a-solucao-de-problemas-na-policia-militar-do-estado-de-santa-catarina-brasil/>>). Sobre o ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar, Avaliar/Ajustar, do inglês *Plan, Do, Check, Act/Adjust*), consultar: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_PDCA>.

atuação investigativa da polícia para mapear os fluxos percorridos pelos itens roubados, bem como da prefeitura na fiscalização dos pontos comerciais envolvidos.

Assim, a análise holística do problema levou à identificação uma multiplicidade de causas, permitindo que as soluções não ficassem restritas apenas ao emprego mais eficaz de policiamento ostensivo, incluindo também a participação de outras instituições — como os órgãos fiscalizadores da prefeitura e a empresa responsável pelas podas das árvores —, já que envolvia questões de ordenamento urbano, zeladoria, fiscalização do comércio irregular e combate à receptação. Também foi relevante para a implementação de soluções a tais problemas o compartilhamento de informações estratégicas com todos os atores envolvidos. Do ponto de vista de Rocha, esse caso permite entrever que, ao planejar e definir ações e estratégias de segurança pública, é preciso ter em conta que o crime e a violência são fenômenos de causas múltiplas. Em outros termos, uma abordagem orientada a problemas no âmbito da segurança que leve em conta apenas a presença de policiais ou guardas municipais não necessariamente permite uma resposta adequada a estas questões. Pelo contrário, é necessário envolver também outras instituições e órgãos para que sejam estabelecidas estratégias com resultados positivos.

— *Cel PM Celso Luiz Pinheiro* —

*Comando de Policiamento da Capital –
Polícia Militar do Estado de São Paulo*

Em sua fala, o Coronel Celso Luiz Pinheiro tratou brevemente de sua trajetória na Polícia Militar de São Paulo. Falou dos desafios em chefiar o Comando de Policiamento da Capital, que conta com cerca de 22 mil policiais — o efetivo da cidade de São Paulo, segundo dados exibidos pelo palestrante, é superior ao da maior parte dos estados brasileiros, com exceção de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Ele destacou como conquistas recentes do Comando de Policiamento da Capital a redução da letalidade violenta e do número de roubos, furtos e outros crimes em setembro de 2017, atribuindo esta melhora ao comprometimento dos policiais militares atuantes na cidade. Pinheiro apontou como desafios cotidianos o controle da letalidade, o melhor diálogo com a imprensa e com a sociedade em geral, a

manutenção das unidades em condições dignas, o uso racional da força, além do controle, do apoio e da fiscalização dos membros ativos e inativos da corporação, dentre outras questões.



SÃO PAULO – CAPITAL		21.292 F	18.650 E
SÃO PAULO	93.799		
MINAS GERAIS	42.000		
RIO DE JANEIRO	21.516		
ESPÍRITO SANTO	9.300		
RIO GRANDE DO SUL	18.800		
PARANÁ	17.465		
SANTA CATARINA	10.268		
DISTRITO FEDERAL	15.000		
GOIÁS	11.950		
MATO GROSSO	8.000		
MATO GROSSO DO SUL	4.400		
TOCANTINS	3.750		
RIO GRANDE DO NORTE		7.600	
ALAGOAS		7.327	
SERGIPE		6.565	
PIAUÍ		5.507	
BAHIA		30.631	
PERNAMBUCO		18.800	
CEARÁ		15.000	
MARANHÃO		9.700	
AMAZONAS		9.100	
PARÁ		8.700	
RONDÔNIA		5.036	
AMAPÁ		3.600	
ACRE		2.518	
RORAIMA		1.911	

Fonte: PINHEIRO, Celso Luiz. **Comando de Policiamento da Capital**. 7 nov. 2017. 23 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Para o Coronel, o uso de estatísticas para o melhor planejamento da atuação policial é fundamental, especialmente em uma cidade com as dimensões de São Paulo. Os dados permitem a priorização de áreas e horários sensíveis segundo critérios técnicos, garantindo a otimização do uso dos recursos disponíveis e a disponibilidade de patrulhamento onde se faz mais necessário. Pinheiro ressaltou ainda que a segurança pública não é responsabilidade exclusiva da Polícia Militar; outros atores, como a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário, também têm papel fundamental na garantia da ordem e no combate à criminalidade.

— Cel PM Glauco Silva de Carvalho —

*Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e
Coronel reformado da Polícia Militar do Estado de São Paulo*

O Coronel Glauco abordou, em sua palestra, indicadores e políticas públicas criminais da cidade de São Paulo, focando especificamente nos casos de roubo. Toma como pressuposto o conceito de violência adotado pela OMS, que a define como o uso intencional de força física ou poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, e que resulta ou tem grandes probabilidades de resultar em lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privação. Parte ainda do entendimento de que roubos consistem na subtração de bens com emprego de violência ou grave ameaça.

Ele recorreu a dados para tratar da queda nos índices de homicídio no estado de São Paulo e levantar hipóteses para essa redução que, de acordo com o palestrante, ocorre na contramão de tendências verificadas no resto do país. Segundo Glauco, um dos motivos pode ser a reorganização do efetivo da Polícia Militar, realizado entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2000. O cruzamento das estatísticas de contingente policial e de ocorrência de crimes levou à verificação de que havia grandes disparidades inter-regionais na relação entre o tamanho da população local e o número de policiais atuantes naquela área, o que motivou a reorganização.



Fonte: CARVALHO, Glauco Silva de. **Roubos na cidade de São Paulo**. 7 nov. 2017. 19 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Para o Coronel, essa redistribuição teve caráter não apenas técnico, mas também moral, já que objetivou amenizar as discrepâncias entre áreas nobres e periféricas no que diz respeito à presença do efetivo policial. Outro aspecto citado como relevante para a queda no número de homicídios no estado é o aumento da apreensão de armas pela Polícia Militar paulista. Para corroborar a eficácia de medidas dessa natureza, Glauco menciona o caso da Inglaterra, afirmando que os baixos índices de roubo naquele país podem ser atribuídos à sua estrita política de controle de armas. O terceiro componente a contribuir para a queda nos homicídios é o maior índice de prisões de responsáveis por esse tipo de crime, que o Coronel entende estar relacionado a uma melhora na atuação da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Tomando o policiamento como quesito fundamental na redução de indicadores criminais e na preservação da ordem pública, o Coronel defende a distribuição justa, equitativa e objetiva dos efetivos policiais nas diferentes regiões, levando em conta suas necessidades específicas e destacando áreas de ação prioritária.

O palestrante buscou relacionar os índices de roubo com o de demanda escolar e mostrou que altas taxas de incidência desse crime costumam ocorrer nos mesmo lugares em que há maior demanda por vagas (seja em creches ou em outras unidades escolares). Para Carvalho, isso demonstra o fato de que as áreas que enfrentam problemas relacionados à segurança pública também são carentes de intervenções por parte do poder público em outras áreas, como educação e habitação. O Coronel explica, no entanto, que os dados mostram que a correlação entre vulnerabilidade social e indicadores criminais não é automática, existindo regiões em que coexistem população de baixa renda e reduzidos índices de roubo, por exemplo. Para melhor compreender essa geografia da vulnerabilidade social e da criminalidade, o Coronel defende a criação de seções de análise criminal, cujo papel seria reunir as ocorrências registradas e identificar padrões de horário, local, tipo de ocorrência etc. Ele avalia que a identificação desses padrões é fundamental para um diagnóstico apropriado a fim de embasar boas políticas públicas na área da segurança.

PAINEL

TÉCNICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ROUBO DE VEÍCULOS

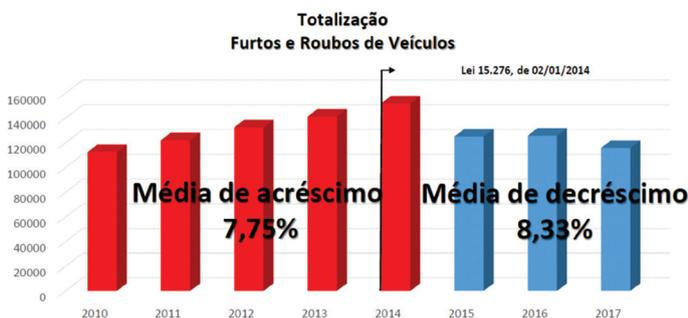
Neste painel, foram abordadas as possibilidades de integração de ações policiais e não policiais focadas na prevenção e no combate da cadeia do roubo de veículo. Da prevenção do roubo ao combate à receptação, várias possibilidades de ações foram apresentadas. Destacou-se a discussão sobre a chamada Lei dos Desmanches, que estabeleceu regras e protocolos para esse tipo de estabelecimento.

— *Dr. Valter Abreu* —

*Delegado da Polícia Civil de São Paulo da DIVECAR
(Delegacia de Investigações sobre Roubos e Furtos de Veículos)*

Com 30 anos de experiência no Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), o delegado Valter Abreu tratou, em sua palestra, da atuação da Delegacia de Investigações sobre Roubos e Furtos de Veículos (DIVECAR). O DEIC, explicou o delegado, conta com quatro divisões operacionais, dentre as quais a DIVECAR, que também investiga roubos de carga, desmanches delituosos e fraudes contra seguradoras.

O palestrante destacou a redução de índices de roubos e furtos de veículos em São Paulo nos últimos anos, enfatizando que o número de veículos envolvidos nesse tipo de ocorrência corresponde a apenas 0,3% da frota circulante no estado. Para o delegado, tal redução está vinculada à lei estadual nº 15.276, de 2014, que incidiu sobre os desmanches, um dos principais destinos de carros roubados e furtados.



Fonte: ABREU, Valter Sérgio de & CADEIRA, Beatriz Bravo H. DEIC – DIVECAR. 8 nov. 2017. 23 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Segundo o doutor Valter, a proporção de desmanches fechados e de prisões realizadas em relação ao total de desmanches vistoriados tem diminuído desde que a lei entrou em vigor, o que ele interpreta como algo positivo. Para o delegado, esse é um indício de que mais estabelecimentos estão se adequando à legislação e operando legalmente. Para ele, isso é condizente com o objetivo da polícia: mais do que atuar após a ocorrência de crimes é impedir que eles aconteçam.

Beatriz Bravo, delegada de polícia da DIVECAR, participou da palestra, abordando alguns dos recursos empregados pelo órgão para investigar e prevenir roubos e furtos de veículos e que têm contribuído para a redução dos índices no estado de São Paulo.

Segundo a palestrante, a DIVECAR tem atuado no monitoramento de comercialização de veículos legais na internet e via WhatsApp, mapeando os principais grupos e lideranças responsáveis pelas negociações. Ela informou que já foram realizadas prisões de integrantes de quadrilhas com base neste tipo de investigação.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o setor de inteligência da DIVECAR mapeia os locais, dias e horários com maiores concentrações de casos de roubo e de furto para, com base nisso, traçar estratégias direcionadas para desbaratar quadrilhas e identificar os envolvidos. Outro

nicho de atuação da DIVECAR, apontado pela delegada, é a análise das prisões em flagrante relacionadas a furtos, roubos e receptação de veículos, com o objetivo de encontrar elementos ou padrões que possam auxiliar no esclarecimento de outros crimes e na prevenção de novos casos.

A palestrante tratou ainda do recurso do Sistema Detecta, que centraliza bancos de dados de vários órgãos relacionados direta ou indiretamente à segurança pública, com a Polícia Militar e o Detran (Departamento Estadual de Trânsito). Em relação à atuação da DIVECAR, esse banco integrado permite, por exemplo, que a delegacia receba um alerta sempre que veículos reportados como roubado ou furtado passem pelas câmeras ou radares interligados ao sistema, fornecendo sua localização, o que pode contribuir para a recuperação de tais veículos.

— Adhemar Fujii —

*Consultor executivo do Sindicato das Empresas
de Seguros e Resseguros (Sindseg-SP)*

Em sua fala, Adhemar Fujii abordou a questão do roubo e furto de veículos, com foco nas interfaces entre os trabalhos da Polícia Militar e das empresas de seguro, bem como em estratégias que mostraram resultados efetivos na diminuição dos índices desses crimes. Algumas das mais recorrentes destinações dos veículos roubados ou furtados, segundo Fujii, são os desmanches ilegais, a clonagem de veículos e outros tipos de fraude, que afetam tanto os consumidores quanto as polícias, além das empresas seguradoras. Neste contexto, o palestrante destacou a importância da regulamentação do desmonte de veículos pela lei federal nº 12.977/2014 e pela lei estadual nº 15.276/2014. De acordo com Fujii, a regulação desse processo, que inclui diretrizes sobre descarte de resíduos, reciclagem de materiais e reutilização de peças, pode trazer benefícios para a segurança pública. Os veículos roubados e furtados frequentemente têm como destino os desmanches ilegais, onde suas peças são removidas para comercialização. Dessa forma, o estabelecimento de parâmetros legais para o desmonte e a venda de partes de carros usados contribui para mitigar o comércio irregular e, por consequência, os roubos e furtos de carros. Segundo o palestrante, isso se verificou na prática: após a aprovação dessas leis, houve a redução dos índices destes crimes, bem como de latrocínios.

Lei do desmonte :histórico/resultados(SP e RS)

○ **Estado de São Paulo: PL380/13***= Lei 15276 aprovada em 02/01/2014, seguido de regulamentação .A partir de Julho/14 iniciaram as fiscalizações conjuntas determinadas pelo Estado.

Análise comparativa : 2015 x 2014 = redução média de 20% (destaque nos índices de roubos, maior causa dos latrocínios)

Latrocínio : queda de 8.3% no período*

Fonte: FUJII, Adhemar. **O Roubo e Furto de veículos e os impactos para a sociedade**. 8 nov. 2017. 45 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

A iniciativa também seria benéfica para os consumidores, que passariam a ter garantias de qualidade e procedência das peças adquiridas, e para a ordem econômica de modo geral, ao gerar empregos e aumentar a arrecadação de tributos em decorrência da inserção da atividade no mercado formal. Para o poder público, uma das vantagens dessa legislação seria a menor necessidade de pátios para recolha de veículos recuperados.

De acordo com Fujii, o sucesso dessa legislação depende de rigor na concessão de autorizações de funcionamento para as empresas de desmontagem, além de intensa fiscalização desses estabelecimentos e controle do ciclo de vida das peças, tanto das que serão reutilizadas ou recicladas quanto daquelas de comercialização proibida. Também é necessário o acompanhamento de todo o processo de desmontagem de veículos para evitar fraudes e outras irregularidades.

— **Dr. Fábio Ramazzini Bechara** —

Ministério Público do Estado de São Paulo

Em sua palestra, o promotor de justiça Fábio Ramazzini Bechara enfatizou a importância da integração de diferentes órgãos do Estado e da percepção holística do crime para o alcance de objetivos no âmbito

da segurança pública. Ele afirmou que o combate ao crime depende da percepção sistêmica de sua dinâmica econômica: quando um segmento específico é desbaratado ou controlado pelo poder público, a criminalidade migra para outras áreas de atuação. Para ele, isso demonstra a importância da consideração simultânea de todas as etapas e atores envolvidos na prática criminal, o que exige a participação dos múltiplos órgãos e das instituições estatais vinculados ao planejamento e execução das políticas de segurança pública. Para Bechara, um dos entraves ao recurso mais difundido a este tipo de iniciativa é a cultura organizacional das diferentes instituições, que via de regra privilegiam seus próprios interesses e objetivos em detrimento da colaboração.

Buscar a atuação colaborativa não é, para o palestrante, uma questão de altruísmo ou solidariedade, mas sim da percepção de que a ação coordenada e conjunta pode ser benéfica para todos os envolvidos. Do ponto de vista de Bechara, essa colaboração é importante na medida em que a segurança pública não é uma pauta estritamente policial ou criminal: não basta identificar e prender criminosos. É preciso atuar sobre todo o ciclo do crime, uma cadeia com diversos componentes. Tal visão sistêmica, no entendimento do promotor, pode evitar, por exemplo, a pressão desproporcional sobre as polícias que decorre da limitação da pauta da segurança pública a aspectos relacionados à atuação dessas instituições.

Como exemplo de ação integrada e de visão sistêmica bem-sucedidas, Bechara cita as mudanças provocadas pela nova legislação sobre desmanches de carro. A percepção de que o crime está inserido em uma cadeia econômica mais ampla fez, por exemplo, que se atentasse à criação de um marco regulatório estrito para o funcionamento dos comércios legais de peças, impedindo ou dificultando a existência dos estabelecimentos irregulares. Segundo o palestrante, a exigência de documentação e o aumento da vigilância sobre as atividades relacionadas à comercialização de peças usadas de veículos contribuem não só para mitigar o comércio ilegal de peças automotivas, mas também para diminuir os crimes vinculados a esta atividade, como roubo e furto de veículos. A iniciativa também traz outros benefícios, tais como tornar aquela atividade econômica — agora regulamentada — atrativa para investidores, trazer garantias para os consumidores e estabelecer diretrizes ambientais para a prática.

Outro exemplo de atuação conjunta destacado pelo palestrante foi o do Centro Integrado de Controle e Comando (CICC): criado para

reunir órgãos de policiamento, trânsito, transporte público, dentre outros, em cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, o centro segue atuante no estado de São Paulo, permitindo a colaboração de diversos atores na garantia da ordem pública. Para Bechara, iniciativas como a do CICC ajudam a mitigar as dificuldades criadas pela fragmentação da estrutura estatal, fomentando a atuação integrada e o compartilhamento de informações, além de aumentar a rapidez do contato e do acionamento dos diferentes órgãos.

O palestrante opinou ainda que a questão dos desmanches de carros e de outros mercados ilícitos está intimamente ligada à participação do poder público: segundo o promotor, qualquer negócio ilegal depende em algum nível da conivência do Estado para seguir em funcionamento, seja por meio da corrupção de agentes públicos, seja por sua ausência ou omissão na fiscalização, permitindo a criação de um ambiente propício a mercados ilegais.

— *Major PM Douglas Shoichi Sano* —

Polícia Militar do Estado de São Paulo – Projeto Radar

Moderador do painel, o Major Shoichi relatou brevemente o processo de implantação do Projeto Radar na cidade de Guarulhos, iniciativa que foi alvo de diversos prêmios. Conforme explicou o Major, o sistema do projeto articula radares de ruas e bases de dados das polícias Militares e Civil e funciona da seguinte forma: quando um veículo de interesse — registrado como produto de roubo, furto ou envolvido na prática de outros crimes ou ainda cadastrado no sistema como veículo a rastrear — passa por um dos radares interligados ao sistema, um alerta é emitido aos agentes envolvidos no caso. Isso permite que os serviços de inteligência das polícias acompanhem a movimentação do veículo e façam investigações e operações com base nestes dados. O palestrante informou que o sistema é uma das bases que subsidia o Sistema Detecta e está interligado também a radares das aduanas de outros estados, como Rio de Janeiro e Mato Grosso, o que possibilita a identificação de rotas percorridas por veículos envolvidos em crimes.

Segundo o Major Shoichi, o uso do sistema facilita não só a recuperação de veículos roubados ou furtados, mas também o monitoramento

de autores de delitos, o desmonte de quadrilhas e a apreensão de outros itens relacionados a práticas criminosas, como telefones celulares, drogas e armas. Possibilita ainda detecção de placas adulteradas, veículos clonados, dentre outros.



Fonte: SANO, Douglas Shoichi. **Sistema Radar**. 8 nov. 2017. 12 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

PAINEL

FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE DA CRIMINALIDADE

Neste painel, foram discutidas experiências de participação popular, tanto no âmbito da segurança pública quanto em outras áreas. Os palestrantes trouxeram casos bem-sucedidos de interação com as comunidades e abordaram o papel das tecnologias nesse cenário.

— *Major Fernando Gómez Rojas* —
Carabineros de Chile

Abrindo o painel sobre as ferramentas de participação social no controle da criminalidade, o Major Rojas explicou brevemente os sistemas de justiça e de segurança pública do Chile: segundo o palestrante, incluem atores como o Ministério Público, a Defensoria e o Tribunal de Justiça, governos locais e municipais e serviços públicos de modo geral, bem como a *Policía de Investigaciones* (PDI), que atua como polícia judiciária. O sistema também compreende a corporação a qual pertence o Major Rojas, Carabineros de Chile, responsável pelo policiamento ostensivo no país. Carabineros são uma instituição de caráter militar, criada em 1927, cuja missão é assegurar o cumprimento da lei, garantir a segurança e a ordem pública. Visando tais objetivos, assumem diversos papéis institucionais, dentre investigação e prevenção de crimes e a integração nacional, com presença em todo o território nacional e da defesa das fronteiras. Essa instituição, segundo o palestrante, adota um modelo de polícia integral que compreende a atuação junto às comunidades, o

Policiamento Orientado a Problemas (POP) e com o recurso a análises criminais para embasamento das ações concretas.

Conforme relatou Rojas, os Carabineros buscam atuar de forma planejada. Para tanto, desde o final da década de 1990, adotam um sistema de setorização do território que garante o emprego mais eficiente de seus agentes e recursos. Os setores ou quadrantes são definidos não apenas com base em suas dimensões geográficas, mas levando em conta também as estatísticas criminais de cada área, os tipos e as quantidades de estabelecimentos comerciais naquele espaço, os mandados judiciais a cumprir na região, etc.; a partir desses elementos, os comandos definem qual a demanda de cada uma das áreas em termos de número e tipo de policiamento (tal como oficiais a pé, em motos ou viaturas e com cachorros). A tecnologia é um importante instrumento nessa metodologia, permitindo uma melhor percepção sobre a distribuição geográfica dos delitos e sobre o perfil das vítimas, por exemplo. Para Rojas, esta abordagem é fundamental para a efetividade dos Carabineros por permitir o emprego racional e embasado da força policial, além de assegurar que os agentes cheguem ao terreno com a atribuição de tarefas e metas específicas e com o máximo possível de informações para embasar sua ação.

De acordo com o Major Rojas, os Carabineros recorrem a uma variedade de indicadores de gestão, como a taxa de detenção ou de eficácia policial, o tempo de resposta a chamados e o índice de cobertura territorial. Além de mensurar a atuação policial, estes indicadores fomentam mudanças efetivas: o monitoramento permitiu, por exemplo, que se verificasse que os policiais perdiam muito tempo em tarefas administrativas. A partir desse diagnóstico, decidiu-se pela contratação de profissionais civis para substituir os policiais nestas funções, liberando-os para os serviços na rua — atualmente, os Carabineros contam com cerca de cinco mil profissionais civis em todo o Chile.



DOTACIÓN

1927
2017
En el corazón e historia de Chile

52.687

efectivos a
nivel nacional

52.687 police personnel



4.536

Oficiales
4.536 Officers



47.690

Suboficiales, Cabos y Carabineros
47.690 Sub-Officers, Corporals and Carabineros



461

Llamados al servicio
461 Return to service



5.688

Personal Civil CPR
5.688 CPR Civil Personnel



46.433

hombres
46.175 men



11.942

mujeres
11.942 women

Fonte: ROJAS, Fernando Gómez. **Carabineros de Chile, Seguridad Pública y Participación Ciudadana**. 8 nov. 2017. 56 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Rojas afirmou, com base em dados da *Encuesta Nacional Urbana de Seguridad Ciudadana*⁷, que no caso do Chile, assim como em outras partes do mundo, há um descompasso entre as taxas reais de criminalidade e a percepção dos cidadãos do país, que acreditam que há um aumento na delinquência. Esse descompasso, segundo Rojas, pode ser notado também no fato de que, apesar das reduzidas taxas de crimes violentos no Chile, a criminalidade e a segurança são as principais preocupações da população, segundo pesquisa do *Centro de Estudios Públicos*⁸, constituindo também importantes temas das agendas eleitorais e programas de governo. Esta ponderação alinha-se àquelas feitas por outros palestrantes do Seminário, que enfatizaram a ausência de relação direta entre os índices de criminalidade e a sensação de segurança por parte da população.

⁷ Alguns dados desta pesquisa estão disponíveis no site do *Instituto Nacional de Estadísticas*, em: <<http://www.ine.cl/estadisticas/sociales/encuesta-de-seguridad-ciudadana>>.

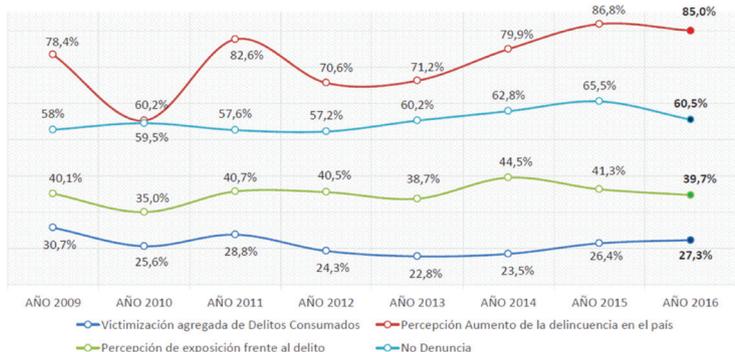
⁸ Sobre o *Centro de Estudios Públicos*, ver: <<https://www.cepchile.cl>>



Encuesta Victimización

1927
2017
años
En el corazón e historia de Chile

Resultados históricos de la Encuesta Nacional Urbana de Seguridad Ciudadana ENUS- años 2009 al 2016



AÑO 2003: VICTIMIZACIÓN 43%

Fonte: ROJAS, Fernando Gómez. **Carabineros de Chile, Seguridad Pública y Participación Ciudadana**. 8 nov. 2017. 56 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

Para o palestrante, o combate ao crime depende de medidas com enfoque em controle, que só podem ser adotadas com base na consideração de múltiplas causas e múltiplos fatores condicionantes ou favorecedores da ocorrência de delitos. Estes vários elementos servem de base para a prevenção do crime, que tem duas correntes principais: a prevenção social e a prevenção situacional. Sob o primeiro prisma, o foco são as causas sociais relacionadas à ocorrência de crimes enquanto, a partir da segunda perspectiva, são contemplados os fatores vinculados ao contexto em que o crime se dá — as situações e locais mais comuns, os elementos que favorecem a ocorrência dos casos etc. Nessa última, a atuação da polícia está situada mais diretamente, segundo Rojas, tanto no patrulhamento ostensivo quanto no âmbito investigativo.

Ligando esse tópico ao tema do painel, Rojas destacou que a sociedade civil é uma importante integrante do sistema de segurança e que a participação dos cidadãos é fundamental, principalmente na vertente preventiva. Neste âmbito, a atuação dos Carabineros se dá através da divulgação de estatísticas e da recomendação de práticas, com o objetivo

de dar instrumentos para que os indivíduos adotem medidas de autocuidado. Ainda no que tange a participação social na esfera da segurança pública, Rojas relatou que os Carabineros prestam contas à população anualmente, além de levar em consideração a avaliação feita sobre sua atuação; tal avaliação é aferida através de indicadores de impacto e de vitimização, por exemplo, bem como via pesquisas mais diretas acerca da qualidade dos serviços prestados.

Os cidadãos chilenos também podem recorrer a meios diretos de contato com as chefias encarregadas pelo setor onde vivem, tanto para relatar crimes quanto para apresentar demandas, fazer reclamações e dar sugestões. Tais chefias, segundo Rojas, devem se reunir periodicamente com representantes dos bairros onde atuam e reportam os resultados de tais reuniões aos comandos centrais da polícia, uma forma de garantir que a população de fato seja ouvida pela instituição. Em 2016, foi instituída mais uma instância de participação popular no contexto da segurança pública no Chile: “*los Consejos y Planes Comunales de Seguridad Pública*” (em português, os Conselhos e Planos Comunsais de Segurança Pública), compostos por representantes da administração pública, das polícias, dos serviços sociais e da comunidade, dentre outros atores. A ideia desses conselhos, segundo o palestrante, é constituir órgãos de formulação de planos de segurança para as comunidades em que estão estabelecidos, com a definição de metas e compromissos a vincular todos os atores envolvidos.

— Daniela Florenzano —

Jornalista da Rádio Trânsito Caçula de Pneus

Daniela Florenzano expôs aos participantes do evento sua experiência na Rádio Trânsito Caçula de Pneus, que classificou como uma iniciativa pioneira: criada em 2007, foi a primeira rádio a dedicar-se exclusivamente à cobertura do trânsito em São Paulo. Entretanto, disse, é comum que outros temas figurem na pauta da rádio: o trânsito está vinculado a questões como mobilidade, segurança pública e problemas da cidade de modo geral, o que faz com que estes tópicos sejam frequentemente levantados pelos ouvintes e abordados nas notícias.

De acordo com a jornalista, um dos diferenciais da rádio é o fato de que, atualmente, as informações compartilhadas por ouvintes são

uma das principais fontes do noticiário, juntamente com mapas de monitoramento de trânsito. A rádio recebe uma média de dez mil mensagens por dia. Ela afirma que só é possível proceder dessa forma porque a rádio parte da premissa de que os fatos reportados são verdadeiros e, segundo a jornalista, as experiências nos dez anos de existência da rádio confirmam tal premissa.

Esta relação de confiança entre a rádio e seus ouvintes, na opinião da palestrante, pode servir de inspiração para o poder público de modo geral e para as polícias em específico, especialmente no que diz respeito à criação de vias mais rápidas e menos burocráticas de recebimento de denúncias, registro de ocorrências e outras formas de colaboração. A experiência da Rádio Trânsito Caçula de Pneus demonstra a importância da confiança para que seja possível engajar cidadãos a darem contribuições. Conseguir observar os resultados e verificar os benefícios de um trabalho coletivo faz com que as pessoas sejam instadas a dar sua parcela de contribuição à rádio, algo que pode servir de exemplo para as polícias. Uma das possibilidades aventadas por Florenzano para uma maior aproximação entre polícia e sociedade, importante para o estabelecimento desses laços de confiança, é o recurso às redes sociais que, na opinião da jornalista, são subutilizadas pelas polícias.

**— Cel PM Temístocles Telmo
Ferreira Araújo —**
Programa Vizinhança Solidária

Em sua palestra, que encerrou a mesa sobre participação social no controle da criminalidade, o Tenente Coronel Telmo tratou do tema da polícia comunitária a partir de sua experiência no Programa Vizinhança Solidária (PVS)⁹, de cuja implantação participou na cidade de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, em 2012.

De acordo com o palestrante, são comumente reconhecidas quatro estratégias de policiamento: o tradicional, o orientado para o problema,

⁹ Mais informações sobre o programa podem ser obtidas em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/servicos/orientacao-seguranca/6/orientacoes-de-seguranca-vizinhanca-solidaria>>. Em 2018, o PVS ganhou status de lei (Lei nº 16.771, de 18 de junho de 2018), disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16771-18.06.2018.html>>).

o estratégico e o comunitário¹⁰. Todas essas abordagens são utilizadas pela Polícia Militar de São Paulo de forma sistêmica e complementar no combate e prevenção ao crime. Um dos principais desafios dos gestores de segurança pública, afirmou o Tenente Coronel, é estabelecer políticas que articulem as diferentes estratégias.



Problema
De que forma alinhar pontualmente a atual política de Segurança Pública com as estratégias do policiamento orientado para o problema e a polícia comunitária?

Estar no maior número de locais ao mesmo tempo

Estar nos locais certos (POP)

O PM tem que saber qual a atitude no local

Não se afasta a forma tradicional de fazer polícia. O crime está ocorrendo e precisa ser contido, mas não somente com prisões.

Fonte: ARAÚJO, Temístocles Telmo Ferreira. Programa Vizinhança Solidária – Ação de prevenção primária como ferramenta facilitadora da filosofia de Polícia Comunitária. 8 nov. 2017. 31 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

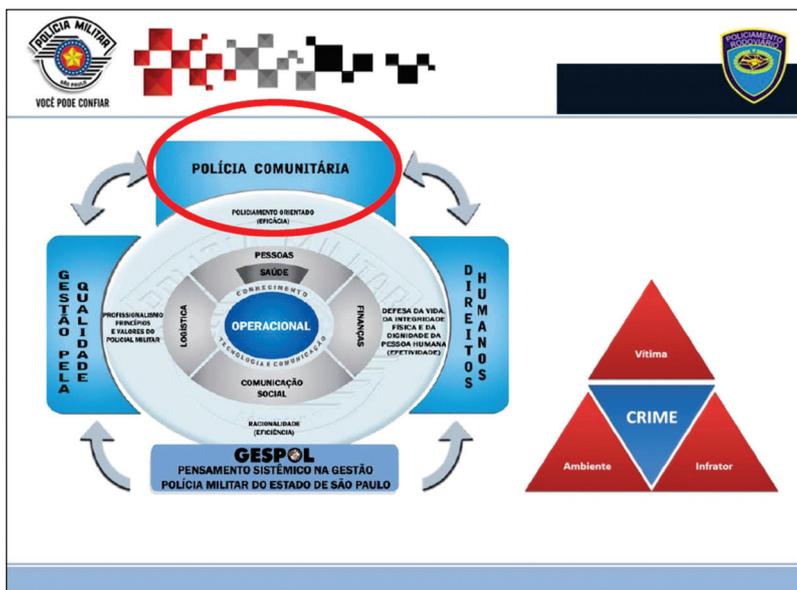
A Constituição Federal do Brasil postula que não apenas as polícias, mas também a população têm sua parcela de responsabilidade na preservação da ordem pública. Por esse motivo, o Tenente Coronel entende que, para garantir a segurança e a ordem, não basta que a polícia centre seus esforços no policiamento ostensivo, sendo necessário também que seu público-alvo esteja alinhado às expectativas e anseios da população através do contato com a imprensa, associações de bairro

¹⁰ Para outras referências sobre polícia comunitária no estado de São Paulo, ver <<http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/policia-comunitaria>> e <<http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/leAcoes.aspx?id=33362>>.

e com os cidadãos de modo geral. A atenção às demandas da sociedade e a resposta às questões levantadas, afirma o palestrante, fazem com que a confiança nas instituições policiais cresça.

Nesse contexto, insere-se o Programa Vizinhança Solidária, idealizado como um canal de comunicação entre a polícia e a comunidade: segundo o Coronel, trata-se de uma ferramenta de prevenção primária — definida pelo palestrante como o conjunto de posturas ou iniciativas pessoais adotadas pelo cidadão com o objetivo de não ser vítima de um crime. Ele explica que o programa consiste em um instrumento de polícia comunitária e que, assim como outras iniciativas de prevenção primária, não tem como objetivo resolver a questão da criminalidade de forma absoluta, mas sim servir de apoio e complemento ao policiamento tradicional.

A atuação da Polícia Militar no Programa Vizinhança Solidária, de acordo com o Coronel, se dá principalmente através de palestras e orientações gerais de conscientização para prevenção social, tema abordado por outros palestrantes do evento. Cabe aos policiais envolvidos avaliar quais são as principais vulnerabilidades específicas da região em que o programa será instituído e, a partir disso, instruir os habitantes sobre como podem proceder nos casos concretos. O Coronel Telmo explica que esse tipo de iniciativa está relacionado à utilização da metodologia IARA (do inglês SARA — *Scanning, Analysis, Response and Assessment*), que consiste em quatro pontos: identificação do problema de segurança pública por parte do gestor; análise das consequências do problema no ambiente considerado; resposta criativa ao problema identificado; e, por fim, avaliação dos resultados das medidas adotadas. Assim, o Programa Vizinhança Solidária é um esforço de alinhamento de duas das estratégias de policiamento citadas anteriormente pelo palestrante, do policiamento orientado para o problema e da polícia comunitária, visando atuar sobre o ambiente e a vítima para prevenir delitos.



Fonte: ARAÚJO, Temístocles Telmo Ferreira. **Programa Vizinhança Solidária – Ação de prevenção primária como ferramenta facilitadora da filosofia de Polícia Comunitária**. 8 nov. 2017. 31 slides. Material apresentado no Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial.

No âmbito do Programa Vizinhança Solidária, a Polícia Militar busca identificar as lideranças comunitárias na área de atuação. Essas lideranças ou tutores têm o papel de fazer a ligação entre a população e a polícia, replicando conhecimentos e difundindo exemplos bem-sucedidos. Também são acionados os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) e as associações de bairro existentes. Essa aproximação com a população, explicou o Coronel Telmo, tem o objetivo de criar vínculos de confiança e comunicação entre as partes, facilitando o intercâmbio de informações e tornando a resposta da Polícia Militar mais ágil às demandas. O palestrante destaca que a maior interação dos moradores entre si e também com a polícia também é benéfica na medida em que resgatam um sentimento de pertencimento social, aumentando os laços de solidariedade.

O Coronel Telmo ressaltou que o contato direto entre os líderes comunitários e a Polícia Militar, fomentado pelo programa, não deve substituir o recurso ao 190 em caso de emergência, tampouco o acionamento da Polícia Civil para registro de ocorrências.

CONCLUSÃO

Ao longo dos dois dias do seminário, foram discutidos temas diretamente relacionados ao trabalho policial a partir de diferentes e complementares perspectivas, com consideração de aspectos práticos e questões estratégicas das instituições atuantes no âmbito da segurança pública. Foram expostas iniciativas bem-sucedidas de prevenção e combate a diferentes tipos de crimes e, de maneira transversal, foi enfatizada a importância da participação da sociedade.

Em diferentes apresentações, foi tratada a questão da mensuração e avaliação das polícias através de indicadores que, conforme mencionaram os palestrantes, permitem:

- Assegurar o cumprimento dos objetivos do trabalho policial;
- Monitorar e avaliar o desempenho das polícias;
- Gerenciar a aplicação de recursos humanos e financeiros da segurança pública de forma mais eficiente;
- Formular ações e políticas mais precisas e eficazes;
- Aferir a avaliação da população sobre as ações da polícia.

Ao longo do evento, foi demonstrada a natureza múltipla do trabalho policial, que atua numa grande variedade de situações, e não apenas nas de natureza estritamente criminal. Como disse Anton Maslov em sua apresentação, por conta desta complexidade não há um único indicador capaz de abarcar todas as componentes da performance policial. Nessa linha, o evento trouxe apresentações que mostraram a necessidade em desenvolver ferramentas tecnológicas inteligentes e escolher indicadores que contemplem esse amplo leque.

Em diferentes falas, a necessidade de medir o impacto da atividade policial veio à tona. A utilização de indicadores múltiplos serve de substrato para o planejamento de ações específicas de policiamento e para políticas de segurança em sentido mais amplo, contribuindo para

melhorar a qualidade dos serviços e a efetividade de ações e programas. Para tanto, conforme mencionou o Major Rojas, ao falar sobre a experiência dos Carabineros de Chile, eles recorrem a uma variedade de indicadores de gestão, como a taxa de detenção ou de eficácia policial, o tempo de resposta a chamados e o índice de cobertura territorial. O Major destacou ainda que além de mensurar a atuação policial, estes indicadores fomentam mudanças efetivas: seu monitoramento permitiu, por exemplo, que se verificasse que os policiais perdiam muito tempo em tarefas administrativas.

Também foram abordadas diferentes ações em que a maior interação com a população serviu como instrumento de polícia comunitária que, assim como outras iniciativas de prevenção primária, não tem como objetivo resolver a questão da criminalidade de forma definitiva, mas sim servir de apoio e complemento ao policiamento tradicional, como destacou o Coronel Telmo em sua apresentação.

Nesse contexto, é de suma importância o uso de dados para traçar estratégias de policiamento mais eficientes. Nas palestras, sobressaiu a importância do compartilhamento de informações entre os diferentes órgãos da administração pública ligados à segurança e a centralização de seus bancos de dados como formas de fomento a ações integradas e garantia de maior taxa de sucesso das iniciativas.

Neste cenário de estratégias preventivas, o Major Rojas destacou as estratégias de prevenção de natureza sociais vinculadas à atuação sobre as causas e fatores subjacentes à ocorrência de crimes, bem como medidas preventivas não limitadas ao delito em si — incluindo questões como infraestrutura urbana e vulnerabilidade social, por exemplo — minimizam conflitos e os riscos a que estão expostos os agentes envolvidos no policiamento, reduzindo a necessidade de recurso à atuação repressiva, intrinsecamente mais conflituosa. Esse tipo de prevenção é complementar à prevenção situacional, focada na ação sobre o contexto em que os crimes ocorrem, mais rotineiramente associada ao trabalho das polícias. Por outro lado, como disse o Coronel Camilo, a correlação entre vulnerabilidade social e crime não é automática, pois ambos são influenciados por uma multiplicidade de fatores.

A satisfação da população com os serviços prestados pelas forças policiais não é uma variável desprezível, é a base para que a sociedade tenha confiança naquela instituição, imprescindível para que a atuação policial seja vista como legítima e conte com o apoio da população. Essa

confiança também faz com que os cidadãos se sintam mais propensos a denunciar a ocorrência de crimes, o que diminui a subnotificação e permite que a polícia e outros órgãos governamentais tenham informações melhores e mais qualificadas para direcionar medidas de combate e prevenção de modo eficaz e eficiente. Isso coaduna-se à visão de a segurança pública ser responsabilidade não apenas das polícias, mas também de outros órgãos públicos — como aqueles mais diretamente vinculados aos sistemas de justiça, mas também os que tratam de temas como educação, habitação e assistência social, dentre outros — e da sociedade de forma mais geral.

A experiência da Radio Trânsito mostrou o quanto a participação e o engajamento da sociedade produzem uma massa de informações que podem orientar atividades diversas, como disse a jornalista Daniela Florenzano, que tratou da importância da confiança para que seja possível engajar cidadãos a darem contribuições. Conforme o relato da palestrante, conseguir observar os resultados e verificar os benefícios de um trabalho coletivo faz com que as pessoas sejam instadas a dar sua parcela de contribuição à rádio, algo que pode servir de exemplo para as polícias.

Nos painéis mais focados em estratégias de prevenção e combate aos roubos de rua e de veículos, a participação dos diferentes perfis de agentes públicos de segurança e do representante do setor privado demonstraram a importância de contemplar diferentes tipos de conhecimentos para ações efetivas.

Vimos a capacidade de atuação dos gestores municipais, com a experiência de Belo Horizonte, e o quanto a tecnologia pode fornecer ferramentas assertivas para direcionar a atuação policial, tanto na perspectiva de prevenção e repressão (como destacado na experiência mineira de combate a roubos em corredores e interiores de coletivos) como nas atividades de investigação, como bem destacaram os representantes da DIVECAR. As ações integradas entre os diferentes órgãos, como disse o doutor Bechara, conseguem atuar sobre todo o ciclo do crime. O impacto da Lei dos Desmanches, mencionado em diferentes falas, expõe a capacidade de reduzir roubos a partir de ações multiagenciais, gerando resultados em diferentes campos, como mencionou o representante das seguradoras de veículos.

A realização do Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial, lançou uma luz sobre os fatores que impactam a segurança pública, evidenciando que é preciso e urgente que

estratégias preventivas levem em conta todos esses elementos, inclusive aqueles indiretamente ligados à ocorrência de delitos violentos, como os fluxos percorridos pelo dinheiro utilizado por organizações criminosas. A consideração simultânea desses fatores na formulação de políticas de segurança pública pode possibilitar melhor uso dos recursos financeiros e humanos disponíveis, além de contribuir para a redução da violência. No entanto, para nortear as ações dos atores envolvidos, sobretudo das instituições policiais que lidam com atividades tão distintas em seu cotidiano, é imprescindível pensar num sistema de mensuração capaz de contemplar essas múltiplas atividades. Somente dessa forma, a exemplo das experiências canadense e chilena, a polícia poderá informar a sociedade sobre sua atuação em diferentes áreas na prevenção e no combate ao crime, aumentando a sensação de segurança da população.

— Anton Maslov —

Bom dia novamente. Estava dizendo que preferia me levantar, já que hoje será um longo dia sentado. Antes de tudo, gostaria de agradecer aos meus colegas do Instituto Sou da Paz por terem me procurado e me convidado a participar e palestrar no seminário. Vejo que essa é uma grande oportunidade para fazer *networking* e colaborar; espero que façamos as duas coisas. Meus agradecimentos pessoais vão para Bruno Langeani. Bruno, obrigado pelo convite para apresentar e pela paciência durante a preparação desta apresentação.

Hoje, gostaria de falar em como medir o desempenho da polícia em geral, da perspectiva dos cidadãos e do público em específico. Começarei a apresentação dando uma visão geral da estrutura de como é a aplicação da lei no Canadá, depois passarei para a discussão das dimensões do trabalho da polícia e como podemos medi-los. Nós vamos discutir medidas que são utilizadas mais frequentemente e outras métricas como opinião pública e confiança e confiabilidade [*trust and confidence*] na polícia. Essas últimas medidas são o centro do meu trabalho. Devo destacar que esta apresentação vai focar principalmente em pesquisas da polícia no Canadá, mas tenho certeza que a mesma situação, a análise e as conclusões podem ser aplicadas fora do Canadá. Depois de todas as leituras e análises que fizemos para este projeto, nós vamos lançar o projeto, cujo objetivo é desenhar o que chamamos de métricas fundamentais da performance policial, mas vou falar sobre esse aspecto posteriormente na minha apresentação.

Uma visão geral rápida da estrutura da polícia no Canadá, que é um pouco diferente da do Brasil: o governo federal, pela constituição

canadense, é responsável pela lei criminal. Todas as ofensas para as quais a punição é prisão por dois anos ou mais estão sob a jurisdição do governo federal. O Canadá tem dez províncias e três territórios, e os governos provinciais e territoriais são responsáveis por todas as demais ofensas, aquelas cuja punição é de prisão por tempo inferior a dois anos, multa, serviços comunitários e assim por diante. Então todos os delitos de menor potencial ofensivo estão sob jurisdição provincial.

A administração da justiça, que inclui policiamento, é responsabilidade dos governos das províncias no Canadá. Então, no Canadá, nós temos três níveis de policiamento: federal, provincial e municipal. Podemos começar com jurisdição de policiamento municipal, que estão na parte inferior [do slide]. Há 176 serviços de policiamento independente no Canadá. Obviamente, não há 176 logotipos no slide, mas é só porque não consegui fazer caber todos. Peço desculpas aos que não foram incluídos. Não é porque eu não gosto de vocês, mas porque vocês estavam muito abaixo na página do Google.

Além das forças municipais, existem jurisdições policiais indígenas, que são responsáveis pelos policiamentos de algumas comunidades indígenas no Canadá, e também numerosos serviços especializados, como polícias dos parques, polícias de transportes comerciais, de portos, dos campi das universidades. As forças policiais municipais servem cerca de dois terços da população do Canadá. Além da polícia municipal, nós temos três forças policiais provinciais no Canadá, nas províncias de Quebec, Ontario e Newfoundland and Labrador. O resto das províncias e todos os territórios, excluindo as forças policiais municipais, são policiadas através de contrato pela força policial federal, chamada de Real Polícia Montada do Canadá [*Royal Canadian Mounted Police*], ou RCMP. A RCMP está especificamente vinculada ao combate ao crime organizado, às investigações de drogas e ao terrorismo, bem como à coordenação interjurisdicional. Ela opera em nível nacional e cobre áreas vastas e às vezes bastante remotas do território do Canadá.

Os salários dos policiais são muitos parecidos em todo Canadá. Apenas para dar uma ideia em termos de número, os salários para os oficiais da polícia vão de cerca de 40 mil dólares canadenses por ano; no início da carreira, até cerca de 60 mil dólares. No Brasil, em reais, seria cerca de 100 a 150 mil reais por ano. O salário médio de um policial no Canadá é de cerca de 80 mil dólares canadenses, que equivalem a aproximadamente 200 mil reais por ano. Em termos de comparações com outros salários,

posso dizer que os salários em nível de entrada para os oficiais da polícia no Canadá são comparáveis aos salários que se espera que um engenheiro ou um cientista da computação recebam no início da carreira. Também posso dizer que, quando converso com meus colegas dos Estados Unidos, pesquisadores, criminologistas, eles sempre se surpreendem com os salários dos policiais porque os policiais nos Estados Unidos ganham aproximadamente a metade do salário dos oficiais do Canadá. E eu tenho certeza que vocês sabem pela imprensa que o nível de crime que eles se deparam e os perigos que eles têm que enfrentar não são nem de perto comparáveis, no Canadá e nos Estados Unidos.

Eu acho que nós frequentemente subestimamos e não valorizamos o quanto o trabalho da polícia é amplo e complexo. As tarefas tradicionalmente atribuídas à polícia, que todos nós sabemos, são perseguir, prender e acusar criminosos, prevenir a ocorrência de crimes e lidar com pequenas ofensas e acidentes relacionados ao trânsito, mas também se espera que a nossa polícia resolva conflitos diversos em suas comunidades, reduzir ou prevenir desordem social e construir e manter relações com a comunidade. E também há coisas menos óbvias, como dar informações a um turista que se perdeu, ajudar um morador de rua a ir até um abrigo. E também esperamos que os policiais sejam educados, profissionais, corteses e, idealmente, que sempre estejam de bom humor e mesmo que tenham senso de humor.

As dimensões neste slide são as dimensões do trabalho policial de Moore, que são comumente aceitas nas pesquisas de criminologia como base da discussão. Mark Moore é um destacado pesquisador da Universidade de Harvard que [dedica] sua carreira à pesquisa sobre polícia. Eu vou explicar estas dimensões brevemente.

A primeira dimensão, reduzir o crime e a vitimização, é percebida como a função primária e mais importante dimensão do trabalho policial. Também é a mais direta das sete dimensões. Policiais devem proteger os cidadãos, seu bem-estar, bem como reduzir o perigo, tanto o real quanto o perigo percebido de crime e vitimização na comunidade.

A segunda dimensão, que é garantir a responsabilização dos infratores, está relacionada à primeira dimensão, no sentido de que ambas são alcançadas através das ações da polícia, com objetivo último de controlar o crime e reduzir a vitimização, mas uma diferença importante entre as duas é que, para muitos membros da comunidade, a justiça só existe quando os culpados por um crime são levados perante a justiça/o Poder Judiciário, sendo repreendidos, multados ou encarcerados.

A terceira dimensão, reduzir o medo e aprimorar a segurança pessoal, é uma dimensão do trabalho policial um tanto controversa, porque pode parecer que, se a polícia é bem-sucedida em conseguir bons resultados nas duas primeiras dimensões, o senso comum diria que o medo do crime diminuiria e a percepção de segurança aumentaria naturalmente. Mas nós sabemos, por meio de pesquisa, que o medo do crime numa comunidade não é necessariamente explicado por suas taxas de crime. O medo do crime pode resultar de muitas coisas, como a percepção de desordem social nas vizinhanças, embriaguez em público, prostituição aberta, tráfico de drogas aberto, grupos de pessoas barulhentas, e também imagens e histórias de crimes retratadas pela imprensa podem contribuir na mesma medida para esse medo do crime nas comunidades.

A quarta dimensão é garantir a civilidade em espaços públicos. Muitos crimes ocorrem em espaços privados, e a privacidade é bastante protegida pelas constituições em vários países, com certeza no Canadá. A polícia precisa ser ou convidada ou legalmente autorizada em certas situações, como denúncias de violência doméstica, agressão ou vandalismo, para entrar nestes espaços [privados], proteger os cidadãos e aplicar a lei. Mas o espaço público também é compartilhado por cidadãos da comunidade, que desejam se sentir seguros quando estão presentes neste espaço, e é responsabilidade da polícia garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos em espaços públicos.

A quinta dimensão, usar força e autoridade de forma justa, eficiente e eficaz, é também uma dimensão bastante contenciosa do trabalho da polícia. Policiais têm o encargo [*mandate*] de usar a força e a autoridade caso necessário para completar o objetivo de seus trabalhos. Mas se a polícia faz uso da força de forma justa tem sido alvo de debate há décadas — basta ligar no jornal da noite em qualquer canal de TV americano para entender o escopo e a extensão desse debate. Na realidade, nós sabemos que as organizações da polícia fazem de tudo para treinar seus integrantes e para implementar práticas, de forma a minimizar o uso da força na proteção da segurança pública. Existe uma expectativa colocada na polícia para utilizar a autoridade e a força de forma justa, de modo justo e apenas quando é absolutamente necessário. No Canadá, existem módulos especiais de treinamentos e outros treinamentos obrigatórios feitos para implementar e abordar a questão do uso da força.

A sexta dimensão, utilizar recursos financeiros de forma justa, eficiente e eficaz, é uma dimensão que está relacionada indiretamente

ao trabalho da polícia, no sentido de que o público espera que a polícia faça o trabalho de forma eficiente e economicamente sustentável. Assim como em qualquer outra organização pública ou privada, o desperdício de recursos nos departamentos policiais geralmente é desaprovado pelo público.

E, por fim, a última dimensão, serviços de qualidade e satisfação do cliente. Essa última dimensão do trabalho policial tem a ver com a cortesia com que os deveres são cumpridos. De um lado, pode-se argumentar que não se deve esperar que a polícia seja educada ou cortês com os criminosos que prende. Por outro lado, o público pode não dar muita legitimidade à polícia se eles forem notadamente grosseiros. Da mesma forma, se espera que a polícia seja cortês quando cumprem funções, outras que não o combate ao crime, como ajudar uma pessoa desabrigada a ir até um abrigo ou prestar os primeiros socorros a uma vítima, ou dar assistência a um cidadão idoso que esteja confuso.

Pessoalmente, eu posso dizer que é muito menos doloroso receber uma multa por excesso de velocidade ou outra violação das leis de trânsito do que de um policial que seja firme, mas educado, em vez de rude e grosseiro. Eu sei que estava acima da velocidade. Não é preciso ser rude. Em outras palavras, a relação de confiança com a polícia é mais bem estabelecida quando eles são corteses, profissionais e educados, mas nós vamos falar em confiança daqui a pouco.

Agora [vamos] começar a abordar o tema da performance da polícia. Nós sabemos o quanto é complexo o trabalho da polícia, nós sabemos que ele é multidimensional, que envolve muitas tarefas e que existem muitas expectativas que nós temos da polícia. Então como nós sabemos se a polícia está fazendo seu trabalho adequadamente? Em outras palavras, como podemos medir a sua performance?

Existem medidas diretas e indiretas de desempenho policial que podemos usar. Todos estamos familiarizados com as diretas, que são a clássica taxa de criminalidade (taxa de criminalidade que cai é boa performance), número de prisões ou de multas (mais prisões e mais multas significam boa performance), taxas de esclarecimento (maiores taxas de esclarecimento indicam uma boa performance) e, às vezes, tempo de resposta a chamadas (em que uma resposta rápida significa melhor performance) é usado.

Mas existem medidas indiretas, como a observação direta, quando um pesquisador acompanha a polícia a pé ou na viatura e faz observações;

estudos situacionais, que são experimentos como deixar uma carteira e verificar se ela é devolvida pela polícia com seu conteúdo intacto; e testes independentes, como resenhas independentes do uso da força pela polícia, por exemplo. Mas a medida indireta de desempenho policial mais popular e clara são as pesquisas [surveys]. E isso envolve perguntas aos pesquisados: o que eles acham de sua polícia e quão bem acham que eles estão fazendo seu trabalho. Aliás, pesquisas são a única medida indireta que é relativamente e mais facilmente exequível em larga escala. Estudos de observação e situacionais são muito intensos em termos de tempo e de recursos e frequentemente são caros. Pesquisas são mais baratas e mais rápidas e podem ser aplicadas em escala nacional.

Vou falar algumas das forças e fraquezas dessas medidas de desempenho policial. Todas as medidas diretas, exceto talvez as taxas de esclarecimento, são muito claras e mais ou menos fáceis de serem medidas. Elas são coletadas e registradas rotineiramente pelos departamentos de polícia e são constantemente divulgadas nos relatórios anuais de polícia e *wherescaping*. Também são fáceis de entender e fornecem uma imagem rápida de como a polícia está se desempenhando. A taxa de crime, que é como se compara um período de tempo anterior àquele sobre o qual se reporta atualmente, é a métrica de desempenho policial mais frequentemente usada, provavelmente no mundo todo. Está disponível e é muito reportável, e sem dúvida mostra o quanto o trabalho da polícia é efetivo na redução do crime em sua comunidade.

O número de prisões de multas e o tempo de resposta são úteis para mostrar se a polícia está respondendo rápido aos chamados e trabalhando duro, e o número de crimes solucionados é outro indicador da eficiência da polícia na resolução de crimes. Então, essas são as forças das medidas diretas e elas não devem ser subestimadas. Elas de fato são muito úteis pela rapidez com que nos dão uma ideia de quão bem a polícia está desempenhando suas funções. Obviamente, a imagem não está completa sem as medições indiretas, e vamos falar dela um pouco mais tarde, mas agora vamos falar de algumas das limitações das medidas diretas da performance policial, baseadas em décadas de estudo de criminologia, claro.

Os dados sobre solução sobre crimes, por exemplo, são difíceis de medir de forma padronizada e objetiva. Taxas de esclarecimento podem ser facilmente manipuladas para mostrar performance melhor e há casos bem reais de manipulação de índices de esclarecimento por todo

o mundo. Também é impossível padronizar as taxas de solução para diferentes tipos de crimes. Será realmente possível comparar os índices de esclarecimento de homicídios com aqueles de pequenos furtos? Ou as taxas de uma polícia que atua em uma área com altas taxas de homicídio podem ser comparadas com as de uma com altas taxas de furto? Claro que não.

O número de prisões, de multas aplicadas e tempos de resposta são boas medidas para demonstrar o quanto a polícia está trabalhando, mas não revelam se a polícia está usando inteligência, com métodos coesos, cooperação e se está tendo impacto positivo. A quantidade de multas e prisões não reflete adequadamente o trabalho real da polícia, a menos que muito mais contexto seja fornecido e que outras métricas sejam levadas em conta. O tempo de resposta é indiscutivelmente uma boa medida da eficiência da polícia, mas é tão dependente de vários outros fatores que eu dificilmente o classificaria como boa medida de desempenho por si só. Recursos alocados naquela companhia/batalhão, priorização de casos, o tempo — lembrem-se que eu vivo no Canadá, onde temos neve pelo menos cinco meses por ano —, ou simplesmente o quanto aquela noite está sendo movimentada são alguns dos fatores que podem influenciar o tempo de resposta.

Agora, a nossa métrica preferida de performance policial: as taxas de criminalidade. E eu vou gastar um pouco de tempo tratando disso porque eu sinto que continuamos repetindo o mesmo erro de recorrer primariamente aos índices de criminalidade como nossa melhor medida de desempenho policial. Primeiro, centrar-se nas taxas de criminalidade como medida da performance policial, o que muitas jurisdições policiais em todo o mundo fazem, é uma abordagem um tanto restrita porque o controle do crime é apenas uma de ao menos sete dimensões do trabalho policial. A pressão para diminuir os índices de crimes, sem pressão equivalente para manter a integridade da divulgação e do sistema de divulgação, abre portas para a manipulação de estatísticas criminais pela supressão de registros ou pela classificação errada de casos, por exemplo, e outras formas de manipulação. E isso é similar ao que eu disse sobre índices de esclarecimento.

Terceiro: focar em crimes notificados não leva em conta os crimes não notificados. Lembrem-se que a taxa de crimes que vemos são os crimes que são comunicados à polícia. Os crimes não notificados e o nível geral de vitimização são geralmente de duas a três vezes, muitas vezes

maiores que a taxa de crimes comunicados, e isso depende muito do tipo de crime. Sabemos, por meio de pesquisas, que taxas de notificação particularmente baixas são verificadas em casos de furtos domiciliares, estupro e outras agressões sexuais, crimes contra jovens entre 12 e 17 anos, crimes violentos cometidos em escolas e crimes cometidos por pessoas que são conhecidas pela vítima.

A quarta crítica: a pressão para diminuir a taxa de crimes é contraproducente quando se lida com crimes invisíveis, que são os crimes tradicionalmente não notificados ou subnotificados, como crimes intrafamiliares, crimes financeiros, crimes consensuais (como tráfico de drogas ou suborno), e crimes que envolvem intimidação. Campanhas com sucesso contra estes tipos de crimes frequentemente envolvem tentativas deliberadas de expor o problema, começando por encorajar o público a denunciar esses crimes para a polícia, o que inevitavelmente fará com que a taxa de crimes aumente, não diminua.

Cinco: focar na redução das taxas de crimes não leva em conta os custos ou os efeitos colaterais das estratégias usadas para alcançá-la. Em outras palavras, índices de criminalidade podem ser reduzidos a um alto custo para a sociedade e para os cidadãos, que podem ir desde o custo excessivo de recursos financeiros até o uso excessivo da força.

A sexta crítica: comparar a taxa de crime [atual] à de um período anterior pode facilmente ser mal interpretado se fatores exógenos não forem levados em conta — eventos especiais, o tempo, desastres naturais, fatores sociodemográficos; todos eles podem causar aumento ou diminuição repentina na taxa de crimes, e isso não pode ser entendido facilmente se a taxa de crime for divulgada como um mero número em um relatório anual.

Finalmente, e eu prometo que esta é minha última crítica: a taxa de crime. O que os criminologistas, e eu tenho certeza que a polícia e a comunidade sabem, é que taxas de crime, mais cedo ou mais tarde, estabilizam-se em seu patamar natural. Então, em um cenário hipotético em que a taxa de crimes se estabilizou, qualquer elevação nos índices dará uma imagem ruim àquela jurisdição policial, apesar do fato de que ela provavelmente está fazendo um ótimo trabalho em manter a taxa estabilizada, mas, de acordo com a métrica de índices de criminalidade, a polícia não está fazendo um trabalho muito bom. Em outras palavras, qualquer pico no crime em uma área relativamente calma poderia indicar que a polícia não estaria trabalhando bem, mas isso provavelmente não reflete a realidade do campo.

Então, para reforçar: se todos nós concordamos que as funções e tarefas da polícia são multidimensionais, também as medidas de seu desempenho deveriam sê-lo. Nós esperamos tantas coisas de nossa polícia, que incluem qualidades tanto profissionais quanto humanas, mas nós parecemos nos concentrar em apreender apenas algumas medidas de performance, como taxa de crimes e número de prisões e multas. Idealmente, deveríamos diversificar e tentar mensurar tantas dimensões do trabalho policial quanto possível, e isso só pode ser feito com a inclusão de várias métricas no arcabouço de avaliação da performance da polícia.

Os chefes de organizações policiais alocam recursos de acordo com as prioridades e necessidades da sociedade. Elas frequentemente mudam — às vezes em questão de dias ou mesmo horas — mas independentemente disso, os recursos da polícia são distribuídos de acordo com as dimensões do trabalho da polícia, lembrando que há ao menos sete dimensões. Então, vamos imaginar que os comandos das polícias alocam a maior parte dos recursos policiais em uma ou duas dimensões do trabalho policial. Por exemplo, vamos imaginar que os chefes de polícia direcionam o trabalho de seus oficiais apenas para a diminuição das taxas de crime e para levar os criminosos à justiça, as duas primeiras dimensões. As demais dimensões seriam negligenciadas ou esquecidas por serem menos prioritárias. Eu digo “vamos imaginar isso”, mas esse é um cenário muito real em alguns lugares do mundo. Podemos agora imaginar as consequências destas decisões? Podem ser muito desastrosas. As taxas de crime podem diminuir, mas a que custo?

Então, todos nós ouvimos, tenho certeza, das políticas de “Tolerância Zero” na cidade de Nova York em meados dos anos 1990. Naquela época, a cidade estava refém da epidemia de *crack* e sofria com altos níveis de crimes antissociais e violentos. Em alguns anos de policiamento “Tolerância Zero” em Nova York, o crime diminuiu entre 30 e 50% — a taxa de crimes, no caso. Parece um bom negócio. Eu aceitaria tal redução na taxa de crimes, qualquer um aceitaria. Como isso foi alcançado? Através do aumento da punição para crimes menores. Essa abordagem se enquadra bem na teoria criminal clássica chamada “teoria das janelas quebradas”. Ela diz que, ao debruçar-se sobre crimes menores, podemos evitar que eles se tornem crimes maiores. E também se enquadra na abordagem política popular de ser duro com o crime. Então a grande força da “Tolerância Zero” é que ela parece funcionar, o crime é reduzido e todo mundo está feliz. E sua implementação também

é relativamente barata e parece ter um efeito imediato no crime, ao contrário das soluções sociais de longo prazo, mais caras. Também fazem o público sentir que algo está sendo feito a respeito do crime e dá às vítimas uma sensação de justiça, e todas essas são coisas muito boas.

Mas também existem várias desvantagens na “Tolerância Zero”. Primeiro, o policiamento de “Tolerância Zero” em Nova York resultou em muita gente sendo presa por pequenos crimes como posse de maconha. Algumas dessas pessoas perderam seus empregos ou suas casas alugadas como resultado e, uma vez rotuladas como criminosas, essas pessoas vão encontrar dificuldades para conseguir empregos e hipotecas no futuro. Segundo, o policiamento da tolerância pode ser racista; como consequência, cerca de 85% das pessoas com as quais se lidava sob as políticas de “Tolerância Zero” eram hispânicas ou negras. Terceiro, a “Tolerância Zero” foca em pequenos crimes e crimes de rua ou crimes menores e ignora crimes sérios cometidos pela elite, como crimes financeiros, e alguns argumentariam que estes crimes são mais danosos à sociedade do que os crimes de rua. “Tolerância Zero” também faz muito pouco para lidar com as causas subjacentes do crime. Quarto, alguns argumentariam, e eu certamente faria isso, que uma vez que o crime não vai a lugar nenhum e que é impossível que a sociedade o erradique completamente, tudo o que a “Tolerância Zero” consegue é esconder o crime na rua. Tráfico e consumo de drogas não desapareceram, mas tornaram-se ocultos, assim como a prostituição e alguns crimes violentos. E finalmente, existe uma possibilidade muito real de que, em vez de serem sobre a redução do crime, as políticas de “Tolerância Zero” sejam ideológicas em sua natureza. Elas permitem que políticos aleguem que eles foram os responsáveis pela redução do crime por serem rigorosos com o crime, mas na verdade o crime está mudando ou diminuindo de qualquer modo, por outros motivos. E um desses motivos é porque as pessoas ficam mais tempo on-line e menos na rua, de forma que a natureza dos crimes se transformou para on-line mais do que de rua.

Agora, exemplos de diferentes abordagens para a diminuição das taxas de crimes e para o policiamento, de forma geral em todo o mundo, não produzem grandes reduções nos índices de criminalidade porque sua abordagem proativa impede que o crime saia de controle de partida. Também não produzem prisões em larga escala porque são desenhadas para serem econômicas e locais, em vez de operações extensivas de larga escala. Aqui, podemos trazer um outro exemplo dos Estados Unidos: a

cidade de Boston. O departamento de polícia de Boston é conhecido por não ter uma boa relação com os cidadãos da cidade. Não temos tempo para entrar em detalhes aqui, mas podemos confiar nos dados, nas pesquisas e nas histórias da cidade de Boston sobre esse assunto.

Então em vez de seguir a rota da “Tolerância Zero”, como em Nova York, a cidade de Boston implementou várias iniciativas corajosas e de longo prazo desenhadas para melhorar a relação entre polícia e cidadãos a longo prazo. Eles trouxeram o painel comunitário de supervisão [*Community Ombudsman Oversight Pannel*] para aumentar a responsabilidade [*accountability*] da polícia por suas ações. Conselhos consultivos de vizinhança foram criados para incluir a voz pública no desenho das iniciativas policiais. Vários grupos comunitários também foram criados para aumentar o diálogo e a interação entre polícia e cidadãos, para abordar questões como tiroteios e violência policial. Além disso, a polícia começou uma interação com os jovens, em que policiais participam de esportes e outras atividades com os jovens e, por fim, Boston implementou a câmera acoplada ao corpo, que é uma iniciativa popular atualmente em todo o mundo.

Vocês podem ver que todas essas iniciativas não são direcionadas para resolver o problema do crime ou da violência ou para resolver as relações com a comunidade imediatamente. Levou anos para que o Departamento de Polícia de Boston começasse a mudar seu relacionamento com a comunidade, e ainda é um trabalho em andamento. Voltando ao ponto anterior, a abordagem de Boston não diminuiu a taxa de crime, porque era muito [inaudível] e de longo prazo; também não produziu muitas prisões. Claro que a polícia de Boston continuou a fazer seu trabalho de policiamento, mantendo a ordem pública, prendendo os criminosos e usando a força se necessário, mas o foco na mudança de abordagem foi bem diferente. E se nós olhássemos apenas para a taxa de crimes e para o número de prisões com as principais métricas de performance policial em Boston naqueles anos, acho que ficaríamos decepcionados com os números.

Então, se continuarmos usando a taxa de crimes como indicador principal de performance policial — e nós de fato usamos a taxa de crime no Canadá, devo dizer —, permitam-me compartilhar com vocês algo um pouco diferente ou complementar à taxa de crimes, que nós desenvolvemos e estamos usando no Canadá. Nós temos uma agência chamada Statistics Canada, nossa agência estatística federal central, que

coleta informações estatísticas de todos os tipos, inclusive dos sistemas de justiça. A cada ano, como em muitos países do mundo, a Statistics Canada divulga os números e tipos de incidentes criminais que foram notificados à polícia. Nós dividimos esse número por 100 mil habitantes e obtemos o que todos conhecemos como taxa de crime. A taxa de crime tradicional mede o volume de crimes que foram relatados à polícia; cada incidente criminal, independentemente do tipo ou da seriedade da ofensa, tem o mesmo peso na taxa. Então, por exemplo, um homicídio conta o mesmo que um ato de mau comportamento [*mischief*], o que, claro, implica em um problema sério que nós não temos conseguido superar na criminologia há algum tempo. Não importa como dividamos ou separemos a taxa de crimes — por unidade geográfica, idade, sexo ou qualquer outra variável demográfica —: ainda estamos tratando homicídio e mau comportamento como um mesmo tipo de incidente na taxa de crimes.

Então o que nós fizemos no Canadá: nós desenvolvemos uma nova ferramenta que poderia levar em conta a diferença entre um assassinato e mau comportamento, por exemplo. Nós o chamamos de índice de severidade do crime, e ele rastreia não apenas a taxa, mas a gravidade dos crimes reportados à polícia ano a ano, [como] os crimes relatados pela polícia no ambiente. A forma como nós desenvolvemos foi a seguinte: nós pegamos o ano de 2006 como ano base. Para aquele ano, nós tiramos uma média da severidade das sentenças dos tribunais para cada crime, por exemplo, quantos anos de prisão em média foram dados para casos de homicídios no Canadá em 2006. Nós fizemos isso para cada infração prevista no código penal canadense e, dessa forma, obtivemos o índice de severidade para cada [uma] dessas infrações. Depois, multiplicamos o número de incidentes que ocorreram em 2006 ou em quaisquer anos subsequentes pelo índice daquele incidente, e o número resultante foi o índice geral de severidade daquele crime específico naquele ano. O índice de cada crime é atualizado a cada cinco anos. Dessa forma, o índice de severidade do crime leva em conta mudanças não apenas no volume de crimes no Canadá, mas também a gravidade relativa desse crime em geral ou comparado com outros crimes. Em outras palavras, o índice de gravidade do crime ajuda a responder perguntas como “O crime que está sendo notificado à polícia é mais ou menos grave do que antes?” ou “Os crimes notificados em uma dada cidade ou província são mais ou menos sérios do que [os reportados] no Canadá de modo

geral?”. Devo dizer que a Statistics Canada sempre nos avisa que o índice de severidade do crime não substitui, mas sim complementa as métricas existentes de crime, como a taxa de criminalidade. Ele apenas oferece uma forma diferente de ver o crime e aborda as limitações da taxa de crimes tradicional.

Se eu ainda não convenci vocês sobre a necessidade de utilizar várias formas para avaliar o desempenho da polícia, aqui um exemplo por analogia, que li recentemente em um artigo de Malcolm Sparrow, um acadêmico americano que estuda medidas de desempenho da polícia. Em um de seus vários *workshops*, com chefes de jurisdições de polícia dos Estados Unidos, ele pediu que os participantes decidissem o que é mais difícil de operar: suas respectivas equipes policiais ou um avião comercial, como um *Boeing 747*? Aviões são máquinas extremamente complicadas que poucas pessoas no mundo sabem como operar, isso é verdade. Mas quase todos os chefes de polícia nesse *workshop* disseram que eles achavam que suas organizações policiais são mais difíceis de operar do que *boeing*s. E isso parece ser verdade também, porque organizações policiais são organismos extremamente complicados que lidam com problemas muito complexos e com prioridades que concorrem entre si. Elas dependem de centenas de fatores sociais, tanto internos quanto externos à sua jurisdição, e mesmo internacionalmente. Elas dependem de seu orçamento, da situação política na cidade e no país, da adequação do treinamento, de suas lideranças e assim por diante.

Então, voltando para o avião... Eu sou um criminologista, eu não sei nada de aeronáutica ou engenharia. Para mim, ainda é um mistério como esses pedaços gigantes de metal voam no ar e transportam pessoas com segurança de um lugar para o outro. Mas mesmo com meu conhecimento limitado sobre aviões, eu sei que há vários monitores, sensores e indicadores [que] precisam ser monitorados pelo piloto do avião. Também sei que um bom número deles, pelo menos dez, precisam ser monitorados pelo piloto o tempo todo. Pressão do ar, vento de proa, vento de popa, temperatura externa, pressão interna da cabine, trajetória e curso do avião, altitude relativa, turbulência adiante, peso e sua distribuição, força do motor, níveis de combustível. Assim, já nomeamos algumas sem saber nada sobre engenharia. Então aqui está a principal pergunta para nós: qual desses indicadores são métricas essenciais de desempenho para os aviões? Em outras palavras, qual deles é a nossa taxa de crime ou número de prisões? E a resposta é que não temos uma. Não há

um indicador-chave para um avião. Se for dada preferência para um indicador em detrimento de outro, há uma boa probabilidade que o avião caia. De modo simplificado, todos os monitores exigem monitoramento constante se você quer aterrissar de forma segura. Se nós aceitarmos a ideia de que as organizações de polícia são mais muito mais complexas de se operar do que um avião comercial, nós também temos que aceitar a ideia de que não um ou dois, mas vários indicadores de desempenho precisam ser monitorados o tempo inteiro, e medidos. É simplesmente vital fazê-lo.

OK, agora que nós já falamos sobre a importância de considerar várias métricas de desempenho da polícia, passamos a discutir o conjunto de métricas mais negligenciado, que é medir a performance da polícia da perspectiva do público, que é o título da minha apresentação e também o cerne do meu trabalho na *Public Safety Canada*. Como nós sabemos o que o público pensa sobre sua polícia? Nós perguntamos ao público em pesquisas, mas como o fazemos e o quanto medimos o que precisamos medir será o foco do restante da minha apresentação.

Medir o que o público pensa sobre sua polícia é a única medida de desempenho da polícia local ou nacional possível em grande escala. Lembrem-se que as outras medidas indiretas são observações diretas, estudos situacionais ou testes independentes, nenhum dos quais é facilmente exequível em larga escala, como uma cidade ou país. Eles consomem muito tempo, são muito caros e requerem a participação de muitos pesquisadores em campo. O nível de satisfação do público com a polícia ou o que pensam sobre a polícia também são conceitos complexos que podem ser difíceis de quantificar. Coletar dados também pode ser caro às vezes; pesquisas ainda são caras de executar, apesar de estarem se tornando mais baratas com a tecnologia de pesquisa on-line atual. Ainda assim, apesar das dificuldades, é extremamente importante compreender como o público se sente em relação à polícia e por que se sente dessa forma. Esse tipo de informação só pode ser coletada com pesquisas de opinião pública. Não há outra forma de fazê-lo.

Lembremo-nos que para medir o que o público pensa da polícia é apenas uma das várias métricas que precisamos usar. Elas não devem e não podem substituir outras métricas, tais como taxa de criminalidade, índice de gravidade do crime, número de prisões e multas. Elas só funcionam como um suplemento a essas métricas diretas do desempenho da polícia. Não as substituem.

Aqui, nós podemos revisar o modelo de interação da polícia com o público. Trabalhos [inaudível] tendem a destacar um número de conceitos centrais, dos quais os mais importantes são confiança ou confiabilidade, legitimidade, satisfação com o contato e cooperação com a polícia. Nós precisamos considerar esse tipo de modelo de diferentes aspectos das atitudes e opiniões das pessoas porque nos permite mapear os processos através dos quais as pessoas têm a experiência do policiamento, bem como os resultados esperados.

Então o que acontece nesse modelo? Nós sabemos que contatos pessoais com policiais são momentos importantes em que a confiança e legitimidade são formadas ou enfraquecidas, e tais atitudes moldam a prontidão das pessoas em cooperar com a polícia. Aqui é importante enfatizar que os elos na cadeia são probabilísticos e não determinísticos, ou seja, a satisfação não gera confiança automaticamente, que muitos outros fatores são colocados em cada estágio e há outros motivos para a confiança na polícia além do contato pessoal com policiais, que os caminhos são recursivos, ou seja, a legitimidade formata a confiança da mesma forma que a confiança molda a legitimidade, e que todas as relações são simétricas, de modo que o contato insatisfatório com a polícia enfraquece a confiança.

No Canadá, existe apenas uma pesquisa nacional que mede o nível de satisfação dos canadenses com a polícia. Essa pesquisa é aplicada pela Statistics Canada, que é nossa agência federal que faz o censo e outras estatísticas que mencionei anteriormente. Ela é feita uma vez a cada cinco anos. Há outras possíveis pesquisas únicas no Canadá, que são feitas de forma esporádica por acadêmicos ou pesquisadores. Claro que a Statistics Canada pode inserir perguntas sobre as métricas de desempenho da polícia aqui e acolá, mas nenhuma dessas pesquisas é feita regularmente. Essa pesquisa que mencionei, chamada Pesquisa Social Geral [*General Social Survey*] é [a] única fonte regular e nacional de comparações sobre as visões do público acerca do desempenho da polícia no Canadá. Novamente, isso é feito uma vez a cada cinco anos, o que não chega perto de ser o suficiente.

Além dessa pesquisa nacional, temos várias pesquisas independentes que são administradas por diferentes jurisdições policiais. Lembrem-se que nós temos 176 jurisdições policiais independentes. Muitas dessas jurisdições começam a administrar esse tipo de pesquisa — pesquisa de satisfação do público — nas últimas décadas, mas apesar de

todas essas pesquisas, quase nenhuma faz a mesma pergunta sobre o desempenho da polícia e, claro, para comparar o desempenho de uma jurisdição com o de outra, em termos de como o público vê a polícia, nós devemos fazer as mesmas perguntas. Nós não podemos comparar os resultados se as perguntas que nós fizemos são diferentes. Apenas para dar um exemplo a vocês: nesse projeto, eu revisei pelo menos 30 pesquisas independentes e encontrei apenas duas jurisdições que fazem as mesmas perguntas que a Statistics Canada faz em sua pesquisa nacional. O que isso significa é que as visões do público sobre o desempenho da polícia podem ser comparadas umas às outras ou à média nacional em apenas duas jurisdições policiais. Nenhuma outra comparação pode ser feita por causa das disparidades das perguntas e das categorias de respostas.

Existem dois tipos de perguntas que podemos fazer em pesquisas sobre o desempenho policial: a de tipo geral e as específicas. A geral é quando perguntamos ao público quão bem ou mal eles acham que a polícia está fazendo seu serviço. A de tipo específico é sobre os detalhes de seu serviço, o quanto a polícia é efetiva na redução do crime, em prender os bandidos, se são rápidos na resposta, se são corteses, se usam a força de modo apropriado e assim por diante. Há literalmente centenas de perguntas específicas por aí. É importante perguntar os dois tipos de perguntas nas pesquisas: as gerais porque elas fornecem um indicador rápido para o apoio geral à polícia entre os cidadãos e porque elas trazem implicações sobre o apoio que os cidadãos dão ao trabalho da polícia. Mas falaremos sobre esse tópico daqui a alguns slides.

Mas as perguntas gerais sobre satisfação com a polícia tendem a ser gerais demais para extrair informações específicas sobre o que os cidadãos gostam no trabalho da polícia e, mais do que isso, é importante saber o que, sobre a polícia, deixa as pessoas infelizes. Nesse sentido, são indicadores muito rápidos e simples de atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação à polícia, mas precisamos saber por que essas visões estão lá e o que está por trás delas. Há muitos exemplos de perguntas específicas que estão sendo feitas em pesquisas, mas infelizmente essas questões são usadas de forma mais ou menos arbitrária, sem serem devidamente testadas quanto a sua validade e confiabilidade. Trabalho de base sobre o significado de tais perguntas, se elas medem o que deveriam medir e o quão bem elas medem está fortemente ausente na pesquisa e na literatura.

Os termos mais comumente utilizados nas perguntas são “bom trabalho”, “visões favoráveis”, “satisfação”, “confiabilidade” e “confiança”. Esses são termos relacionados, mas são termos teoricamente distintos uns dos outros. E se existe algo que eu gostaria que levássemos do meu trabalho atual é isso: elas não medem a mesma coisa. É uma coisa perguntar para mim se eu acho que a minha polícia está fazendo um bom trabalho e é outra perguntar se eu confio na minha polícia, mas vou explicar mais no próximo slide.

Por que essas palavras e esses conceitos não estão medindo a mesma coisa? Bom, todas elas medem como o público se sente em relação a polícia, mas o fazem de modos diferentes. Bom ou mau trabalho é bem direto. Às vezes uma frase é dada e pede-se ao respondente que diga se ele acha que a polícia está fazendo um bom ou mau trabalho, em termos gerais ou em áreas específicas do trabalho policial. A noção de *favorableness* talvez apele às crenças subjetivas dos respondentes sobre a polícia, o que pode incluir um amplo escopo de atributos da polícia, como suas intenções e esforço. Satisfação com a polícia vem do campo de satisfação do cliente e às vezes mede o nível de satisfação dos clientes involuntários da polícia.

A confiança e confiabilidade são termos mais comumente confundidos nas pesquisas. Eu espero que haja uma sutil diferença entre “confiança” e “confiabilidade” em português como há em inglês, mas eles são conceitos bem próximos, e, ainda assim, um pouco diferentes. O mecanismo de confiança envolve uma consideração dos perigos associados a uma circunstância enquanto a confiabilidade não. Se nós temos confiabilidade e agimos, a culpa pelo resultado negativo é colocada em algo que não em nós, nas circunstâncias, por exemplo. Se nós confiamos e agimos, a culpa no caso de fracasso é nossa, já que nós deveríamos saber em quem ou no que confiar. Um bom exemplo, por analogia — eis outra analogia —, é a de um paciente e um médico. Digamos que eu fui ver um médico e eu escutei coisas boas — ela é amiga de um amigo meu. Eu estou entrando em seu consultório e eu vejo todo tipo de diplomas nas paredes, todos os cursos que ela terminou, todas as fotos com celebridades que ela tirou etc. Então eu conheço a médica e percebo que ela é muito agradável em sua abordagem dos pacientes. Ela parece inteligente por causa de todas as perguntas que faz, pelo jeito que ela pede para que eu respire enquanto ausculta meu coração e pulmões com o estetoscópio. Depois ela pede alguns exames e explica quando eles são

necessários — todos nós já nos consultamos com um médico e tenho certeza que todos estão familiarizados com essa situação.

Então, o que temos aqui? Temos visões favoráveis da médica e estamos satisfeitos com nossa consulta. Ela parece legal, tem boas maneiras, passa um tempo com o paciente e explica tudo. Também achamos que ela está fazendo um bom trabalho por causa de todos esses motivos. [Com base nisso], nós temos confiabilidade em sua abordagem e diagnóstico? Talvez sim, talvez não. Para fins de argumentação, vamos partir do pressuposto de que temos um nível decente de confiança, pois parece que ela sabe do que está falando e porque nós vimos todos aqueles diplomas, fotos com celebridades e tal. Mas de repente essa médica fala que nós temos uma doença séria que requer uma cirurgia e que é ela quem fará a cirurgia. Você confia nela para fazer a cirurgia? Você confia a sua vida nas mãos dessa médica? É uma pergunta muito retórica numa situação muito retórica, mas ilustra a diferença entre todos esses conceitos.

Já que confiança e confiabilidade são termos tão coloridos, como apontei nesse exemplo, as perguntas que usam esses conceitos vão produzir as respostas menos positivas na pesquisa. Em outras palavras, é muito mais fácil responder ao pesquisador que a polícia está fazendo um trabalho bom ou que você tem uma visão razoavelmente favorável da polícia do que responder se você confia naquele policial. É compreensível: você só admite que confia em alguma coisa quando você realmente confia, mas, por outro lado, você pode admitir que está satisfeito com a polícia quando é perguntado numa pesquisa. “Claro, eu estou satisfeito.”

Medir a confiança e confiabilidade — ou satisfação, se preferir — tem outras implicações importantes além de saber como o público avalia sua polícia. Há toda uma subárea da criminologia que lida com conceitos de justiça procedimental e equidade [*fairness*]. Teorias de justiça procedimental examinam os fatos de equidade percebida no tratamento dado pela polícia aos cidadãos e equidade percebida do processo judicial como um todo, sobre legitimidade da polícia aos olhos do público e a probabilidade de cooperação do público com a polícia e de submissão à lei.

Nós sabemos, com base em pesquisas existentes, que medir a satisfação dos cidadãos com a polícia está muito conectado com o desejo de manter a ordem pública e de cooperar com a polícia. Em outras palavras, se os cidadãos sentirem que foram tratados de forma justa pela polícia e pelo sistema de justiça como um todo, é mais provável que eles

vejam a polícia como uma autoridade legítima e, por sua vez, é mais provável que cooperem com a polícia e obedeçam à lei.

Além disso, se os cidadãos estiverem satisfeitos com sua polícia, eles estariam mais dispostos a notificar crimes para a polícia. Para mim, como criminologista, esta é uma das correlações mais bem estabelecidas na criminologia — é muito pesquisada em estudos; há provavelmente centenas de estudos publicados sobre isso em décadas de pesquisa —: a correlação entre satisfação do público ou confiança na polícia e seu desejo de cooperar com a polícia. Obedecer a lei é quase tão perfeito como a correlação entre fumar e doenças do pulmão. Não fica melhor do que isso. E faz sentido: por que o público seguiria as ordens e colaboraria com uma autoridade em que não confiam? Por medo, talvez, mas não no longo prazo. Não é sustentável. Existe um *website* muito bom que resume a pesquisa e a teoria nessa área, chamado proceduraljustice.org.

Então, já que estabelecemos esta conexão sólida entre o nível de confiança na polícia e a propensão a cumprir a lei e cooperar com a polícia, de meu ponto de vista, ainda não estamos medindo a confiança tão bem como deveríamos. Existem várias perguntas sobre satisfação, confiabilidade e confiança que já fazemos em pesquisas, mas o uso dizer que a maior delas não é testada quanto a sua validade e confiabilidade [*reliability*]. Eu já vi muita reciclagem de perguntas, e isso acontece quando um pesquisador escolhido pela polícia para executar a pesquisa vê uma pergunta que acham que é boa e simplesmente a incluem no questionário, e isso tem sido feito sem a compreensão adequada do que a pergunta significa, o que mede e quão bem mede. A maioria das perguntas não é padronizada e é inconsistente; perguntas diferentes são feitas numa mesma jurisdição policial de um ano para o outro. Claro, isso significa que o desempenho daquela jurisdição da perspectiva do público não pode ser comparado de um ano para o outro porque a pergunta é diferente. E quando perguntas diferentes são feitas em pesquisas de jurisdições diferentes e na pesquisa nacional quer dizer que o desempenho não pode ser comparado entre jurisdições ou com a média nacional.

Depois de fazer a revisão literária o trabalho teórico de base, além de algum *lobby* e convencimento, nós lançamos um estudo no Canadá que tem o objetivo de desenhar o que nós chamamos de métricas-chave de policiamento. Essas são as medidas que esperamos que um dia se tornem as métricas de referência para pesquisas de opinião pública sobre policiamento. *Public Safety Canada* se associou à maior

força policial municipal do Canadá, chamada Polícia Regional de Halifax [*Halifax Regional Police*]. Seguimos a metodologia de Jonathan Jackson e colegas do Reino Unido para criar um painel multidisciplinar de especialistas que vão discutir métricas do desempenho da polícia. Ironicamente, ou talvez por sorte, acabamos tendo Jonathan Jackson em nosso painel, entre outros especialistas. No total, tínhamos quatro especialistas acadêmicos internacionais e cinco especialistas em polícia e comunidade do Canadá. Fizemos uma pergunta simples ao painel, que foi: se você pudesse fazer apenas entre dez e 15 perguntas para medir as atitudes do público sobre a polícia, quais perguntas seriam essas? Cada especialista, então, forneceu uma resposta escrita, incluindo, quando relevante, a justificativa teórica ou empírica para as perguntas sugeridas, bem como propostas de categorizações de respostas. Sete temas principais foram identificados nas sugestões dos especialistas, que foram confiança e confiabilidade, percepções sobre a efetividade da polícia, satisfação com a polícia, contatos recentes com a polícia, percepções sobre segurança, crime e desordem, percepções sobre legitimidade e propensão a cooperar e [características] demográficas. Então, podemos ver que esses temas seguem a linha das dimensões do trabalho policial que discutimos anteriormente.

Então, nós revisamos e analisamos cada uma das sugestões e agrupamos as questões de acordo com sua originalidade e arcabouço teórico, mas também segundo terem sido testadas anteriormente quanto à sua validade. E os quatro critérios que adotamos na seleção das perguntas foram: validação empírica, através do uso anterior em pesquisas no Canadá ou alhures; embasamento teórico, muito importante; questões propostas por muitos respondentes — então procuramos por consensos entre os especialistas —; e natureza quantitativa.

No total, acabamos com 16 indicadores centrais, além de outros 37 auxiliares para serem usados em testes-piloto e de validação. Essas 53 questões serão testadas em pelo menos uma pesquisa-piloto de opinião pública no Canadá. Atualmente, estamos no processo de negociação com alguns serviços policiais no Canadá para que também testem as perguntas, então teremos uma variedade de população coberta [pela pesquisa]. Uma vez que todos os testes tenham sido feitos, o que esperamos que termine por volta de maio de 2018, vamos analisar os dados usando métodos de análise funcional discriminante para validar as questões. E uma vez que todas as análises tenham sido feitas, pesquisa,

vamos pedir aos nossos vários comitês policiais e outras organizações policiais do Canadá que recomendem que estas perguntas sejam usadas em pesquisas. Também vamos tentar convencer a Statistics Canada a usar estas perguntas centrais em suas pesquisas nacionais. Desta forma queremos chegar a uma comparabilidade de desempenho entre serviços policiais e a média nacional ao longo do tempo e do espaço.

Quero mencionar que o processo pelo qual estamos passando no Canadá pode ser compartilhado e replicado em outros lugares do mundo. As perguntas que estamos elaborando, testando e validando e, com sorte, vamos usar, também são compartilháveis com qualquer interessado no mundo todo. Então, se os colegas do Instituto Sou da Paz ou qualquer outro tenha interesse em colaborar conosco, nós ficaremos felizes em compartilhar nossa experiência. A situação no Brasil pode ser um pouco diferente em termos de crime e prioridades de policiamento — pode haver necessidade de métricas diferentes —, mas, de todo modo, a colaboração pode ser benéfica nesse sentido.

Em vez de terminar a apresentação, o que eu gostaria de deixar com vocês — e esse vai ser meu último slide de conteúdo, eu prometo — é uma citação do plano de atuação da polícia de Ottawa de 2016 a 2018. Ottawa, claro, é a nossa capital e a cidade onde eu moro. O que é importante nesse slide é a frase que eu sublinhei e que diz que você não pode mensurar aquilo que não pode monitorar. Se você não mede todas as dimensões do trabalho policial, não há nenhum modo de gerenciá-las adequadamente. É isso que a polícia de Ottawa está procurando. Na mesma página em que está a citação no relatório, há um compromisso da polícia de Ottawa de mensurar todas as dimensões do trabalho policial que discutimos anteriormente na apresentação. E sob a citação, no slide, temos abordagens concretas da polícia de Ottawa, que eles se comprometem a adotar, como forma de medição, todas as dimensões do trabalho da polícia. Eu posso compartilhar o relatório com quem tiver interesse; é de domínio público, de toda forma. Estou mostrando este slide, não sem um certo orgulho, por dois motivos: um, é a cidade em que vivo e trabalho, então é sempre bom ver uma polícia comprometida com *accountability* e medidas de desempenho, não só em palavras, mas também na ação; também me orgulho desta citação e abordagem da polícia de Ottawa porque são nossos trabalhos de pesquisa e simpósios como este que influenciam as decisões tomadas por conselhos policiais sobre a mensuração de seu desempenho. Nós na *Public Safety*

Canada estamos envolvidos com a polícia de Ottawa, bem como com outras jurisdições policiais do Canadá, para repensar e reimaginar o modo como elas medem seu desempenho. Levou muito tempo e muito trabalho, mas espero que, com exemplos como este, esteja finalmente valendo a pena. Agradeço muito a vocês por terem ouvido ao nosso trabalho sobre medidas de desempenho policial no Canadá. Aqui estão minhas informações para contato. Terei prazer em responder as perguntas ou conversar depois da palestra. Muito obrigado.

— *Cel PM José Vicente da Silva* —

Bom dia a todos. Gostaria inicialmente de cumprimentar Ivan Marques, diretor executivo do Sou da Paz, o Bruno que é gerente do Sou da Paz, e mencionar a todos os companheiros da PM que nós temos muitas entidades que fazem análises, trabalhos importantes, relevantes a respeito de segurança pública, mas o Sou da Paz é o único que interage, que vem dentro da nossa casa — ainda considero isso minha casa — para dialogar, trazer informações úteis. É importante que entidades mostrem um pouco ou muito frequentemente o que acontece em termos de Brasil, em termos de estado de São Paulo, e mostrar de certa forma o resultado do trabalho que os policiais vêm fazendo.

Queria cumprimentar o Coronel Chiari que é um anfitrião nessa associação — certo que está aqui —, o Coronel Martins que é o Diretor de Ensino Cultura da Polícia Militar, e cumprimentar especialmente um ex-Comandante Geral de Polícia Militar que trouxe muito orgulho para sua instituição, Coronel Celso Feliciano de Oliveira.

A mensagem é principalmente esta reunião, com os futuros dirigentes que estão na Academia de Polícia Militar. A ideia de dirigir é bastante interessante e é uma metáfora importante para o trabalho que os oficiais estão fazendo, devem fazer, irão fazer nas suas instituições. Dirigir significa olhar para frente. Não tem como evitar isso. Dirigir significa saber para onde vamos, mas [também] que ponto nós estamos. É bom ter os espelhos retrovisores para saber o que foi feito, mas o importante é o que está lá. O exemplo do avião é mais interessante — o professor colocou —: o avião tem mais sensores, indicações de como está o ambiente aonde nós estamos dirigindo.

Aquele equipamento básico que temos no veículo, a velocidade, se o motor está esquentando ou não, nível de combustível etc., que se chama comumente de *dashboard*, aquele sistema de controle, são instrumentos importantes para que a gente mantenha o rumo, a velocidade correta para chegar àquele ponto que nós pretendemos. E esse é um grande tema que traz o professor Maslov para nós: em que ponto nós estamos, quais são as referências relevantes no trabalho policial. O nosso diretor de ensino colocou bem a necessidade de tudo que nós fazemos: estar dentro de um plano, dentro de um mapa, a ideia de planejar tudo que nós fazemos... Aquela velha história: quem nunca sabe para onde vai nunca sabe se está chegando. É importante ter sempre isso em mente.

A Polícia tem uma importância tão vital na vida da sociedade que eu vou até narrar um fato acontecido no Canadá, a terra do professor Maslov. O Canadá é aquele país que tem até poucos habitantes — deve ter menos habitantes que o estado de São Paulo —, um país muito desenvolvido, uma área territorial até maior que o Brasil. É um local cujas cidades a gente tem a impressão que nem precisa de polícia, comparando com problemas de Brasil.

No dia 19 de outubro, aconteceu um incidente na cidade de Montreal, no Canadá. Nesse dia, o que nunca tinha acontecido antes aconteceu: a Polícia desapareceu das ruas porque entrou de greve e, nesta pacata cidade de Montreal, foram assaltados seis bancos, saquearam cem lojas, invadiram restaurantes e quebraram vitrines de centenas de lojas, botaram fogo — fogo intencional, criminoso — em 12 locais e mataram um policial. Parece coisa de Rio de Janeiro, na favela da Rocinha, no Espírito Santo que teve uma greve da PM também recentemente. Isso aconteceu em Montreal. É assustador o que acontece na ausência da Polícia. A ideia da ordem está espelhada ali, no policial. Comportamentos são contidos pela presença do policial. Pelo senso de ordem, muitas vezes das comunidades, eles extravasam. Foi objeto até de estudo de um psicólogo da Universidade de Stanford, Philip Zimbardo. Para ele, o ser humano, se não tiver referências de ordem, de reação daqueles que guardam a ordem, ele pode ter comportamentos anômalos assustadores. Dada a oportunidade, segundo diz Zimbardo, 90% das pessoas, de vocês, poderão quebrar regras, normas, e até a lei. Ele escreveu até um livro com esse nome: o Efeito de Lúcifer.

Esse é um papel que a polícia tem e menciona claramente nosso professor Maslov: as dimensões do trabalho policial; o que nós fazemos. Uma preocupação: eu estive uma vez na polícia na Filadélfia, faz muito tempo, 25 anos, e eu vi o plano estratégico. Missão da polícia: reduzir e controlar o crime a desordem e o medo da população. Nós não cuidamos muito dessa questão do medo, mas — menciona o professor, com razão —, isso é extremamente importante. A redução do crime é óbvia. Uma polícia que não consegue reduzir o crime não está fazendo seu papel.

Eu estive ontem no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro está — vocês estão acompanhando pela televisão — em estado de pânico e não é por menos, mas há lugares muito piores que o Rio de Janeiro. A cidade mais violenta do Brasil hoje é Porto Alegre. Não é, como vocês imaginam, Maceió ou Aracaju, que estão vivendo um inferno também. Pra vocês terem uma ideia, Porto Alegre tem um milhão e meio de habitantes e já tem mais homicídios do que a cidade São Paulo, que tem 12 milhões. O Ceará já registrou três, quase quatro mil homicídios — o Ceará tem três milhões de habitantes a menos que São Paulo, que não tem nem 600 [homicídios]. São medidas, de alguma forma, do trabalho da polícia porque a lei é a mesma, os dramas socioeconômicos são quase os mesmos. O Rio de Janeiro, que está a 400 quilômetros daqui — vocês estão acompanhando pela televisão todo dia — no ano passado, cada paulista pagou pra a Segurança Pública, para suas polícias, R\$ 245, o gasto *per capita*; o Rio de Janeiro gastou R\$ 550, mais que o dobro. Proporcionalmente, lá tem 30% a mais de policiais que o estado de São Paulo, e não estão conseguindo controlar o crime. Pela vigésima vez, as forças armadas estão no Rio de Janeiro. São dramas típicos nossos.

Há outras questões relevantes. O Canadá tem uma presença muito importante da polícia municipal, onde há o diálogo, logicamente, com a autoridade local da prefeitura. É importante porque há um ponto fundamental da polícia além de reduzir o crime, manter a ordem pública. Essa semana, uma matéria do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, mostra a desordem pública no Rio de Janeiro, um trabalho da prefeitura, que tem uma secretaria com esse nome: Secretaria da Ordem Pública. Nas proximidades da estação Central do Brasil, aquilo foi tomado de camelôs, “mendigos”, que simplesmente tomaram as ruas, e nesses locais de desordem, o crime floresce, como nós estamos cansados de saber.

A desordem atrai mais desordem, e em qualquer lugar que você fizer um experimento — como o experimento feito na Holanda mostrando

uma caixa de correio no lugar A e uma caixa de correio no lugar B: no lugar A, muro pintado, chão limpo; no lugar B, muro pichado, papéis, cascas de frutas do chão. Nos dois, caixa de correio com envelope, aquele que tem uma janelinha de plástico, com uma nota de cinco euros, meio enfiado na caixa de correio: no lugar limpo, 13% das pessoas que passaram ali pegaram o dinheiro; no lugar sujo, o dobro. Lugares sujos, desordem urbana, trazem crimes.

E menciona o professor a importância de se desenvolver espaços públicos para os cidadãos. Essa coragem pública, os prefeitos precisam ter. Uma cooperação, até; um trabalho cooperado, integrado com sua polícia. Alguns lembram da gestão do prefeito Celso Pitta, aqui em São Paulo. Não foi uma grande gestão, mas até por orientação, sugestão da assessoria que ele tinha da Polícia Militar, ele decidiu acabar com a farra que existia nas ruas do centro da cidade. Camelôs, uma sujeira infernal. Até descobriram que tinha pessoas que eram donas de mais de 100 barracas daquelas nas ruas. Fechou de um dia para o outro, com apoio da polícia. Naquele mês, o Primeiro Distrito Policial teve uma redução de 50% dos boletins de ocorrência criminais. O espaço público é muito importante nessa incumbência.

Uma outra questão que menciona bem o professor é que a polícia não deve apenas, a qualquer custo, reduzir o crime e a desordem, mas também saber usar uma força de forma justa e eficiente. Quando falamos justa e eficiente é saber dosar exatamente. Eu trago aqui, inclusive, uma menção interessante. Tem dois pesquisadores ingleses que constataram que depois da reforma da polícia pelo Robert Peel — e os policiais são chamados de “Bob” na Inglaterra —, feita a partir de 1830, por aí. Os policiais foram hipertreinados para ser bem-apegoados, saber atender, saber usar sua força, sua severidade, com muito jeito, levar até as coisas com certo humor. Estes dois pesquisadores constataram que a violentíssima Inglaterra, até então, que matava pelos menores problemas, passou a ser mais civilizada, até o humor típico do inglês, por causa do policial inglês.

Nenhuma estrutura, nenhuma entidade, nenhuma profissão representa melhor o estado do que o policial. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos perguntando para crianças — é provável que aconteça o mesmo aqui —: o que é que representa o Estado, o governo? Resposta: o presidente e o policial. Todo o conjunto das leis, o aparato de justiça, de controle etc. estão representados no policial. E tem que usar bem toda uma representação, os valores que ele tem.

E aí um aspecto importante que o professor menciona: nós precisamos saber o quanto andamos, porque São Paulo tem a mais baixa taxa de violência do país, a mais incrível redução da violência do mundo. A cidade de São Paulo hoje está com menos de oito mortes por 100 mil habitantes. De 1999 para cá, a queda foi de mais 80%. Ah, nós tivemos Nova York! Nova York é uma cidade — nós estamos falando de um estado — de um país de 42 milhões de habitantes, que é a população da Colômbia, Venezuela, praticamente, da Argentina, onde praticamente todas as cidades tiveram essa redução.

O estado de São Paulo está com oito mortes por 100 mil habitantes — o principal indicador. Eu lembro que uma vez, 1991, 1992, estava fazendo um voo de helicóptero com um chefe da polícia de Baltimore. Depois, no aeroporto, ele perguntou, passando por todas as aquelas ocupações, aquelas pequenas casas, parecendo uma Rocinha gigantesca, ele falou: mas como policiar isso aqui? Nós estávamos muito mal nessa época. São Paulo hoje está com menos de oito [mortes por 100 mil habitantes]; Baltimore está com 55 mortes por 100 mil [habitantes]. Washington está com aproximadamente 20 [mortes por 100 mil habitantes], a capital dos Estados Unidos. Chicago, que tem mais de três milhões e meio de habitantes, também já tem quase o dobro de homicídios da cidade de São Paulo, que tem 12 [mortes por 100 mil habitantes]. Isso é trabalho em que vocês, Polícia Militar, que estão ainda no trabalho ativo, têm uma grande responsabilidade na participação do processo e não verão isso ser reconhecido.

Nós temos uma publicação importante na Folha de São Paulo, pesquisa feita pelo Datafolha, mostrando o alto grau de satisfação da população com o trabalho da polícia, ou melhor, o medo que eles têm de crimes. O professor menciona muita pesquisa que tem que ser feita — opinião pública — para saber como nós estamos. Aí entra o fator de mediação na opinião pública — por que as pesquisas são feitas. Se não me engano, [uma pesquisa foi feita] por Michael War, nos Estados Unidos, mostrando que 80% da impressão que a população tem a respeito de fatores que geram medo vem da mídia; 20% vem da experiência própria ou experiência de pessoa do relacionamento, do boca a boca. O Brasil tem uma incrível propensão de transformar a tragédia da violência em entretenimento. Um incidente que aconteceu ontem, que um jovem matou o colega na escola, vai passar nos jornais da manhã, da tarde, da noite, hoje, amanhã, depois e depois. Os fuzis que vão aparecer no

Jornal Nacional hoje, no ataque no Rio de Janeiro, vão fazer o cearense lá de Quixeramobim morrer de medo amanhã. Nós temos Datenas e as cópias das cópias dos Datenas pelo Brasil afora. O homicídio representa, no total de crimes registrados no país, 1% dos crimes. Lógico, é o crime mais grave, mas ele toma praticamente 50% do noticiário sobre crimes, todo o aparato da televisão.

Aliás, me lembro de um jornalista do Canadá. Ele tocava um programa — isso tem uns 15 anos — parecido com o *60 Minutes* da televisão americana. Ele foi fazer uma palestra, até na USP, a respeito do noticiário e o crime. Primeira fala dele: não confiem na matéria que a televisão passa sobre violência. Ela não vai te dar oportunidade de analisar o problema. Ela vai só te impressionar pelos olhos, pelos ouvidos, pelas emoções. O jornal [impresso] vai dizer como e por que isso está acontecendo.

Uma outra questão que parece extremamente relevante — o professor menciona —: as medidas diretas. Nós já colocamos, dos índices de homicídios, dos roubos, roubo de veículos... Nós temos problema, como vocês sabem, que aproximadamente metade dos roubos apenas é registrada na polícia. Metade das vítimas simplesmente não comparece [à polícia]. Acha que não vale a pena perder tanto tempo em desconfortáveis e desatenciosas delegacias porque nada vai ser resolvido e, de fato, o índice de esclarecimento de crimes contra o patrimônio aqui em São Paulo, a melhor polícia do Brasil, é em torno de 1%. 1% é menos que o acaso.

Uma outra questão importante é que alguns indicadores de crime também têm uma subnotificação mais grave, que é o caso de estupro. Não chega a 10% o número de vítimas de estupro que levam o fato ao conhecimento da polícia e de todos, ou seja, são fenômenos que nós desconhecemos. A única forma de chegar até isso, saber que são 7% de registros de estupro, é através da pesquisa de vitimização. A única pesquisa que nós fizemos, e não vale a pesquisa feita pelo Datafolha ouvindo duas mil pessoas de 130 cidades, uma vez com o Datafolha e a Universidade Federal de Minas [Gerais] ouvindo 70 mil pessoas, que é o necessário pra se fazer uma pesquisa de qualidade sobre vitimização. “Você foi assaltado?” Tem que explicar pra a pessoa o que significa ser assaltado. “Registrou? Não? Por quê?” Aí nós temos uma pesquisa de vitimização.

Um outro aspecto importante, que nem sempre é esse dado o mais relevante, saber os indicadores, tantos homicídios, tantos roubos de

carros. Esse dado é importante, sim, mas tem um dado indireto [que] eu acho que tem um peso muito grande para os jovens futuros dirigentes da Polícia Militar, dirigentes e aspirantes à coronel. Tem um dado extremamente inquietante — é uma pena que o meu pendrive pifou no caminho. Nós tivemos um incidente que ficou marcado na história da Polícia Militar, aquele incidente do Carandiru em novembro de 1992. O que aconteceu, a reação das entidades e da mídia sob o nome de Massacre do Carandiru, teve um enorme impacto na polícia naquele momento. Eu comandava um batalhão em São José dos Campos e eu senti isso com a minha tropa, porque a malhação não é só da tropa em si, de Choque, que esteve lá, mas da instituição. Ela foi intensa, contínua, injusta e teve um impacto terrível para a polícia. Eu gostaria de mostrar nas imagens, mas eu vou falar para vocês — eu lembro que fiz até um gráfico meio amarelinho. A gente sabe que professor não joga fora nem papel de bala, então eu guardei um de 1995 aqui —: no ano de 1992, quando aconteceu, foi no final do ano, portanto, a Polícia Militar tinha apreendido 12.823 armas. Por que que apreende arma? Porque aborda pessoas, aborda suspeitos, “passa a mão”, como se diz. Com o receio da crítica pública ou até numa postura mais exigente por parte da justiça, a polícia meteu o pé no freio. Das 12 mil armas apreendidas em 1992, quando chegou 1995, elas tinham caído 30%: foi pra 8.500. O que aconteceu com o homicídio nesse período? Uma ascensão, que começou no final de 1992 a 1993 e subiu até 1999. Pra vocês terem uma ideia, em 1995, quando tinha caído 30% a apreensão de armas, homicídios já tinham subido 50% no estado de São Paulo. Dos 4.900 de 1992, nós chegamos a 12.800 em 1999. Essa subida muito rápida é como incêndio na mata que a gente vê na televisão; aquela mata vai ser restaurada em dez a 20 anos. Pra se empreender a redução de homicídio em São Paulo, dos quase 13 mil pra cinco mil demorou oito anos. Pra reduzir esses cinco mil pra menos de quatro mil, mais oito anos — foi de 1999 a 2015. É uma recuperação lenta e dolorosa. [No] Rio Grande do Sul, a polícia teve um outro impacto, impacto óbvio: houve uma baita crise fiscal. O governador cortou mais da metade do salário dos policiais. A polícia, rigorosamente, tem obrigação de prender quem esteja praticando crimes. Se ela deixa de fazer — eu lembro que um jornalista do jornal Zero Hora de Porto Alegre me ligou. Falou: “Coronel, o que que está acontecendo? Nós tivemos uma redução de operações da polícia, que é um [inaudível] *blitz* que eles faziam uma contabilidade. Tinham caído

de 300 mil num espaço de oito anos pra 50 mil”. Eu falei: “a polícia entrou numa enorme crise e vocês vão penar por anos a fio no Rio Grande do Sul”. O número de prisões em flagrante caíram de 54 mil num espaço de cinco anos pra 34 mil. A polícia tá parando. Quando a polícia para, o crime explode rapidamente e vai ser lentamente debelado. Isso está acontecendo no Rio Grande do Sul, aconteceu no Rio de Janeiro. O mesmo problema de pagamento; até hoje não pagaram o 13º do ano passado no Rio de Janeiro. Tem outros comprometimentos na instituição. Isso aconteceu nos Estados Unidos. Vocês lembram que 2014 um policial acabou matando um jovem negro na cidade de Ferguson, no Missouri, um jovem de 18 anos? Houve uma grande comoção nacional. O policial foi absolvido logo depois por um júri, depois se constatou que esse jovem negro, que pesava 150 quilos, deu uns tapas no policial e tava tentando tomar a arma. Quando ele se defendeu, acabou matando o rapaz. A partir daí, começou. Houve alguns outros incidentes: o movimento negro nos Estados Unidos, chamado *Black Lives Matter*, dizendo que era uma polícia racista que abordava sem critérios as pessoas, simplesmente pela cor da pele. A polícia meteu o pé no freio: “não vou mais abordar negros”, e os negros passaram a morrer em maior quantidade a partir daí; 2015, depois de décadas de contenção ou redução de homicídios. Os homicídios cresceram 15% nas 50 maiores cidades americanas. Eu tô mencionando isso porque um fator importantíssimo de gestão de policiais, da polícia como um todo, de policiais especificamente de cada unidade, é ver essa performance, estar dirigindo um batalhão, toda uma corporação. É importantíssimo ver o que tá acontecendo. Nesses indicadores, [com] a insatisfação da tropa, é difícil a gente fazer uma fichinha da performance de cada policial.

Aí entra um fator que o nosso diretor de ensino mencionou, além do planejamento. É um enorme desafio que todos têm. Eu lembro de uma palavra do Coronel Feliciano, que era da sua afinidade com a área justamente de relacionamento com o público, era uma frase de efeito muito bem estruturada: “Saber fazer e fazer saber”. Lembra disso, comandante? Mais que isso, as academias precisam preparar o seu pessoal, o seu cadete, o seu aluno soldado, para fazer bem feito, mas como conseguir que cada policial queira fazer bem feito, para produzir os resultados que nós vamos medir depois? Aí vem a questão da liderança, mencionada pelo Coronel: a liderança é um fator tão crítico que o exército americano a considera a sua principal arma, depois que descobriu

que na Guerra do Vietnã mais de mil oficiais foram mortos pela própria tropa. Essa revolução no treinamento e na liderança leva à seguinte consideração: se é crítica no exército americano, é crítica muito mais na polícia. [Vou] falar uma frase que pode assustar vocês, de um Coronel de Cavalaria do exército americano; está no livro [que] eu tenho sobre o novo treinamento do exército americano em liderança: “tudo que somos”, diz lá o Coronel de cavalaria, “tudo que somos e seremos devemos aos nossos subordinados”. É uma ideia de valorização do subordinado porque ele toma decisões difíceis, é o caso do policial, quer um cidadão que está muito bravo, muito violento porque teve uma crise doméstica ou tomou um drinque para mais, quer os conflitos do dia a dia de sofrimento social que a polícia aborda frequentemente. E sabendo que o reconhecimento vai ser precário por parte da sociedade, mas tem que ser um objetivo mesmo assim.

Um ponto importante do professor é que não só a estatística, não só uma opinião pública favorável ajuda a dar força de prevenção para a polícia, mais do que se imagina, mas existem algumas particularidades que nós não temos um indicador bem trabalhado nesta questão, que é o indicador de crimes especialmente graves e severos. O principal deles: Rio de Janeiro, 113 policiais militares mortos violentamente. Não estavam todos de serviço, mas a maioria, por serem policiais militares. Isso é uma tragédia sem paralelo. Eu lembro uma situação que aconteceu há alguns anos, o segundo policial que morreu em Nova York. Era um mês de fim de ano. Ele tinha acabado de sair de serviço, foi acudir um assalto num apartamento vizinho, acabou matando um bandido e morreu também. Essa morte, vieram 20 mil policiais de vários estados na missa do [policial], que foi rezada na Catedral de Nova York pelo cardeal, e estava lá o governador, o prefeito e todas as autoridades. Isso é uma comoção — o professor nem imaginou que seja isso um fator de incidente grave. E o que veio fazer na polícia? Pouco. Uma tragédia tão grande que abate seus próprios integrantes. Nós temos alguns indicadores preocupantes também, como é o caso de comunidades dominadas por criminosos. É uma coisa típica, principalmente do Rio de Janeiro. Acontece raramente aqui em São Paulo e outras partes o Brasil. Pra se ter uma ideia, existem 800 comunidades dominadas por traficantes e milícias, mais de 100 delas em que a polícia simplesmente só entra se for com Batalhão de Operações Especiais. É impossível mais de 100 comunidades e uma viatura com dois policiais entrando impunemente numa

área dessas. Não há indicador pior de crise de segurança pública do que territórios dominados onde o governo não coloque suas regras e nem a sua vigilância. Mas o que é importante é saber — e o professor traz essas percepções para nós todos — que uma instituição que traz o uso, legitima o uso da força que o Estado tem e a força na sua potência máxima, que é ter uma arma até para eventualmente ter que matar alguém, dependendo da circunstância — não porque queira matar, mas pra neutralizar —, frequentemente a pessoa acaba morrendo. Saber dosar esse momento máximo de força com o dia a dia de controle da ordem, da segurança, de dar ao cidadão um espaço público saudável, respirável, onde ele pode sair sem o medo, como recomendara o professor, nas ruas. Isso é um enorme papel, uma enorme responsabilidade que as polícias têm. Não se pode trabalhar sem saber onde estamos, para onde vamos e com a certeza de que essa responsabilidade, essa competência está distribuída em todos os policiais. Não se pode usar mais a estrutura militarizada que nós tínhamos antigamente, que é o que alguns estados lamentavelmente fazem, de não tratar o policial como um agente social relevante no seu papel na sociedade. Nada é tão claro [em] como trabalha a polícia. Aquela imagem de que a força de uma corrente está no seu elo mais fraco, a força de uma corrente está no nosso policial que resolve sozinho aqueles problemas que, depois de horas de análise, nós vamos eventualmente condená-lo de forma ríspida. O respeito interno é fundamental para que o nosso policial respeite externamente e produza os resultados que a sociedade espera. Ela quer estar mais segura, com menos medo e o medo é sempre uma variável difícil de lidar, mas faz parte do trabalho do policial reduzir o crime, a desordem, o medo e deixar um espaço mais decente para os cidadãos viverem. Obrigado.

— *Georgia Ribeiro Rocha* —

Uma boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Quero cumprimentar o Ivan do Instituto Sou da Paz, agradecer pelo convite, pela oportunidade de contribuir com a nossa experiência nesse seminário tão importante. Também cumprimentar Coronel Celso Pinheiro que integra essa mesa e o Coronel Glauco que antecedeu na fala. Também vou preferir ficar em pé porque eu tenho uma melhor dinâmica para poder envolver e transmitir o conteúdo dessa maneira.

Conforme eu disse, é uma oportunidade muito grande estar aqui. É um prazer estar aqui porque de fato a gente, como especialista em Políticas Públicas do estado de Minas [Gerais], de carreira — e isso há dezessete anos; tenho formação pela Fundação João Pinheiro, sou uma funcionária efetiva do estado e esse tempo todo a minha trajetória tem sido dedicada à temática de Segurança Pública. Então, pra a gente, de fato, é um grande prazer estar aqui e poder contribuir com o avanço na produção do conhecimento a respeito de uma temática tão desafiadora.

Como o Coronel colocou aqui, o tema da violência e do crime desafia o mundo. E a gente á aí sempre às voltas com essa questão de quanto isso tem a parcela de contribuição da polícia, se esse problema é da conta da polícia, se a solução é a partir das estratégias de policiamento, quanto essa temática tem a ver com o poder público de uma maneira geral e com as outras políticas públicas e obviamente com a gente enquanto sociedade. Porque esse é o grande desafio: a gente conseguir compreender a complexidade desse fenômeno, as suas variáveis que não são simples e pensar em como, do lugar que a gente constrói nossas ações, a gente de fato pode contribuir para uma solução da problemática, e é esta contribuição que eu venho dar hoje.

Desde janeiro, eu tô na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Nós temos uma Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, que é algo muito importante, uma tônica importante a ser abordada nesse sentido, de que nosso foco é preventivo em primeiro lugar, e a gente vai compartilhar aqui o que a gente vem construindo desde janeiro. Portanto, não é um processo acabado, é uma oportunidade de a gente tá discutindo e refletindo os caminhos que a gente tem trilhado e, com certeza, não é uma experiência acabada, exitosa. É no sentido perfeito, é uma construção que nós estamos fazendo a várias mãos e é nisso que está a riqueza dessa experiência. O que vou passar aqui não é uma ideia, não é uma versão absoluta da verdade; é uma percepção de um trabalho que estamos desenvolvendo da visão do município em integração com o estado por questões muito óbvias nessa temática.

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção tem hoje três eixos estratégicos que ela segue em termos de política pública. Um eixo denominado integração, que é viabilizado a partir do que eu vou abordar aqui mais especificamente, que é o nosso Centro Integrado de Operações, é a nossa vertente de integração e articulação entre os órgãos do município e também com o estado. Também com a União, obviamente,

mas no caso que a gente vai tratar, é óbvio que tem uma interface maior com o estado, sobretudo com as polícias.

Também temos aí a ação da Guarda Municipal propriamente. Acho que ficou um pouco claro, mas o que tá presente aqui — acabou meio que estourando — é a ideia de um reposicionamento estratégico da Guarda Municipal, sobre o qual eu vou falar, que não deixa de lado sua missão de segurança patrimonial, mas que passa também a estar presente nos locais onde a criminalidade está concentrada, então vou explicar como isso acontece. A gente tem hoje dois mil guardas municipais em Belo Horizonte e uma população de dois milhões e meio de habitantes, então dá uma correlação de um guarda para cada 1.250 habitantes em média. E eles estão distribuídos; parte do efetivo nos prédios que têm serviços municipais — escolas, praças, unidades de saúde — e parte deles está no trabalho de policiamento preventivo focado, conforme vou explicar aqui, em áreas e problemáticas específicas. Mesmo a Guarda Municipal presente, no que a gente fala de “próprios”, cuidando da segurança patrimonial, nós estamos fazendo todo um trabalho de análise e reposicionamento dessa presença, com base em informações orientadas pela problemática. Então, nas escolas, nós estamos selecionando as escolas que concentram a maior incidência de violência; também postos de saúde que têm uma problemática maior, pra que a gente tenha uma convergência do trabalho da Guarda, orientado para a solução e para a contribuição do problema da violência e da criminalidade. E isso não é uma coisa muito tranquila de ser feita, conforme o Coronel Glauco colocou aqui. A gente acabou retirando guarda de serviços administrativos, de segurança de prédios que eram secretarias municipais. Houve secretários que chiaram porque todo mundo quer um guarda ou um policial para chamar de seu, ali na sua porta. Então, a pressão existe de todas as maneiras, mas a gente precisa de fato pensar quais são as áreas mais vulneráveis da cidade, e nisso converge tanto a questão da criminalidade quanto a questão dos indicadores de vulnerabilidade social. Então essa tentativa de casar essa atuação em segurança patrimonial com uma convergência [é] para contribuir com o problema da segurança, mas a ação da Guarda também vai além e eu vou explicar duas intervenções específicas que a gente vem desenvolvendo.

E um eixo fundamental — que é a nossa prevenção social ao crime, porque o trabalho da Guarda Municipal e da polícia estão muito focados numa prevenção situacional — em evitar que o crime aconteça

naquele local, naquelas circunstâncias, a oportunidade, lidar com o controle e a vigilância do ambiente, para que o não crime aconteça ali. Mas e o trabalho de prevenção social, de identificar fatores de risco que colaboram para a incidência do fenômeno do crime e intervir nesses fatores de risco? Então nós temos um eixo da política pública para lidar com populações em situação de risco de criminalidade — muito voltado para jovem, morador de rua. A gente tem todo um trabalho, sobretudo com a juventude, em áreas de maior vulnerabilidade, inclusive juvenil — é um indicador que a prefeitura trabalha, índice de vulnerabilidade juvenil. Foi uma produção bastante interessante da equipe da prefeitura que leva em conta uma série de variáveis, e há uma total coincidência das áreas que concentram o maior índice de vulnerabilidade juvenil e a incidência de homicídios. São áreas praticamente coincidentes na cidade. É uma lógica de concentração de desvantagens muito clara. Essa área, a gente, além de um projeto que a gente tem, de cenas de uso de *crack*, que tem a ver com a articulação de uma série de órgãos e uma lógica mais de abordagem, conjuga a abordagem preventiva e a intervenção de segurança propriamente dita.

Então no nosso eixo de integração, a gente tem aí o nosso Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte, que trabalha em três vertentes: a gestão operacional propriamente dita, a estatística e análise e uma terceira vertente, que é a solução de problemas em rede, então vamos explicar isso. O que seria essa gestão operacional integrada a partir do COP? A gente tem ali um centro de operações típico, integrado, coordenado pela prefeitura, com a representatividade de uma série de instituições que usa tipicamente o monitoramento de imagens, de captação de informações vindas de inúmeras fontes, para responder aos problemas imediatamente, em tempo real. Então aí nós temos, dentro dessa sala, várias instituições. Talvez não dê pra poder ver porque ficou claro, mas é basicamente: a Guarda Municipal no eixo de segurança; toda a gestão do trânsito da cidade com a nossa empresa que faz a gestão do trânsito; todo o controle semaforístico e de trânsito e transporte; a nossa representação do serviço médico de urgência, que é o SAMU; Defesa Civil; fiscalização da prefeitura; limpeza urbana – esses azuizinhos [no slide] do município. Temos também 24 horas a representatividade da Polícia Militar de Minas Gerais. Esses amarelos [no slide] são os órgãos do estado: Corpo de Bombeiros; Polícia Civil; empresas como a COPASA, que é de saneamento e abastecimento; Gasmig, com questão

do gás natural; Cemig, que é de energia; e uma empresa, a BTN, que é uma empresa que trabalha com sobrevoos na cidade e faz a prestação de serviço de sobrevoos e que também está presente na sala, auxiliando no desenvolvimento e no monitoramento da cidade e no desenvolvimento de algumas ocorrências.

Bom, então isso aqui é o dia a dia da cidade: a gente monitora e vigia a cidade 24 horas por dia. Essa é a ação em tempo real, é a resposta a emergências, a incidentes, a crises que acontecem ali no momento em que você não prevê e que você reage a esses incidentes. Como que a gente capta essas demandas? Tanto monitorando as câmeras, a gente tem 1.600 câmeras. Isso não é muito, considerado o tamanho da cidade. Sempre faltam muitos pontos a serem visualizados, mas a gente tem uma capilaridade enorme porque a gente capta todas as informações também através dos agentes de campo. Então a gente tem toda uma forma de comunicação: qualquer agente de campo que identifica uma demanda, ele traz aquela demanda via Telegram. Não é um sistema hoje informatizado num aplicativo. Isso é um passo que a gente precisa dar. A gente utiliza o Telegram, que é meio que um WhatsApp, mas é o que funciona muito bem, e a gente capta essas demandas, o supervisor geral da sala de controle distribui essas demandas para as instituições e acompanha o seu desdobramento.

Então aí a gente tem o ciclo de vida do evento dessa sala. A gente monitora e vigia, identifica um evento, classifica, organiza os recursos, atua e monitora e acompanha até o encerramento daquele evento. Aqui [no slide] são tipos de eventos que a gente acompanha em tempo real através dessa sala. Basicamente, são respostas a incidentes, emergências e crises. Aqui a gente tem acidentes, derramamento de óleo, incêndios. Também acompanhamos manifestações e protestos. As manifestações, elas podem ter um caráter de evento planejado. A gente monitora a rede social e outros recursos de informação para poder programar as ações, como pode também ter uma manifestação, que a gente tenha que lidar com ela de uma forma mais imediata. E também fazemos a gestão de eventos culturais e esportivos, como carnaval, como nosso Arraiá de Belo Horizonte, shows, jogos. E também temos uma outra vertente que é de operações, em que a gente planeja as operações a serem realizadas na cidade em conjunto com essas instituições. Finalizando essa parte de gestão em tempo real da cidade, nós temos aqui os chamados, a aplicação de uma técnica que é de posto de comando, que a gente utiliza

quando o evento tem uma permanência maior ao longo de um certo tempo, em que a gente tem representantes de todas as instituições que vão se assentar ali numa mesa de gestão, seja de crise, seja de gestão de comando do evento, de uma questão de defesa civil, para que a gente ali possa tomar a decisão ao longo da ocorrência daquele evento específico. Aqui é um posto de comando, por exemplo, do carnaval.

E aí é onde eu quero chamar atenção para um aspecto: nosso carnaval de Belo Horizonte. Em 2016, nós tivemos um público de dois milhões de foliões. Agora em 2017, três milhões, um aumento de 50% do público do carnaval. Todos os dias de Carnaval, nós monitoramos a partir dessa sala, com todas as instituições assentadas à mesa durante o carnaval todo. O posto de comando, com inúmeros blocos na rua; quase 400 blocos espalhados na cidade inteira durante o evento, acumulado. [Para] todos os blocos a gente tinha um mapeamento do trajeto deles. Tudo sendo monitorado, tanto por polícia, guarda, trânsito, fiscalização SLU [Sistema de Limpeza Urbana]. Tudo coordenado a partir dessa sala, ali em tempo real. E o resultado disso: nós tivemos um carnaval com maior público, com maior número de blocos. Isso gerou, num contexto de crise econômica, uma arrecadação, uma movimentação econômica significativa para inúmeras pessoas e tivemos uma redução de 40% nos crimes violentos durante o período do carnaval. Redução de 40% de crimes violentos, 43% de roubos e redução também no número de homicídios. Todos os crimes violentos reduziram, ou seja, nós fizemos algo que envolveu mais pessoas, em que as pessoas se divertiram mais, em que houve uma maior dinâmica de interação, sem que isso resultasse em mais problemas para a cidade. Então acho que esse é que é o grande desafio. Isso tudo com muito planejamento. A gente, agora, com o carnaval de 2018, nós começamos as reuniões de planejamento, as nossas específicas do Centro de Operações. Então tudo isso é mapeado: onde o bloco iria passar, se todos os blocos [estão] cadastrados, se o bloco vai passar na frente de um posto de saúde — ele é anteriormente orientado que o produtor desvie. Então, todo o trajeto [é] programado, acompanhado, monitorado. Nós temos o nome de cada um dos responsáveis pelos blocos, tudo isso acompanhado em tempo real.

Pra a gente entrar num outro eixo da nossa experiência, que é a nossa ação de estatística e análise, uma coisa nova no que diz respeito à prefeitura. No estado, nós temos um observatório de segurança pública gerenciado pela Secretaria de Estado, e na prefeitura a gente não tinha

esse tipo de recurso; a gente, dentro do Centro de Operações, está estruturando essa área de estatística e análise para poder orientar nossa atuação a partir das informações.

Então aí nós temos um exemplo relacionado à problemática do roubo a transporte coletivo. Em Belo Horizonte, nós tivemos um crescimento, de 2012 a 2016, de 882 roubos a transporte coletivo para 2.541, então a gente tem aí mais de 300% de aumento desses crimes ao longo desses cinco anos. Então, a partir do recurso do georreferenciamento, essas ocorrências foram analisadas e a gente percebeu e identificou as nossas linhas quentes do roubo a transporte coletivo. É óbvio que a dinâmica vai ser sempre em linha porque são vias principais por onde transitam esses coletivos. E identificadas, eu não vou ficar aqui me atendo ao nome delas porque é algo que não é familiar pra vocês, a dinâmica da cidade. Mas identificadas essas zonas quentes, nós então pensamos como, que do ponto de vista da Guarda Municipal, nós poderíamos contribuir para o enfrentamento dessa problemática. E aí criamos então a Operação Viagem Segura.

Aqui é só uma análise do tipo de material subtraído e em termos de roubo o celular é sempre o objeto quente — essa é uma característica que vai aparecer no transporte coletivo e também no roubo de rua, que eu vou mostrar daqui a pouco. Então, o celular, ele é responsável por 80%... Em 80% das ocorrências, a gente tem o celular como objeto, e ali a gente vai ter outros itens. É óbvio que isso tudo não dá. Não é a soma que dá 100%, é o percentual de ocorrências em que apareceu esse tipo de material, como material subtraído, mas 80% das ocorrências aparece aí o alvo como celular. Até do transporte, do roubo acontecido no interior dos transportes coletivos. Ele tem uma característica, o roubo a transporte coletivo, bem noturna. Então aqui é o quadro que a gente utiliza de dia da semana e horário, para que a gente perceba a dinâmica do fenômeno cruzando estas duas variáveis, e aí ele tem uma característica bem noturna. E a gente, então, desde 16 de janeiro, lançamos a chamada Operação Viagem Segura, que é algo muito simples. Muito provavelmente a polícia já fez, faz isso. Não é nada de outro mundo. É uma questão apenas de escolher as rotas, as avenidas que concentram mais [casos de roubos]. Nós escolhemos duas que concentram mais na cidade e inserimos ali a presença do guarda na viagem. O guarda embarca num ponto e desembarca no outro ponto ao final, ali do trajeto, e ele faz isso rotineiramente. O que talvez tenha de diferença

nisso? É que isso exige uma disciplina. A gente tá há meses fazendo isso, repetindo, monitorando, avaliando, porque essas coisas — a gente às vezes faz muito sucesso, quando você lança qualquer inovação —, mas continuar naquilo é muito difícil às vezes, porque outras demandas vêm, outras pressões acontecem. O prefeito tá incomodado com tal coisa, o governador agora quer isso... Então, assim, você ter a disciplina de fazer isso no horário que é necessário não é nada de outro mundo. É uma questão muito lógica em termos de gestão: olho para o problema, identifico onde ele acontece, em que horário que ele acontece e vou atuar ali sobre aquele problema e permanecer ali até que aquele problema seja minimizado. A gente já está numa situação que a gente está avaliando a mudança desse corredor, mas a gente vai ter que continuar monitorando pra eu saber se, com a nossa saída desse corredor, a incidência vai voltar ou não. Então, aqui a gente tem um balanço aí de 7.800 viagens acompanhadas em ônibus municipais, 398 em ônibus metropolitano. Esse é um balanço de 6 meses, isso porque aqui o que eu acho mais importante não é se o dado está preciso; exato, [é] para vocês entenderem a lógica.

Então a gente monitora as viagens acompanhadas, pessoas abordadas. A abordagem feita pelos guardas municipais [é]: eles ficam dentro do ônibus, saem e abordam pessoas; trinta e seis pessoas presas ou apreendidas, e poucas ocorrências, muito poucas, porque o sentido disso é prevenir. Às vezes a gente tem muito. Eu vejo que no noticiário, muitas vezes, chama muita atenção a questão. Já aconteceu o fato de a guarda estar ali posicionada no corredor, não estar acompanhando uma viagem específica, e um ônibus ser alvo de uma tentativa de assalto, o motorista pedir apoio e a gente, pelo Centro de Operações, avisa e a guarda chega, intercepta e consegue prender. Isso às vezes, na mídia, é algo que é visto como algo de muito valor, a prisão. Mas isso acontece muito pontualmente e a gente precisa valorizar muito mais o efeito preventivo, que muitas vezes não é visto. Quantos assaltos foram evitados? Quantas situações foram evitadas? A gente não tem muito o costume de valorizar isso na nossa cultura. Então a gente sempre tem trabalhado isso, dentro na lógica do *ethos* mesmo, policial. É muito bacana quando você apreende um autor, quando você evita. Mas quanta coisa a gente de fato não previne no dia a dia, que às vezes não é visto? Então não é nada de outro mundo, como eu disse, mas é algo que exige uma disciplina, de estar no horário, embarcar, pensar na postura do guarda. A gente tem reportagem dizendo da sensação de segurança de quem tá ali dentro do

ônibus, de ver a presença. Essa questão da presença, ela é fundamental pro aspecto da sensação de segurança, um dos pontos.

Aí a gente tem o impacto no roubo na cidade. Uma redução, de janeiro a setembro, de 21% dos roubos a transporte coletivo na cidade de Belo Horizonte e uma redução em Minas Gerais de 18%. A gente já fez essa análise: Belo Horizonte responde por uma parcela muito grande de crimes do estado. Os crimes do estado estão concentrados, sobretudo os crimes contra patrimônio, de uma forma muito significativa na capital. Então aquilo que acontece na capital reflete no estado. Então não é que houve essa redução generalizada no estado: a redução na capital impactou na redução do estado. Agora, o que nós precisamos é saber se a redução foi nesses corredores, se houve migração. Aí é um aspecto que a gente vai abordar mais pra frente.

Agora, eu quero tratar de um terceiro ponto, que tem a ver com a abordagem de roubo a transeunte na rua, em que a gente tá se lançando a um desafio maior do que esse que eu expliquei aqui. Eu falei do que a gente monitora. A cidade responde aos eventos; é uma reação aos eventos dentro daquilo que acontece através de um Centro de Operações que funciona 24 horas, é uma resposta à emergência. Nós temos o trabalho de policiamento feito pela Guarda Municipal, orientado pela informação e pela análise, então é uma tentativa de fazer um trabalho baseado em um grau de inteligência e temos um terceiro item, um terceiro eixo que a gente trabalha no Centro de Operações, que tem a ver com a solução de problemas em rede. O que é isso? A gente tem um projeto, chamado Gestão Integrada de Segurança e Prevenção, que é baseado em programas de policiamento orientado pra problemas, implementados com sucesso no contexto internacional e também em experiências do estado, no Brasil. E a gente tá tentando aplicar essa metodologia de solução de problemas e gestão pra resultados no âmbito da segurança e ordem pública do município. O que significa isso? É um método baseado numa lógica de aplicação de técnicas de gestão. Seja uma técnica simples que é o PDCA, que é “planejar, executar, monitorar e avaliar”, e numa adaptação chamada de Método IARA (ou SARA), que é mais voltado para enfrentamento de problemas que têm um grau de complexidade maior. Então o IARA prevê quatro passos: a identificação de um problema, a análise das causas do problema, para depois você planejar a resposta àquele problema e, na sequência, executar e depois avaliar. É como se fosse um PDCA. Não tem grande diferença, mas ele

tem um aspecto diferenciado: se aplica muito para problemas que tem uma complexidade maior, porque é importante que a gente compreenda essa multicausalidade do fenômeno que a gente tá lidando e, portanto, o planejamento da nossa resposta precisa contemplar essa multicausalidade. Todo momento que a gente entender o fenômeno do crime e da violência, ele acontece por conta de uma variável. Você vai atuar só naquela variável, seja a variável policiamento... Se você compreende que ele é um fenômeno resultado de várias variáveis e consegue apreender essas variáveis, a sua resposta vai ser mais completa, múltipla, e vai envolver várias estratégias e vários órgãos. E esse que é o diferencial da metodologia de solução de problemas.

Agora, quando a gente fala em identificar problemas, o que é problema na metodologia? É aquilo que o Glauco tava dizendo aqui: um evento que tem um padrão de repetição. Lógico que podemos entender problema como tudo na vida. Um caso, uma ocorrência é um problema? Aqui não. Aqui eu tô lidando com estatística e análise, mas de uma série temporal maior, que permita compreender como é que esse problema se repete. Essa metodologia já foi aplicada pra acidente de trânsito, e a gente acha que não, mas existe padrão no fenômeno. Existe padrão no fenômeno homicídio, existe padrão no fenômeno do roubo. É óbvio que não é um padrão idêntico para todos os locais da cidade, para todos os municípios. Não é isso que eu tô dizendo. Eu preciso conseguir pegar uma unidade territorial específico, entender que fenômeno é esse, e qual é o padrão de comportamento desse fenômeno. E desde a questão básica, de padrão, é o que eu mostrei, uma questão básica: onde ele acontece? Quando ele acontece? Quem é responsável? Qual é o tipo de vítima preferencial, o tipo de autor? O que do ambiente favorece?

Nesse projeto, nós elegemos como piloto quatro problemas na cidade, e a gente tá numa experiência-piloto ainda, problemas diversificados que a gente identificou, [como] roubos a transeuntes no Hipercentro, que é sobre ele que vou falar um pouco mais em função do nosso tema; o enfrentamento do problema da segurança em unidades de saúde. Elegemos um hospital e uma unidade de pronto-atendimento que têm maior problema de segurança pra gente entender a dinâmica desse problema. Elegemos também um problema de segurança num parque público e elegemos o problema de violência nas escolas. Nesse caso da violência nas escolas, eu vou antecipar porque não vai ser a que eu vou aprofundar. Ficou muito claro: nós escolhemos quatro escolas

municipais com maior índice de registros pela Guarda Municipal, e essas escolas estão exatamente no território que tem maior vulnerabilidade, pelo indicador de vulnerabilidade juvenil, de Belo Horizonte, da cidade. [É] o território mais vulnerável. Todos os indicadores sociais são desfavoráveis e justamente as escolas com maior concentração de violência. É óbvio que nós temos que entender que violência é essa. Existe uma violência no entorno da escola, existe uma violência produzida no ambiente da escola e isso tá fazendo com que a gente [se] aprofunde, entenda as causas e pense as nossas ações a partir disso.

Eu vou dar sequência apenas com o problema do roubo a transeunte no Hipercentro pra gente exemplificar. Aqui [no slide] é mostrando que o centro da cidade, como vários centros de cidades, é muito típico. Ele concentra 8% dos registros em um bairro que tem 2,5 km². E os outros bairros têm uma concentração de 1,7%, 1,6%, 0,7%. Então a gente tem uma concentração de roubos no centro, e estas áreas aqui somadas, todos estes bairros, que são zonas quentes de roubo, juntas concentram 20% dos roubos da cidade, e são, se não me engano, oito ou nove áreas que representam 3% do território da cidade. Então a gente elegeu o centro pra começar um piloto de ação baseado em solução de problemas que eu vou explicar como funciona.

Aqui é análise do centro; a gente fez um mapeamento, um georreferenciamento, [e] identificou onde eram as zonas quentes. A questão de novo do objeto, que confirma o objeto celular como 78% dos roubos que acontecem no Hipercentro; roubo a transeunte no Hipercentro tem como objeto o celular. Os horários, aqui a gente tem uma incidência — ao contrário do ônibus, que é mais tarde — que vai a partir de cinco, seis horas da tarde até onze, meia-noite no máximo. Quando a gente olha, meia-noite, já não tem uma incidência alta. E não tô mostrando aqui, mas a gente tem também um pouco da manhã com uma incidência significativa, que tem a ver com o movimento das pessoas para chegar ao centro, toda a movimentação de pessoas pra ir embora, nos pontos de ônibus. Enfim, tem toda essa lógica relacionada à movimentação das pessoas.

E aí, conforme eu disse, a gente identificou um problema: o roubo a transeunte — aí eu tô seguindo o método. Qual é o segundo passo? Analisar as causas desse problema, e aí nós podemos usar várias ferramentas. É muito importante a gente no mínimo pensar na questão do triângulo do crime, que nos traz pelo menos três variáveis a serem observadas: o autor, a vítima e o ambiente. No mínimo três, mas nós

podemos ir além, analisando uma série de outras questões e os dobramentos. A lógica também da teoria das janelas quebradas, o quanto a degradação do ambiente, o descuido com esse ambiente favorece a oportunidade do crime. Então nós podemos usar inúmeras teorias, embasamento de conhecimento para poder fazer a análise das causas daquele fenômeno. No caso do roubo a transeunte no centro, a gente analisou o problema sob a ótica do infrator, da vítima, do ambiente, da atuação da guarda, da atuação dos outros órgãos — especialmente polícia, que tá presente no ambiente também —, outras instituições e também da comunidade.

Primeiro, a Guarda Municipal não estava presente nesse território, mas obviamente a polícia estava. Nosso comando de policiamento da capital — nós temos quatro mil policiais militares na capital, é um número expressivo — é uma liderança bastante expressiva e eficiente, que tá presente no território, [que] recentemente adotou uma estratégia de bases comunitárias móveis na cidade, bastante atuante, mas [é] óbvio que a polícia não tem a condição de estar presente em todos esses espaços do centro e de responder sozinha por esse problema. Então, a gente pensou como a gente poderia contribuir pra redução dos roubos por meio do patrulhamento da Guarda Municipal em conjunto com a polícia, porque não tem sentido a gente criar uma lógica que seja divergente, que anule o trabalho, de competição. É uma lógica que precisa ser convergente pra gente produzir resultados, que já tá difícil, assim, estando sozinho. Se a gente for anular um o trabalho do outro, fica mais difícil ainda.

E sobre o ambiente, há um problema muito claro no centro de iluminação precária, mas olha que coisa curiosa, que é só você olhando pro ambiente para entender. A gente foi verificar: a iluminação do centro é precária e há uma correspondência entre iluminação precária e os pontos de incidência de crime. Só que por que a iluminação é precária? Por que as lâmpadas não são trocadas? No nosso caso, não. O centro da cidade de Belo Horizonte tem uma manutenção relativamente boa das lâmpadas, mas só que Belo Horizonte é uma cidade muito arborizada. Olha como a gente precisa entender o problema específico pra gente atuar sobre ele. Então é um problema muito mais de rotina de poda de árvore do que de manutenção da iluminação pública, e é um outro setor. Se eu não aciono esse setor de uma maneira direta, específica, para dizer onde atuar, essa ação ficar desconectada. Eu vou continuar achando

“alguém tem que cuidar da iluminação”, “Eu não tenho não há nada a ver com isso. Eu estou fazendo o meu trabalho”. Não. É preciso sentar à mesa com todos os atores para que todos compreendam a dinâmica do problema juntos. Não é esperar (“isso é problema do outro, ele [que] resolva”), é chamar pra sentar e fazer tudo isso juntos. Então a gente tem o problema das árvores e de uma ocupação desordenada do centro da cidade, que eu vou mostrar. Ambulantes, moradores em situação da rua.

A questão do autor: uma certeza da impunidade, um acesso a receptadores: o centro da cidade — a gente mapeou isso. Uma questão de inteligência. Você tem ali autores contumazes que praticam o roubo de celulares e imediatamente já entram nos shoppings populares. A gente tem isso mapeado: onde é, quem são os receptadores que já vendem aquele celular para essas lojas clandestinas que vão revender ali no próprio centro mesmo. Mapear isso é fundamental porque: como atuar sobre essa ação dos receptadores? Eu tenho a atuação típica de polícia na investigação, mas eu tenho também toda uma atuação da prefeitura do ponto de vista de licenciamento, de alvará, que eu posso agir sobre aquele comércio numa outra via que não especificamente a criminal, não é verdade?

Então, perceber isso e colocar a fiscalização da prefeitura a serviço da estratégia de redução do crime de roubos é fundamental, porque às vezes o fiscal tá atuando em outras coisas e ele não vai naquele comércio específico, seja porque ele é omissivo, seja porque há um esquema também de corrupção. Isso não dá para negar, mas quando você mostra e cobra... e a gente tem aí também uma falta de integração com a comunidade.

As nossas respostas: a gente tem o efetivo da guarda lançado via operação sentinela nesses locais, nos horários em que o crime acontece para somar com o policiamento da PM; aí tem pessoas abordadas, pessoas presas. Então o número de pessoas abordadas é muito maior; de pessoas presas é muito menor. É essa a ideia: da gente atuar preventivamente.

Aqui a relação, a identificação dos pontos de iluminação, e a nossa ideia, mostrando o quanto a cidade é arborizada e escura, a necessidade de trocar as lâmpadas e, ao mesmo tempo, de podar a árvore, que isso é um papel que a gente conduz pela prefeitura. A fiscalização de ambulantes, que são os camelôs, que tá aqui na esquerda [do slide] e também a abordagem integrada à população de rua que é feita pela fiscalização; no caso aqui de ambulante pela fiscalização e guarda, ali pelo trabalho da fiscalização, guarda e também a abordagem social da política social da

prefeitura. O levantamento de autores contumazes de roubo e também de receptação no Hipercentro, identificação de rotas de fuga e o compartilhamento dessas informações com um grupo integrado do estado, que é formado pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e pelo Ministério Público, [serve] para poder dar um enfoque a esses autores de roubo e de receptação contumazes.

A questão da campanha que a gente está desenvolvendo, de auto-proteção com as vítimas, para que elas compreendam o que fazer em relação ao seu comportamento, pra prevenir a incidência desses roubos e também a mesma lógica que vocês utilizam, que é essa construção de redes sociais de vigilância e proteção. A gente está disponibilizando um celular institucional pros guardas que atuam no território, para eles estarem articulando com as redes de comunicação — nesse caso com comerciantes, porque o centro tem muito uma lógica de comerciantes, porque os transeuntes são transitórios, são passageiros do centro, não são em geral só moradores.

E no fim, aqui a redução do roubo a transeunte no Hipercentro, acumulada, também, de 30% ao longo do período. Sobretudo, a partir de março, a gente começa uma tendência de queda que tem se mantido mês a mês abaixo da linha do ano passado. Com impacto geral no estado e na cidade, então a gente tem a redução do roubo a transeunte na área tratada, que é o centro, em torno de 30%. Tem um reflexo na cidade, de uma redução de 17,5%, e um reflexo no estado também, que tem uma redução de 10%, mas a redução maior é na cidade. Óbvio que a gente não pode dizer que a redução acontece apenas em função desse trabalho desenvolvido pela prefeitura. É uma soma de fatores. Nós sabemos que o policiamento é fundamental para que isso aconteça, mas nós não temos dúvida de que a gente está dando uma parcela de contribuição bastante significativa para o enfrentamento dessa questão. É isso. Qualquer coisa a gente fala aí nos desdobramentos. Obrigada, gente.

— *Cel PM Celso Luiz Pinheiro* —

Uma boa tarde a todos. Eu não poderia deixar de inicialmente enaltecer esse trabalho que está sendo realizado pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, encampado pelo nosso querido Coronel Feliciano,

que foi o mentor intelectual desse trabalho. Agradecer em especial ao Ivan e ao Bruno, e as únicas menções positivas que eu posso fazer com relação a eles é muito simples: imaginem pessoas sérias, que trabalham, comprometidas pelo bem da sociedade. Multipliquem pela enésima potência que vocês estarão à frente do Ivan e do Bruno e de toda a equipe naturalmente que os acompanha.

Queria aproveitar também... não poderia deixar de forma alguma de agradecer ao Coronel Glauco. Faço questão de frisar isso: é uma das grandes mentes brilhantes que a instituição Polícia Militar do Estado de São Paulo já teve. E falo isso não só por ser meu amigo — ele sabe muito bem disso —, falo isso porque, se hoje estou funcionalmente ocupando a posição de Comandante de Policiamento da Capital — o que muito me orgulha, mas não me envaidece —, muito provavelmente é por conta do apoio, da força, do aprendizado e do legado que o senhor deixou na minha carreira profissional. Sou muito grato a isso e fico muito feliz porque quando falamos de Guarulhos, falamos, principalmente nas áreas onde trabalhei, de pessoas que realmente precisam muito de atenção. Não é atenção só da Polícia Militar, não. Atenção de todos os órgãos que compõem o Estado, que compõem a municipalidade. São pessoas que realmente sentem lá na ponta da linha a dor. Como nós costumamos dizer, lá é o local onde o filho chora e mãe não vê. Como temos vários locais aqui na capital na periferia de São Paulo, foi lá que eu aprendi. Muito obrigado por tudo, pelos ensinamentos e, principalmente, pela amizade.

Quero saudar também a doutora Georgia. Muito obrigado pela presença, doutora. Eu fico feliz em ouvir as suas explanações e dizer para senhora que São Paulo está no caminho certo porque nós já fazemos pelo menos 80% do que a senhora disse aqui já há muitos anos. E ficamos felizes por isso porque os resultados, realmente — assim como em Belo Horizonte —, aqui em São Paulo, na capital, têm sido expressivos.

Não posso deixar também de agradecer e de saudar essa turma. Fiquei sabendo hoje que é o terceiro CFO [Curso de Formação de Oficiais] que está aqui, e eu tenho dito, viu, Ivan? Gravem o que eu estou falando agora: essa turma de aspirantes 2017 e 2018 farão a diferença na Polícia Militar do Estado de São Paulo daqui a alguns anos, mas vão começar agora, a partir da formatura. Essa turma tem um diferencial fantástico. Não só essa como a de 2018 também, que vai se formar em breve.

Quero parabenizar e cumprimentar os oficiais do CAO [Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais], curso de mestrado profissional que aqui

estão. E em nome da sociedade civil, que está muito bem representada aqui pelo meu amigo Valdir Assef — quem não conhece o Valdir, ele está lá quietinho, mas ele é o homem que faz, que cuida das estatísticas pela Secretaria de Segurança Pública. [É] ele quem ajuda a encapar um trabalho fantástico de divulgação dos resultados mensais pela Secretaria de Segurança Pública no que tange aos indicadores criminais. O Valdir, humilde, amigo, trabalhador, correto, tem nos dado um grande apoio. Valdir, você sabe que eu falo isso porque nós já nos conhecemos [há] algum tempo, desde que eu comandava o centro [de São Paulo], e o teu trabalho é realmente muito transparente, [é um] trabalho muito bonito, é um trabalho que tem que ser reconhecido e eu faço questão de reconhecer esse seu trabalho aqui perante todos os presentes.

[Agradeço] aos demais presentes, às demais autoridades — [a] sociedade civil também muito bem representada aqui pelos Conselhos [Conselhos Comunitários de Segurança], pelos nossos amigos por parte da Diretoria da Associação dos Oficiais da Polícia Militar. E, principalmente, não posso deixar de dizer, pelos oficiais e praças que aqui estão e que fazem parte do Comando de Policiamento do Interior [CPI]. Temos aqui comandantes de unidades, patrulheiros que cuidam das nossas famílias que cuidam dos nossos amigos, que cuidam da sociedade, enquanto nós estamos aqui tentando melhorar um pouquinho a sociedade de forma geral. O meu “muito obrigado”. Mas, eu gostaria também, em especial, e eu não considero isso de forma alguma — me desculpe, Ivan — [uma] perda de tempo. Eu gostaria de pedir a todos que se levantassem para que nós fizéssemos — não precisa ser um minuto — 20 segundos de silêncio em memória do 2ª Sargento Rodrigues, inativado em 2011, que foi vítima de uma morte brutal essa noite, engrossando as fileiras dos policiais militares que já morreram este ano, que se não chegamos ainda aos 50, já estamos quase que na casa dos 50 policiais militares assassinados este ano. E ele morreu, por relatos da filha dele, hoje, na zona oeste de São Paulo na área do 49º Batalhão, às 22h46 da noite de ontem, indo para casa. Simplesmente, foi abordado por duas motocicletas, por três marginais; a filha dele na garupa. Num dado momento, relatos da filha dele: “mata que é PM, mata que é PM”. Tomou um tiro na cabeça e faleceu. Seis anos inativado. E para mim não tem diferença se é oficial da ativa, se é oficial da reserva, se é cabo, se é coronel, se é soldado; são todos seres humanos, profissionais e merecem o nosso respeito. (Silêncio.) Muito obrigado. (Palmas.)

Bom, falar um pouquinho sobre a capital é extremamente desafiador. Eu falo isso por um motivo muito simples: quando recebi o convite do Comando Geral — e os alunos sabem muito bem disso —, estávamos tão bem, tranquilos aqui na Academia, né, acomodados. Já pensando em sair da Academia e me aposentar, falei: “É, daqui eu já estou na rampa de lançamento. Eu vou me aposentar”. Quando eu recebi o convite do Comando Geral, para assumir o Comando de Policiamento da Capital, fiquei pensando... Primeiro que não tenho competência para tudo isso e, segundo, e devo confessar, embora tive mestres ilustres que me antecederam, eu pensei: “O que é que eu vou fazer lá? Puxa vida, 33 anos de experiência profissional, o que é que eu vou fazer no Comando de Policiamento da Capital?” E aí, no momento de muita falta de lucidez do Comando, eles me nomearam, mas de extrema lucidez minha, falei: “Bom, vou fazer aquilo que eu sempre gostei de fazer: tentar trabalhar seriamente”. E foi o que nós começamos a fazer há praticamente sete meses. E há questão de uns 15 dias — né, Valdir? —, fomos chamados lá na Secretaria de Segurança Pública para uma reunião de nível dois, uma reunião que envolve os grandes comandos, e tivemos a notícia, através do próprio Valdir, de que no último trimestre, [houve uma redução nos delitos], em especial nos delitos de letalidade violenta — roubos e furtos de veículos —; nós estamos fazendo a lição de casa. E isso me deixou muito feliz, porque a gente sempre vai para lá para tomar bronca, mas o Valdir, naquele momento, nos elogiou e falou que “a capital vai muito bem, obrigado”, assim como o Estado. E como a doutora Georgia disse, é mais ou menos o que acontece em Belo Horizonte: se a capital vai bem, o estado vai bem; se a capital vai mal, o estado vai mal.

Vamos falar um pouquinho, porque fica muito difícil também falar sobre apenas uma ação que possa ter redundado em pontos positivos, principalmente nas questões dos roubos. São várias ações, são várias atividades. Trabalhar no Comando de Policiamento da Capital é uma atividade que requer e consome todos os oficiais e praças que trabalham comigo. E falar de uma única ação isolada seria muita hipocrisia da minha parte. Portanto, vamos falar de ações que redundaram, vamos assim dizer, no estarmos hoje “fazendo a lição de casa”, e quando eu falo “estarmos fazendo lição de casa”, eu digo: Estamos fazendo a lição de casa ou estamos fazendo mais com menos? Por incrível que pareça, hoje estamos fazendo mais com menos. E por que é que estamos fazendo mais com menos? Por que isso está ocorrendo hoje? Que fenômeno é

esse? Onde uma Polícia Militar, que não é uma única responsável pelo sistema de segurança pública e pelas mazelas sociais, hoje, faz mais com menos? Como é que ela consegue fazer isso? Eu reputo isso, Coronel Glauco. Ivan, doutora Georgia, eu reputo isso ao comprometimento que eu tenho hoje com minha equipe de oficiais e praças no Comando de Policiamento da Capital.

A senhora falou de quatro mil homens, né, lá em Belo Horizonte? Meu comando é de 22 mil homens, praticamente; quatro mil homens é o que nós temos em algumas áreas da cidade de São Paulo. Então, a senhora vê que, fazemos mais com menos: a cada mês, perdemos 45 policiais militares que estão simplesmente se aposentando, só na capital de São Paulo. Eu perco 45 policiais militares por mês na capital de São Paulo que estão em processo de aposentadoria.

A nossa frota cresceu absurdamente. A população — eu vou mostrar para os senhores aqui — comparada a dez anos atrás, cresceu absurdamente; os patrimônios aumentaram absurdamente. A senhora falou do celular — é a mesma coisa que acontece aqui na capital — e nós estamos fazendo mais com menos. E onde é que eu encontro o respaldo para falar sobre esse trabalho? Na força que a nossa Polícia Militar tem, em todos os locais onde ela tem penetração. Poderemos fazer mais? Sim. Estamos abertos às críticas? Sim! Tive oportunidade de participar de um evento com o Bruno a semana retrasada — né, Bruno? — no consulado britânico e nós dissemos isso: entropia não cabe mais em lugar nenhum, em lugar nenhum, e não é na Polícia Militar que nós seremos entrópicos.

Aqui é só para que todos tenham uma área, que nós falamos, uma ideia de quando nós falamos da Capital. É uma área grande, uma população de 12 milhões de pessoas. O Coronel Glauco falou sobre a questão da redistribuição de efetivo. Nós temos hoje 7.398 habitantes por quilômetro quadrado: um policial para 694 habitantes só na cidade de São Paulo. A nossa frota [é] de 8,5 milhões de veículos. Nós temos os 96 distritos já previamente encampados pela Prefeitura Municipal: mais de 65 mil logradouros e 92 delegacias de polícia.

O Comando de Policiamento da Capital está diretamente subordinado ao Comando Geral. Faz parte de um dos grandes comandos que nós temos na Polícia Militar. É o maior comando de tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O Comando de Policiamento da Capital, “a cabecinha do cachorro”, está dividido em oito áreas; são oito

Coronéis que trabalham diretamente comigo na cidade de São Paulo, 31 batalhões territoriais. Temos um batalhão de ações especiais de polícia — é um batalhão exemplar, é um batalhão modelo no Estado de São Paulo. Os alunos Oficiais que talvez já tenham tido a oportunidade de conhecer esse 4º BAEP [Batalhão de Ações Especiais de Polícia], e aqueles que não tiveram, por favor, o façam. Os oficiais do CAO [Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais], se ainda não tiveram oportunidade, façam, participem, conheçam o 4º BAEP, que é um modelo de gestão de polícia de sucesso, efetivamente de patrulhamento na capital. Temos 100 companhias territoriais, quatro companhias de ações especiais de polícia localizadas — em especial uma delas, no centro de São Paulo, é a famosa Tropa do Braço, que fez frente às manifestações de 2013 para cá e vem fazendo um trabalho exemplar também — e temos 27 companhias de Força Tática. Isso aqui é para que os senhores tenham uma ideia muito singela do tamanho da nossa responsabilidade à frente do Comando de Policiamento da Capital. Eu fiz um comparativo para que os senhores também tenham uma ideia do que nós tínhamos em 2007 em termos de frota, em termos de população, em termos de PIB, quando se fala em Brasil, desempregados no Estado de São Paulo. Apenas para ilustrar a questão patrimonial que nós nos referimos bastante ao celular, que é um dos objetos mais cobiçados pela criminalidade hoje em dia, e o efetivo da PM em 2007 e hoje, 2017. Isso significa, e aí eu volto a dizer que estamos fazendo mais com menos, olha que beleza. Quais as instituições, hoje, que estão fazendo mais com menos? Alguém pode me dizer uma, além da Polícia Militar? Muito obrigado.

E aí, nós comparamos o efetivo do policiamento da capital ao efetivo somado [a] todas as outras polícias do Brasil, e nós chegamos à conclusão que aqui na capital, nós perdemos apenas para três estados que têm o efetivo menor do que 20, praticamente 22 mil homens. Minas Gerais tem efetivo maior na polícia toda; o efetivo nosso, fixado na Polícia Militar de São Paulo, é de 93 mil homens, quase 94 mil. Aí, se nós descermos aqui, nós vamos encontrar nenhum outro Estado. Essa é a somatória de todos os Estados: Bahia, Pernambuco... O efetivo da polícia de Pernambuco é quase igual ao meu efetivo existente na capital e assim vamos vendo o tamanho da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em especial do Comando de Policiamento da Capital.

Nossa frota hoje gira em torno de 2.800 viaturas de um efetivo de 3.200 fixado. [O] governador, hoje, entregou mais 200 viaturas, praticamente, para Polícia Militar. Houve uma entrega simbólica no Palácio

dos Bandeirantes hoje de manhã: 196 viaturas. Então, chegamos hoje à frota de quase 3.000 viaturas só na cidade de São Paulo.

Quando eu falo que policiamento e segurança não se fazem **só com** a Polícia Militar nós temos que trazer alguns dados, pois cobra-se muito da Polícia Militar, mas e os outros órgãos? Como é que fica? Já que todas as mazelas são cobradas geralmente em cima de nossas atribuições, eu pergunto: como é que ficam os outros órgãos? Como é que fica o Judiciário? Como é que fica o Ministério Público? Como é que fica nossa coirmã? Como é que ficam as outras instituições? Quero lembrar que elas também fazem parte de uma sociedade melhor. As coisas não podem ficar só nas nossas costas, afinal de contas, se nós partirmos aqui de dados prisionais atualizados, nós veremos que a população carcerária é de 225 mil pessoas no Estado, mandados de prisão expedidos temos mais 211 mil. Só aqui na capital, são 48 [mil]. Vamos somar 225 mil mais 211 [mil]... Vamos chegar aí, vamos arredondar para 430 mil pessoas que vivem diretamente de delitos e que foram, vamos assim dizer, identificados. Se cada uma delas trabalha com mais quatro ou cinco pessoas no rol da criminalidade, nós temos aí praticamente mais de 2 milhões de pessoas vivendo do crime. Essa é uma teoria assim, bem de botequim, mas ela expressa uma certa realidade: mais de 2 milhões de pessoas a gente tem certeza que vivem da criminalidade hoje, das que foram identificadas. E das que não foram? E a Polícia Militar tem que dar conta de tudo isso.

As audiências de custódia também. Falaram que eu fui até otimista aqui nos meus dados. Vamos dizer, assim, para sermos otimistas, que de cada dez, cinco são soltos; no começo, de cada dez, eram sete soltos. Agora, parece que o negócio endureceu um pouquinho mais, então, agora, de cada dez, estão soltando cinco. Não tem, não tem cobertor que resista e não tem pano para enxugar tanto gelo, não tem! E aí, a responsabilidade é da Polícia Militar.

Vitimologia [da] PM. Outro dia eu até contei para um amigo — ele deu risada, um civil. Encontrei uma senhora... Nós, policiais militares também comemos, bebemos, temos família, dormimos, votamos, né? A senhora fala: “Poxa vida! Vocês já votam?” Eu falei: “Desde 88”. “Poxa vida, mas, vocês também comem?” “Também comemos, dormimos, temos família, morremos!” Estamos sujeitos a morrer oito vezes mais do que a sociedade como um todo, num grupo de 100 mil habitantes. Já perdemos, até o final de outubro, 47 policiais militares, sem contar os

do mês de novembro, por isso que eu disse que já devemos estar aí na casa dos 50. Já perdemos 47 policiais militares somente em 2017. Graças a Deus — graças a Deus ou naquilo que vocês acreditarem, cada um professa sua fé —, estamos em um quadro, me parece, que de descendência no tocante à vitimologia policial militar. Só lembrando que nós ainda estamos em novembro. Pelo jeito aqui, não vai ser muito difícil bater 2016.

E aí quando nós falamos em medidas de sucesso, nós temos que também falar do planejamento do policiamento. Os alunos, nossos cadetes aqui, quase aspirantes, já conhecem muito bem, os alunos do CAO já ouviram falar milhares e milhares de vezes sobre a questão de metodologia de emprego do policiamento no que diz respeito ao planejamento. Então, é algo muito simples: o ilícito ocorre; há a necessidade do registro da ocorrência; a Polícia Militar analisa os dados estatísticos; nomeia áreas de interesse da Segurança Pública através do PPI, Plano de Policiamento Inteligente; fazemos os cartões de prioridade de patrulhamento com pontos de estacionamento; atacamos as áreas quentes, os *hotspots*; e vamos trabalhar principalmente em cima desses indicadores criminais.

Só que alguns delitos, alguns incidentes que ocorrem, principalmente na cidade de São Paulo... Parece que as pessoas, às vezes, também se esquecem de que nós trabalhamos dessa forma aqui, e que nada hoje é empírico dentro do Estado de São Paulo no tocante à planejamento de ações policiais. Nada é empírico. Vou dar só um exemplo que nós tivemos há pouco tempo na ponte do Morumbi. Todo mundo viu aquele vídeo. Nossa, estarrecedor. Até eu fiquei com receio de passar lá. Eu falei: “Eu não vou passar lá mais! Deus me livre. A ponte do Morumbi é o local mais inseguro do mundo” — depois da ação que foi perpetrada na mídia, daqueles roubadores que estavam passando por ali e resolveram roubar um veículo. Aí eu tenho um comandante na zona oeste: Coronel Salles, extremamente preocupado. Aí ele me trouxe a notícia: “Comandante, o que está acontecendo?” Aí eu perguntei: “Acontecendo o quê?” “Você não viu? A notícia [tá] em tudo quanto é mídia. Já saiu no WhatsApp, já saiu na Band, já saiu na Globo, já saiu...” “Sim! E daí? Você está preocupado com o quê?” “Não comandante, mas, é a repercussão...” “Nós trabalhamos, Salles, Coronel Salles, comandante Salles. Nós trabalhamos com isso aqui, ó: seus indicadores na região não são ruins. Pelo contrário, você está fazendo a lição de casa.” “Ah, mas vão criticar...”

“Entra na fila! A fila nesse momento deve estar lá em Resende, chegando lá no Rio de Janeiro. Entra na fila. Quem quiser reclamar...” A gente trabalha com números, essa é a nossa realidade, que realmente pode transmitir uma sensação de insegurança em dado momento ou pode afetar a tal da percepção de segurança. Eu até entendo que em dado momento, sim, mas a minha resposta e a resposta dos meus comandantes de área é a seguinte: “Estamos fazendo mais com menos, mais com menos!”

E esse tal do cartão de prioridade de patrulhamento, ele determina o horário, os locais de patrulhamento, os pontos e as operações que nós desencadeamos. Tudo em cima de um trabalho extremamente técnico, extremamente científico. E aí, o que efetivamente levou ou que tem levado ao sucesso ou ao fazer a lição de casa no Comando de Policiamento da Capital? Tá aí o Valdir que não vai me deixar mentir sozinho. Valdir, eu vou ficar aqui desse lado, aí você me ajuda a mentir, tá bom? São as operações. Por incrível que pareça, nós não precisamos inventar nada. A Polícia Militar já inventou muita coisa ao longo de sua existência. São 186 anos que nós estamos inventando. Ah mas inventar mais o quê? Nada. Vamos fazer o feijão com arroz. Se a gente conseguir fazer o feijão com arroz, já tá muito bom. E como é que a gente combate o crime? Polícia. Na rua, visível e acessível. Essa é a nossa parte. Agora os outros órgãos, cada um que faça a sua. Polícia na rua, visível e acessível. E como é que a polícia é visível e acessível? Se ela desencadear um trabalho de prevenção, de policiamento. Tem que estar na rua.

E aí nós chegamos em duas fases do comando atual, Coronel Nivaldo. A primeira, nós chamamos de “Operação 100 Dias”. O que era [a] “Operação 100 Dias”? Com C, não com S. Operação 100 Dias: um, zero, zero. Bom, não dá para inventar mais nada porque a gente já faz tanta coisa. O que nós vamos inventar? Vamos tentar otimizar os meios que nós temos, otimizar os recursos que nós temos. Chamei todos os comandantes de área e falei o seguinte: “Olha! Precisamos entrar nessa ‘Operação 100 Dias’. O Estado todo vai entrar. A capital vai entrar também, só que eu não vou exigir nada de vocês além do que vocês podem fazer. O que é que vocês podem fazer?” foi o que eu perguntei. Vou dar um exemplo: “Região central, o que que vocês podem fazer? O que o CPA/M-1 [Comando de Policiamento de Área/Metropolitano Região Um] pode fazer?” “Ah, a gente pode fazer cinco operações por dia!” “Tá bom.” “CPA/M-2, o que vocês podem fazer?” Zona sul, região do aeroporto lá de Congonhas. Ele coçou a cabeça, somou, multiplicou,

dividiu: “Posso fazer cinco operações.” “Maravilha!” E assim foi até o CPA/M-11. “Você vai fazer cinco, você falou que vai fazer três, você falou que vai fazer dois, você falou que vai fazer um. Tá bom, maravilha... mas vão fazer!” E fizeram. Terminou a “Operação 100 Dias”. Vocês disseram o que vocês iam fazer, agora eu vou dizer o que vocês vão fazer. Sabe o que vocês vão fazer? 403 operações por dia. “Quê? 403? Nós estávamos fazendo 15! 403 operações por dia? Cê tá louco?” Comandante de Policiamento da Capital tem que ser louco, senão não assume essa função, né, Coronel Glauco? “403 operações por dia?” Eu falei: “É. Por quê? Você está achando muito?” “É muita coisa. A gente não vai dar conta...” “É? Quantas companhias nós temos na Capital?” “100.” 400 por 100, são quatro. Duas delas [têm] visibilidade. E as outras duas? Bloqueio, saturação, cavalo de aço, prevenção de desordem, fiscalização, operação pinçamento. E conseguimos e estamos fazendo 403 operações por dia. Se alguém tiver dúvida, não acreditar nos números, meu Comando está à disposição. E nós chegamos às 440 em alguns dias da semana porque nós temos outras unidades que nos apoiam também. Conclusão disso tudo? Setembro, agora — Valdir. estou mentindo, Valdir? Me ajuda aí — tivemos, pelo segundo mês consecutivo em menos de seis meses, todos os indicadores de todos os delitos mensurados pela CAP [Corpo Auxiliar de Praças] no verde. Nós chamamos de “verde”, né. Tá no verdinho, tá bom. Redução em todos eles, inclusive [em] roubos na cidade de São Paulo.

Alguns números estatísticos, de janeiro a setembro — a gente gosta de números; Policial Militar adora números e eu também gosto. As nossas atividades oficializadas, é o bico oficial do Policial Militar, a Atividade Delegada e a DEJEM [Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar]. Uma combate o comércio ambulante irregular e a outra é o policial combatendo os indicadores criminais. As duas atividades na hora de folga.

Os nossos desafios para que isso traga bons resultados é controlar os indicadores operacionais além dos criminais. Quando eu falo em operacionais, eu estou falando em — não gosto muito desse termo, mas vou usar — produtividade. Qual é o mundo ideal? O mundo ideal é produtividade baixa, criminalidade baixa. Um dia chegaremos lá, se Deus quiser. Temos uma média aqui na capital de 60 a 80 flagrantes por dia, só na cidade de São Paulo. Atendemos mais de 4.000 ocorrências por

dia, e isso chega também aos finais de semana. E, quando eu falo, isso não é atendimento do Copom [Centro de Operações da Polícia Militar], não. Não é 190, é a viatura lá no local fazendo intervenção. Temos regiões com quase 800 ocorrências por dia, principalmente CPA/M-10, área da Zona Sul, CPA/M-9, chegamos a 800 ocorrências por dia.

Um dos nossos grandes desafios é controlar a letalidade. É um desafio grande, é uma mudança de paradigma, de cultura, que ainda temos muito que caminhar. Evitar acidentes com viaturas. Eu tento inculcar na cabeça do patrulheiro que é o seguinte: cada viatura que ele deixa de fazer rodar, de patrulhar, são 40 dias, no mínimo, com perda de mobilidade, seja viatura quatro ou duas rodas. Apesar que, falar em mobilidade em São Paulo hoje, com quatro rodas, é complicado, né.

Manter as unidades em condições dignas. Tratar bem o patrulheiro dentro do quartel para que ele possa trabalhar bem e atender bem o cidadão. Isso é fundamental. A gente está tentando, dentro daquilo que o Coronel Glauco falou, na capital, fazer esse trabalho. Já pegamos algumas áreas desafiadoras ou, como nós chamamos, de “difícil provimento” e mudamos o comando da unidade até o nível de capitão. As unidades têm feito um excelente trabalho. Área do 37º e área do 38º Batalhão, uma no CPA/M-9 e uma no CPA/M-10; os resultados estão sendo expressivos. Incentivar o diálogo e a aproximação entre comandantes e comandados. Com a imprensa, principalmente, tem que ser muito criterioso, e com a sociedade em geral. Por incrível que pareça, é um trabalho meio difícil.

Aí nós temos a quantidade de [quilômetros] que nós rodamos durante uma semana. Olha! Para os senhores terem uma ideia — eu tô terminando, já, Ivan —, nós rodamos, só na capital, incluindo todos os programas de policiamento — vou arredondar para baixo —, 817 mil quilômetros por semana, só no patrulhamento. Manter o patrulheiro visível e acessível e trabalhar a resiliência, principalmente nos eventos onde há necessidade de controlar [a] massa, controlar a turba e trabalhar em controle de distúrbio civil. Uso proporcional, progressivo e racional da força. E aí controlar, apoiar e fiscalizar. Todos, inclusive nossos veteranos, que às vezes são esquecidos, mas nunca deixaram de ser policiais militares. Dar bons exemplos. Coronel Glauco citou aqui: formar boas equipes, e eu tenho sorte nisso. Sempre formei boas equipes. Se eu passei do horário, perdoem-me. Muito obrigado.

Gostaria de dar boa tarde a todos e todas e gostaria de cumprimentar o Coronel Celso Luiz, meu amigo. Tivemos a oportunidade de trabalhar em Guarulhos, aqui no Comando de Policiamento da Capital. [O coronel Celso Luiz é uma] pessoa a quem tenho um grande respeito e estima. Gostaria de cumprimentar o Ivan. O Ivan é uma pessoa diferenciada, é uma pessoa distinta, que tem espírito público e sem preconceito pra tratar de questões, eu diria, da mais alta relevância e também dificuldade, porque violência, polícia, segurança pública, acabam muitas vezes exacerbando as paixões. E o Ivan é uma pessoa distinta a quem eu nutro um grande respeito porque ele sabe tratar dessas questões com isenção e parcimônia. E gostaria de cumprimentar também a Georgia, que eu tive a oportunidade de conhecer há pouco e, na pessoa do Coronel Feliciano, eu gostaria de cumprimentar todos os nossos oficiais, nossos alunos, nossos cadetes e gostaria de citar uma breve passagem.

Eu fui aluno do senhor, em 1981. Eu era do alojamento 14. Ficava olhando pro comando lá do lado esquerdo, embaixo, e havia uma rivalidade entre o alojamento 14 e o alojamento 15. Num determinado dia, um colega de turma teve a feliz ideia de levar um barbante de varal. A gente entrava todos os domingos às 21h e ninguém entendeu por que ele tinha aquele varal. Chegou na quinta-feira, ele estendeu o varal de cabo a rabo do alojamento 14 e, enquanto nós estávamos no estudo noturno, ele pôs todas as roupas de todos os alunos do alojamento 14. Então nós chegamos no alojamento 14 e não havia nada nos armários. Camiseta, uniforme, sapato, tênis, tava tudo pendurado nos varais. E a gente não sabe de que maneira, mas isso chegou ao conhecimento do comando da escola de oficiais, e o então, se não me engano, Tenente-Coronel Feliciano, foi lá fazer uma revista de alojamentos e encontrou toda aquela parafernália. Imagine um alojamento que você não conseguia nem passar, pior do que essas ruas de camelôs no centro da cidade de São Paulo. E eu lembro que o senhor reuniu todo o corpo de alunos — na época, a Academia tinha 400 e poucos alunos. Eu não preciso dizer que nós perdemos aquele final de semana em prol da sociedade, os famosos licenciamentos cassados aos finais de semana, e o senhor deu uma bela reprimenda aos alunos. Eu, hoje aqui, vou me permitir referir — aquela época era um outro momento —, mas eu me recordo que, em outras palavras, o senhor falou: “Olha, isso aqui não é digno de um oficial”, e nós

fomos punidos devidamente. Mas são fatos que marcam a vida da gente. Queria deixar aqui a minha homenagem ao senhor, pela dignidade, pela honradez, pela seriedade que o senhor e a geração do senhor passaram pra minha geração, e que os oficiais aqui da Academia têm pra passar pra outras gerações. Mas são fatos cômicos que mostram mais ou menos como é a vida acadêmica na Academia; como era, e como são essas coisas tratadas de forma rigorosa dentro da instituição.

Pois bem — eu vou ficar um pouquinho de pé pra tratar de um assunto de roubos —, eu queria pedir perdão se há oficiais e pessoas de fora, que são da região metropolitana ou do interior. Eu acabei optando por fazer um trabalho... Tem algum apontador aqui ou é você que... é a Bruna, né? A Bruna que vai me ajudar ali. Eu acabei optando por trabalhar com dados e um pouco de história de prevenção e repressão. Deixa eu olhar meu horário aqui pra não ser vítima do poder de polícia do Ivan, então deixa eu ser rigoroso aqui com meu tempo. Eu gostaria de tratar com indicadores criminais, dados e políticas que foram postas em prática na cidade de São Paulo, e tomei como padrão a cidade de São Paulo. Quais são meus pressupostos? Eu acabei adotando aqui dois. Um conceito de violência, que é da Organização Mundial da Saúde — eles têm um compêndio que já deve ter uns dez anos. Eles fazem uma análise sobre a violência no mundo inteiro, e eles definem a violência como uso intencional de força física ou poder, sob a forma de ameaça ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem uma grande chance de resultar em lesão, morte, dano psicológico, alterações no desenvolvimento ou privações. E o meu segundo pressuposto, por tratarmos de roubo — e eu trouxe isso como pressuposto porque há distinções do mundo hispânico, do mundo anglo-saxão em relação ao roubo —, é uma subtração de um bem mediante violência ou grave ameaça. Então nós partimos desses dois pressupostos. Eu trato roubo como sendo parte daquela chamada criminalidade violenta.

Eu tinha uma série de aspectos que nós poderíamos tratar nessa tarde. Eu pensei em tratar especificamente de um. Como nós temos jovens oficiais, oficiais do CAO [Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais], oficiais do CSP [Curso Superior de Polícia], precisam entender um pouco da história da aplicação de políticas públicas dentro da instituição nesses últimos dez anos. Isso às vezes vai se perdendo, infelizmente. Ficam as histórias, né, Coronel Feliciano? Mas, muitas vezes a história das

políticas públicas vai passando ao largo e nós não nos apercebemos do que foi feito no passado, se aquilo deu certo, se deu errado. Nós muitas vezes não fazemos avaliações de políticas públicas. Eu vou tratar com duas variáveis: a correlação de roubos e demanda escolar. Hoje eu sou diretor de orçamento da Secretaria Municipal de Educação e, de alguma forma, sou eu quem faz as licitações, das mais variadas, dentro da secretaria. E por força dessa função, sou obrigado a tratar com dados de demanda, de falta de vaga, de solicitação de vagas nas escolas, e queria fazer uma breve correlação.

Eu não conheço nenhum estudo em particular que faça essa correlação, mas isso eu já tinha percebido três anos atrás. Nós começamos a fazer um plano diretor de criação de escolas na cidade de São Paulo, correlacionando a demanda com indicador, com a variável homicídio e roubo, e nós vamos ver que há uma afinidade parcial entre elas, e também com o papel de policiamento. Existem duas grandes teorias dos Estados Unidos. A primeira delas foi feita em 1974, no Kansas, e essas teorias dizem o seguinte: a primeira diz que policiamento é uma atividade fundamental na redução dos indicadores criminais. Dois anos depois, veio uma outra teoria que diz: olha, o policial é importante para a preservação da ordem pública, mas não para a redução de indicadores criminais, ou seja, eu preciso de polícia para manter um determinado ordenamento dentro de uma sociedade, mas isso não implica necessariamente na redução de indicadores criminais. A primeira corrente acabou se tornando prevalente nos Estados Unidos, e nos anos 1990 ela praticamente se assentou como sendo a variável de policiamento, um importante indicador na redução dos indicadores criminais.

E agora eu queria fazer aqui uma correlação entre o que ocorreu com os homicídios. Tá muito clarinho aqui [no slide]. Infelizmente não dá para ver, mas eu tenho uma reta de tendência. Aqui nós temos os indicadores de homicídios de 1995 até 2017. Nós temos uma clara e acentuada indicação de redução dos homicídios no estado de São Paulo — isso não é cidade de São Paulo, é estado de São Paulo —, mas é muito evidente a tendência de queda, que vai no contrafluxo do que uma boa parte dos estados brasileiros tem hoje, mas essa é a reta de tendência no estado de São Paulo. E por que eu quis trazer a correlação com os homicídios? Porque nós temos que tentar, de alguma maneira, entender por que eles diminuíram. O IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] tem alguns artigos: há pesquisadores que falam que o PCC

[Primeiro Comando da Capital] foi o grande responsável pela redução dos homicídios. Eu nem levo em conta — respeito, mas nem levo em conta. Você atribuir ao PCC a diminuição de indicadores criminais porque é a antítese do que é uma civilização. Pra que você tem o Estado? Pra que você mantém o Estado? Como um órgão, como um ente para evitar o conflito intersubjetivo entre as pessoas. Além do mais, nós tínhamos ações de intensificação para os crimes de homicídio na primeira década do ano 2000. Após esse período, os mais jovens nem devem saber como é que se fazia naquela época quando ocorriam os homicídios. Portanto, se ele continuou decrescente, eu não posso dizer que o PCC é o grande responsável porque, quando havia um homicídio, você levava um pelotão para o local e deixa[va] o pelotão lá por uma semana, mas isso faz 10, 15 anos. Como é que essa queda se mantém até os dias de hoje? Eu particularmente acho isso de uma insensatez muito grande, mas enfim, é também uma tese defendida academicamente.

O primeiro aspecto que eu gostaria de lembrar e que eu dou a maior importância pra esse item é a redistribuição de efetivos que a Polícia Militar fez entre 1999 e 2006. As gerações mais jovens perderam esse histórico, mas o que aconteceu em 1999? Um grupo de oficiais e um grupo de praças do que é hoje o Centro de Inteligência começaram a analisar indicadores criminais e contingente policial nas diferentes áreas, e qual é conclusão que esse grupo chegou após três, quatro meses? Nós temos áreas em que há um policial por 2.200 habitantes e a área em que há um policial pra 160 habitantes. O meu amigo Celso deve estar cansado de ouvir isso porque, quando eu estava na capital, nós fizemos, Pelissari também, reiterados documentos para fazer uma reordenação de efetivo porque o que fora feito em 2003, 2004 já tinha sido perdido. Esses estudos foram feitos em 1999, apresentados a um coronel, hoje da reserva, o Coronel Paulo Marino Lopes. [Em] 2013 ele assume a subchefia do Estado-Maior e aí ele pega o touro pelo chifre e fala: “Bom, nós vamos estudar uma correlação entre indicadores criminais e o efetivo das áreas operacionais e agregar outras variáveis: população flutuante, população fixa, roubos de veículos, número de presídios na área”, e foi feita uma fórmula que resultou numa grande redistribuição dos efetivos policiais no Estado de São Paulo. Foi um dos trabalhos mais difíceis que uma Polícia Militar teve.

Quais devem ter sido as áreas que perderam efetivo? Todos nós sabemos: áreas nobres com alto poder de fogo político. O projeto, hoje

eu posso dizer isso aqui, é um pouco de história. O projeto, ele foi suspenso, evidentemente porque havia áreas do interior e áreas da região metropolitana que foram procurar parlamentares, desembargadores, o que obstou o avanço do processo, mas nós não nos demos por vencidos. Então vamos fazer essa reatualização do efetivo pelo *turnover*. O que significa isso? O indivíduo aposentou, nós não repomos, e foi feita uma grande alteração de efetivos no Estado de São Paulo entre 2003 e 2005. Esse é um fator que os pesquisadores, a maior parte [deles], não conhecem. Essa é uma norma ainda em vigor dentro da instituição, infelizmente, não aplicada. Eu atribuo [a] essa redistribuição, um dos grandes fatores: a queda dos homicídios. Não o único, mas um dos grandes fatores, porque Guaianazes, que tinha um policial para 1.200 pessoas, passou a ter um policial para 400 pessoas, assim como as áreas mais nobres na cidade de São Paulo, assim como as regiões mais prósperas do interior, um critério objetivo.

Eu trato essas questões sob o ponto de vista moral. Dado o acirramento do debate político no país, a gente vai de deturpando um pouco o termo “moral”, mas eu atribuo a esse aspecto um caráter moral. É justo o cidadão que está em Lajeado ter um policial para 2.400 cidadãos e um outro indivíduo que mora numa outra região nobre ter um policial, e eu era comandante da Capital. Isso estava ocorrendo: um policial para 180 habitantes. Isso é justo? A gente olha sempre uma política pública sob o ponto de vista técnico, mas há um caráter moral para nós analisarmos políticas públicas e eu atribuo essa redistribuição de efetivos. Não há nenhum artigo publicado, até porque as pessoas não sabem [d] a dificuldade interna que foi a redistribuição do efetivo, não sabem as pressões externas pra impedir a redistribuição. Mas houve uma grande movimentação de efetivos policiais entre os anos de 2003 e 2005, como resultado de um estudo de 1999.

Eu não quero demorar. Nós teremos muitas questões a ser levantadas aqui, mas nosso objetivo é outro. Vocês vão entender por que eu estou falando isso. O segundo aspecto é a apreensão de armas; o Sou da Paz teve uma grande participação nesse debate. Eu, Glauco, sou contra o porte de arma generalizado. Acho esse um debate equivocado que existe no Brasil de hoje. Eu tive a oportunidade de estudar na Inglaterra. Na Inglaterra há uma proibição absoluta de armas e você vive de forma absolutamente tranquila porque sabe que os indicadores criminais de roubo são baixíssimos porque pessoas não portam armas.

Os indicadores de morte a terceiros são baixíssimos porque você não tem armas, vide o caso que nós tivemos em Goiânia recentemente, vide o que ocorreu nos Estados Unidos há pouco, mas o controle de armas... Eu fiz um levantamento — não vou trazer aqui nesse momento —, mas houve uma apreensão massiva: a Polícia Militar foi responsável por 81% das apreensões de armas do Estado de São Paulo por vários anos. E o terceiro aspecto é a prisão de homicidas. Pra quem não sabe, o governo Covas robusteceu o DHPP [Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa] no final dos anos 1990. Nós tínhamos um pico altíssimo de quase seis mil homicídios e houve um robustecimento do DHPP. Eu conheço pessoas seríssimas que trabalharam no DHPP nesse período e, com o aumento do número de equipes, houve uma possibilidade de prisão mais efetiva de algumas quadrilhas, os Pica-Paus — sejam lá os apelidos que se deem aos matadores seriais —, principalmente das regiões periféricas. Então esses três aspectos, eu acho que são aspectos preponderantes na redução de homicídios. E por que eu atribuo essa importância? Porque eu vou falar de novos parâmetros, ao final da palestra, de redistribuição de efetivo para o combate efetivo aos roubos no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo.

Esse é um estudo feito por duas psicólogas portuguesas, Sani e Nunes. Eu quero trazer à público a sensação e o sentimento que as pessoas têm em relação ao roubo. Há um preconceito muitas vezes dentro das instituições policiais em relação a homicídio. Houve um embate muito grande no Estado-Maior entre 1999 e 2003 para saber qual era o crime que teria o maior percentual na distribuição de efetivos. Por quê? Quem é que morre na cidade de São Paulo? Quem é que morre na região metropolitana? Quem é que morre no Estado de São Paulo? E uma corrente apregoava que exatamente o roubo deveria ter o maior percentual. Acabou vencendo a corrente que teve no indicador homicídio o maior percentual para distribuição de efetivos. E por que eu pus esse slide? Porque lá no Porto, numa região específica do Porto onde essas pesquisadoras fizeram esse trabalho, o roubo é o que dá a maior sensação de insegurança entre as pessoas. E qual é o mais temido? É também o roubo, ou seja, o roubo causa uma sensação de mal-estar no seio da sociedade.

Nós vimos esse final de semana a criação de um novo indicador, pelo Datafolha e pelo Fórum [Brasileiro de Segurança Pública], o chamado índice de efetividade da segurança pública. Quem ocupa o

primeiro lugar? O indicador vai de zero a um; um é a melhor situação, zero é a pior situação. É o crime de roubo também, seja porque a pessoa foi roubada, seja porque a pessoa teve um parente roubado, seja porque ela vê notícias na televisão e aquilo lhe cria uma sensação de instabilidade, uma sensação de insegurança, um mal-estar coletivo.

Pois bem, eu vou agora passar a falar sobre a primeira variável que nós dissemos há pouco que é a variável de policiamento. Esse é um tema que me preocupa já há mais ou menos uns oito ou nove anos porque, por vezes, nós pegamos textos acadêmicos e tudo é responsável pela diminuição dos indicadores criminais, menos a polícia. Tudo. Olha, melhorou a economia, diminuiu o desemprego, apreendeu armas, como se as armas fossem autoapreendidas — as pessoas têm que pensar que alguém tem que colocar o guizo no leão, alguém tem que ir lá buscar essa arma —, mas tudo é responsável pela diminuição, menos a atividade de polícia. Por isso que eu quero aqui, do público, um reconhecimento ao Ivan, ao Bruno que está ali, ao pessoal do [Instituto] Sou da Paz pela forma transparente como tratam essa questão, pela forma não preconceituosa de tratarem [de] um tema que gera tanta rivalidade no seio da sociedade.

E eu fiz uma análise de um trabalho acadêmico em 2010 sobre as antigas hostes. Os mais jovens também não sabem o que é isso: hostes eram operações de grande concentração de policiamento por um período de 30 a 60 dias nas áreas com altos indicadores criminais. Os trabalhos eram desenvolvidos e ninguém mediu isso. Quatro anos depois, eu peguei todos os dados — não vou apresentar aqui hoje. Comecei a referenciá-los e vi, bom: onde tem concentração de policiamento, tem diminuição de indicador criminal. Fiz essa experiência em Guarulhos — também não vou trazer a lume neste momento —, mas eu gostaria de trazer a lume operações que fiz na cidade de São Paulo enquanto comandante da capital que nós chamávamos de Prevbens [Serviços, Treinamentos e Prevenção] ou Prevcar [Associação de Proteção e Assistência Veicular]; Prev paz [Política Pública de Prevenção Criminal e Manutenção da Paz e da Ordem Pública] no caso de homicídios. Eu vou trazer apenas três modelos. O que acontecia? Nós levantávamos quais as áreas, no caso de Prevbens, as áreas com altos e indicadores de roubo e furto. A seção operacional se detinha sobre essa temática, ia levantando dados e nós levantamos. Nós fazíamos a cada dia; normalmente duas vezes no mês, uma área. Vocês vão ver aqui que essa é uma região paradigmática. Essa zona oeste aqui, a região de Campo Limpo. É uma região muito

difícil e há outras áreas também. E nós concentrávamos policiamento de trânsito, policiamento de choque; havia grande concentração de efetivo dessas unidades especializadas e nós levávamos, transferíamos efetivos do policiamento cotidiano para as respectivas áreas. E vejam que em todas elas nós tínhamos redução: roubo (outros), menos 12%; roubo de veículos, menos 9%; roubo de carga, menos 40%; furto (outros), menos 16%; furto de veículos menos 47%. Homicídio não dá para ver aqui, mas nessa específica área, nós tivemos um aumento de nenhum homicídio nesse dia para um homicídio, o que estatisticamente é muito complicado pelo número muito baixo.

Essa é outra operação num outro dia, e nós tivemos outros indicadores: roubo (outros), menos 44%; roubo de veículos, quase menos 30%; roubo de carga, menos 66%; furto (outros), menos 55%. Furto de veículos, nós tivemos um incremento; aqui, a tarjeta vermelha [no slide], não dá para ver. Homicídio, nós tivemos um no ano anterior e nenhum naquele dia, mas, também, estatisticamente desprezível, e nós temos os dados da atividade de policiamento como abordagem em outras ações de bloqueio.

Esse é um outro dia em outras áreas que naquele período se indicavam com também altos indicadores. Essa daqui é uma Prevpaz, né. A Prevpaz era realizada em áreas de grande concentração de homicídios na cidade de São Paulo. Eu creio que o Celso deva abordar uma coisa a seguir, mas não deve ter mudado muito. Eu tenho a impressão que Campo Limpo ainda deva continuar sendo uma área com alta concentração de roubos em geral e homicídios. Mas nessas operações, nós levávamos em torno de 400 policiais de fora da área para essa região. Nosso objetivo era manter a paz nessas áreas porque a vida das pessoas que moram nessas regiões é uma vida muito sofrida. O Coronel Celso Luiz era Tenente-Coronel, comandante do 44º Batalhão lá em Guarulhos, extremo leste da cidade de Guarulhos, um dos piores IDHs [Índice de Desenvolvimento Humano] do Estado de São Paulo. E uma vez nós desenvolvemos uma Prevpaz na região em que ele comandava. Uma senhora estava fechando uma porta de aço de uma igreja porque os cultos são feitos a portas fechadas, porque as pessoas não conseguem manter uma igreja com portas abertas, e ela falou: “Olha, senhor, eu gostaria de rapidamente agradecer vocês. Eu não quero que ninguém me veja conversando com vocês porque, pela primeira vez aqui no Pimentas, nós estamos tendo um pouco de paz.” Por isso que eu digo que o

deslocamento de policiamento, a distribuição de policiamento, a aplicação de políticas públicas é uma questão moral: as pessoas que moram nessas regiões vivem em condições extremamente difíceis, e nós tivemos também nessas áreas três indicadores. O Prevpaz durava aqui na capital cerca de 10 dias: redução de homicídio, menos 60%; roubo de veículos, menos 37%; furto de veículos, menos 36%; mas tivemos aumento do roubo de carga e do roubo (outros). Uma área diminuta com cerca de 400 policiais a mais [e], ainda assim, nós tivemos aumento de alguns indicadores criminais.

Isso que nós falamos até agora diz respeito ao papel do policiamento. Agora eu gostaria de correlacionar a segunda variável que eu falei há pouco, que é exatamente a demanda por escola, ou seja, eu sou pai ou eu sou mãe ou sou ambos, o casal; eu quero escola para os meus filhos, só que eu não encontro escola para os meus filhos. Existe um TAC [Termos de Ajustamento de Conduta]... Tá sendo elaborado agora — é uma dificuldade imensa, nós sabemos. Há áreas na cidade de São Paulo que você não consegue implantar uma unidade policial porque as áreas são todas invadidas e a legislação não permite a construção de próprios públicos em áreas não legalizadas. A dificuldade que nós temos na Polícia Militar é a dificuldade que a Secretaria da Educação tem na área de educação. Por isso que há celebração de uma quantidade enorme de convênios na cidade de São Paulo, e eu não vejo, sinceramente, outra alternativa. Mas onde estão...? Vejam a correlação. Nós vamos mostrar os dois mapas daqui a pouco. Onde estão as altas demandas por vaga escolar? Zona oeste, Capela do Socorro, algumas áreas da zona leste, Brasilândia, um pedacinho aqui de Perus e aqui, esta área aqui é Tremembé/Jaçanã. Essas são as áreas: quanto mais escuro, maior é a demanda por vaga escolar.

Esse é um mapa que o Estado-Maior, o Centro de Inteligência, me forneceu [n]a semana passada, e nós vemos zona norte, Freguesia, uma parte de Perus, zona oeste e zona sul como os maiores indicadores de roubos (outros). Esse é um mapa que nós trouxemos, de roubos registrados no ano de 2017. Onde está a maior concentração de roubos? Zona oeste, uma parcela da Capela do Socorro e alguns *clusters* na Zona Leste. E essa daqui é uma correlação. Eu quis correlacionar os indicadores criminais de roubos com as áreas de maior demanda escolar. Nós temos a zona oeste, esse pedaço que é hoje conhecido como Campo Limpo, uma parte do Jardim Ângela, onde nós também temos

roubos. Temos uma alta demanda na Capela do Socorro, mas não são os maiores indicadores na área de roubos. E temos uma parte aqui na zona norte de São Paulo, conhecido como Jaçanã/Tremembé. Esse é um outro problema: o Brasil ainda não conseguiu unificar os seus distritos pra nós fazermos uma... O Brasil não sei, né? Seria ousadia da minha parte, mas São Paulo, pra você fazer pesquisas mais aprofundadas. Então nossa área não bate com as unidades do Censo do IBGE, que não bate com as unidades da saúde, que não bate com a divisão territorial da área escolar. Então nós temos uma dificuldade intrínseca de falar “Bom, nessa região...”. Na minha opinião, nós deveríamos levar em conta as unidades do IBGE. “Nessa região, eu tenho um problema crônico”, e aí eu tenho como fazer uma intervenção da saúde, tenho como fazer uma intervenção da educação, tenho como fazer uma intervenção da segurança pública, mas nós, até hoje, não conseguimos concatenar as áreas pra efeitos de estudos e pesquisas na área de políticas públicas. O que eu quis demonstrar aqui? Como há áreas, e o meu foco principal é essa área da zona oeste, que era uma área extremamente problemática, nós perdemos companheiros, nós perdemos policiais; mortos nessa região. É uma área que demanda um programa diferenciado de habitação, de urbanização, de segurança pública, de educação porque, vejam, aqui é onde está a demanda na cidade de São Paulo e eu me foco particularmente. E vocês vão ser gestores da área de segurança pública. Não dá pra você querer atacar tudo quanto é problema. Quem não sabe aonde quer chegar nunca sabe se chegou. Você tem que ter prioridades. Às vezes nós vamos ascendendo na carreira: “Bom, por que eu quero ser capitão?” “Por que eu quero ser coronel?” “O que eu quero fazer com o poder que é decorrente do cargo que eu tenho?” E [para] isso vocês têm que estar preparados. “O que eu vou fazer na área da minha companhia?” “O que eu vou fazer na área do meu batalhão?” “O que eu vou fazer na área do meu CPA [Comando de Policiamento de Área]?” Nós precisamos ter projetos, e aqui eu quero exatamente comparar criminalidade com indicadores de educação.

Eu agreguei alguns dados pra exatamente corroborar a delicadeza que nós temos em algumas regiões da cidade de São Paulo, que merecem uma atenção diferenciada por parte do poder público. Essa é a distribuição de famílias cadastradas pelo CadÚnico [Cadastro Único], famílias com renda mensal até meio salário mínimo. O que significa isso? Significa que uma família com seis pessoas ganha três salários

mínimos. Onde estão essas áreas? Observe que Capela do Socorro continua aparecendo, a região ao norte da Capela do Socorro e algumas áreas da zona leste. É claro que nós podemos fazer outras derivações. Por que temos áreas da zona leste que têm relativa demanda por escolas mas têm baixos indicadores criminais? Têm uma alta concentração de pessoas em situação de alta vulnerabilidade, mas têm baixos indicadores criminais, pelo menos na área de roubo? Mas isso mostra o quão delicada é a geografia da vulnerabilidade na cidade de São Paulo. E a grande questão é: o que nós estamos fazendo por isso? Qual é o papel do Estado em solucionar essas questões? Ou nós nos acostumamos à nossa condição social, ao nosso bairro, à nossa região, ao nosso *status* e deixamos essas áreas, essas pessoas ao bel-prazer? E vejam, minha gente, nós temos uma quantidade muito grande de pessoas que vivem com meio salário mínimo por mês. Eu poderia aqui agregar um outro mapa cujas famílias recebem até um quarto de salário mínimo por mês. Essas pessoas não conseguem sequer sair das suas casas. São órgãos públicos da prefeitura que vão até elas pra tentar solucionar o problema que elas têm, porque elas não têm muitas vezes condições de sair da sua residência. Esse é um cadastro, é o mesmo que o anterior, só que levando em conta apenas crianças e adolescentes, de seis a 14 anos, mas os mapas se sobrepõem. Vejam que aqui Campo Limpo se encontra na mesma situação, também com renda mensal até meio salário mínimo por pessoa de uma família.

Bom, pra não ultrapassar meu horário, o que eu poderia sugerir? Porque eu fiquei pensando esse final de semana, no feriado... Bom, eu vou fazer um diagnóstico, agregar alguns dados que eu tiver condições de agregar. Mas o que eu poderia sugerir, no futuro, pra vocês que estão fazendo CSP, CAO, estão na Academia [de Polícia Militar do Barro Branco], pra que vocês que vão ser gestores de políticas de segurança pública, o que se poderia fazer? Primeiro, nós precisamos redistribuir os efetivos da Polícia Militar. Nós temos uma norma interna, chama-se I-28-PM, que foi editada em 2003, e que levantava exatamente quais são as variáveis pra redistribuição de efetivo da Polícia Militar. Naquele momento, nossa prioridade foi homicídio; hoje, homicídio está dentro de patamares, que eu diria, civilizados, evidentemente que não ideais. Talvez os ideais sejam padrões europeus: 0,8 homicídios por 100 mil habitantes; um, dois homicídios. Mas, 15 anos depois, talvez não seja mais o problema preponderante dentro da sociedade [paulista], mas nós precisamos retomar padrões justos, equitativos e objetivos de distribuição de efetivos.

O segundo é a criação de seções de análise criminal. Nos Estados Unidos, eles chamam isso de *Criminal Analysis Units*. Às vezes tem uma pessoa — você vai num *precinct* em Nova York —, é um cara que chega lá às 9, sai às 17 horas, pega todos os boletins de ocorrência do dia anterior e começa a levantar dados. Aí ele tem uma tabela, da meia-noite às duas, das duas às quatro, até as 24 horas. Aonde foi? Estabelecimento comercial; se é estabelecimento comercial, é padaria, é farmácia, é restaurante, indústria. Residência; que tipo de residência? Você começa a estabelecer parâmetros para identificar os chamados “padrões criminais”. O que é o padrão criminal? Tem ladrão, infrator que só rouba residência; tem infrator que só rouba estabelecimento comercial. Existe uma literatura muito vasta sobre isso — não aqui no Brasil, mas fora. Nós precisamos ter gente especializada dentro das nossas unidades que comecem a fazer um trabalho mais aprofundado no sentido de termos um bom diagnóstico pra implementarmos uma boa política pública.

E, por fim, a escolha criteriosa dos comandantes dessas regiões prioritárias. O comando do Coronel Roberval teve algumas medidas muito interessantes. Uma delas foi a criação das unidades desafiadoras. Eu tive a oportunidade de levar o Celso — faço referência a ele porque tenho uma gratidão pelo trabalho que ele fez na zona leste de Guarulhos. Foi uma mudança de paradigma na zona leste de Guarulhos. Eram as chamadas unidades desafiadoras. Você quer ser promovido a coronel? “Ah, eu quero.” Então você vai pegar uma unidade desafiadora. O que eram as unidades desafiadoras? Unidades com altos indicadores criminais e unidades de alta vulnerabilidade social. Tivemos o prazer de ver o Coronel Celso Luiz promovido. Infelizmente também levei pra Guarulhos o Coronel Correia Leite, que queria deixar aqui a minha homenagem a ele, meu amigo, uma pessoa da mais alta distinção. Pegaram as duas unidades desafiadoras da região de Guarulhos e fizeram um trabalho magnífico. Existe um antes e um depois do comando deles. Escolher os líderes é uma atividade fundamental. Vocês são líderes. Vocês vão comandar tropas. Os mais jovens talvez não tenham a noção da responsabilidade que é você ter 30, 60, 90, 1.000, 20 mil policiais sob a sua responsabilidade, sob o seu comando, porque você é a referência deles. Se nós temos áreas que são desafiadoras, que são problemáticas, se um roubo vai passar a ser uma prioridade institucional, quem é que vai liderar essas regiões? Eu falo isso aqui com muita tranquilidade porque conversei com dois comandantes de CPA. Eu tive alguns proble-

mas muito sérios exatamente nessas regiões que apontei há pouco, que não tive como mudá-las. E eles me falaram que o Celso Luiz, há pouco, deu um grande suporte para eles; dois coronéis, no sentido de indicar bons líderes para liderar, para comandar o policiamento nessas regiões. Enfim, essas são três singelas observações para eu não ultrapassar muito mais tempo. Eu gostaria aqui de agradecer ao Ivan, ao Bruno, ao demais integrantes do [Instituto] Sou da Paz, à Academia do Barro Branco pela oportunidade de estar aqui e cumprimentar o Celso Luiz e os meus demais companheiros e colegas de profissão, de 35 anos de existência; o Coronel José Vicente, que tô vendo aqui agora, aos demais colegas que estou vendo aqui. Muito obrigado e uma boa tarde.

— *Dr. Valter Abreu* —

Bom, senhores, bom dia. Eu vou tomar a liberdade de abrir um pouco mão do formalismo e tentar ser mais objetivo. Primeiro, eu quero cumprimentar toda a mesa, os organizadores, agradecer o convite. Eu vi por aí a Júlia e o Celso Cavallini. Não sei onde estão... Tudo bem? Como vão? Cumprimentá-los... São guerreiros de longa data, na época que eu não tinha sido promovido; era titular do 34º DP.

Quero cumprimentar a todos os senhores e me apresentar inicialmente. Meu nome é Valter Sérgio de Abreu. Sou delegado de polícia há 36 anos, 30 dos quais combatendo o crime organizado no DEIC. Convi com alguns dos senhores, vi algumas pessoas conhecidas. Não tenho nenhuma intenção de ensinar nada para os senhores, apenas expor o que a gente vem fazendo e colher eventuais sugestões dos senhores, [que] serão muito bem-vindas.

Bom, a DIVECAR, unidade que eu comando, faz parte do DEIC. O DEIC é um departamento que já tem várias décadas na Polícia Civil, é dedicado ao combate ao crime organizado. Já teve vários nomes. Hoje ele conta com quatro divisões operacionais, dentre elas a DIVECAR, que cuida de furtos de veículos, roubos de veículos, roubos de carga, desmanches delituosos e cuida também de fraudes contra seguro. É por isso que o Fujii me conhece tanto, né? Tudo que o Fujii atende acaba batendo na minha porta, então a gente se fala com muita constância.

São quatro unidades policiais especializadas, cerca de 300 homens trabalhando na DIVECAR hoje, e eu queria começar falando com

senhores sobre a evolução de furto e roubos de autos no estado de São Paulo. Isso é um comparativo anual, do mesmo período, de janeiro a setembro. Então o que nós tivemos no mês de 2014, que foi a implantação da Lei 15.276, que é a Lei dos Desmanches, nós começamos a ter uma retração bastante evidente dos crimes de furto e roubo de veículos. Antes da Lei dos Desmanches, infelizmente está pouco visível aqui, mas dá um crescimento de cerca de 7% de média; pós-Lei dos Desmanches, uma média de decréscimo de 8,33% ao ano no mesmo período. Ou seja, a Lei dos Desmanches foi um sucesso, e [também] as medidas que a acompanharam. Meus números talvez sejam um pouco diferentes dos seus, Fujii. Minha fonte é o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes de Veículos Automotores [Sindipeças].

Quando esse slide aparece — eu não quero que ele seja mal interpretado. Vamos deixar claro: se houver um furto ou roubo de veículo no Estado de São Paulo, será demais, e todos nós, Polícia Civil e Militar, vamos trabalhar para isso, para combater. No entanto, pela frota circulante, o número de furtos e roubos corresponde a 0,3% daquilo que está circulando no Estado de São Paulo, ou seja, é fácil comparar: se a gente tivesse numa cidade de 300 veículos, furtaria um ao ano. É claro que é muita coisa, continua sendo muita coisa, especialmente para quem teve o próprio carro furtado, né, quem foi sorteado.

Destinos dos carros roubados e furtados — não vou tentar entrar em detalhes muito minuciosos, porque o tempo não me permite, mas vamos lá. Temos a adulteração de chassi e de placas; pode ocorrer apenas um, apenas outro ou ambos. Essa adulteração pode levar a uma compra pura e simples, como foi dito pelo Fujii, muitas delas feitas em feiras de automóveis e por outras fontes, como também uma nova modalidade, que é a venda pela internet ou redes sociais, seja WhatsApp, Facebook e outros grupos ou até redes como OLX e outros assemelhados.

Além disso, você tem o desmanche, você tem o crime de ostentação, especialmente em relação a motocicletas. Hoje a molecada tá roubando para ir para o baile funk, todos nós sabemos disso. Então eles vão, ostentam, saem com a menininha, depois largam a moto ou vendem para desmanche. Nós temos para uso em explosões de caixa eletrônico — por exemplo, os carros blindados, em especial — e nós temos no roubo de carga também os carros blindados. Evidente que tem exportação — tem outros destinos também —, mas esses são os principais hoje em dia, o que tá acontecendo em especial.

A Operação Desmanche foi criada na época do doutor Bechara e reúne esses órgãos: Polícia Civil, Detran, Secretaria da Fazenda, Polícia Científica, Guarda Civil, Polícia Militar, dentre outros. Não raramente a gente tem participação da [Polícia Militar] Rodoviária e Polícia Rodoviária Federal, não raramente temos também a participação do Ministério Público e outras instituições. Essas instituições se reúnem no CICCR – Centro Integrado de Comando e Controle Regional e decidem data, hora e oportunidade pras Operações Desmanche. Aprendemos, ao longo do tempo, que isso não podia ser totalmente compartilhado. A gente começou a ter alguns problemas no início que se referiam ao vazamento de dados. Então, essas instituições foram encarregadas, cada uma, de um levantamento de informações para propiciar a Operação Desmanche. Hoje, o levantamento às vezes é feito pela Polícia Civil, às vezes pela Polícia Militar. É um rodízio, e a atuação e o local de investida é guardado até o desencadeamento da ação.

Desmanches vistoriados/fechados, de janeiro a setembro: 2015 nós tivemos 18,4% de desmanches vistoriados — foram fechados. Vamos agregar uma informação: o Fujii trouxe números do Detran, só que a Polícia Civil realiza operações também, independentemente do Detran, então há números superiores àqueles que o senhor apresentou. Em 2016, nós tivemos 8,5% fechados, somente, e em 2017, isso cai mais um pouco: 7,4% fechados. Por quê? Porque estão se adequando à legislação. Então, se eles estão se adequando à legislação, é evidente que a gente fecha, lacra um número menor de desmanches a cada investida que a gente realiza. Em compensação, o número de desmanches vistoriados só cresceu: de 2015 para 2016, cresceu em 68%; e [de] 2016 para 2017, cresceu em quase 19%, ou seja, aumenta-se a vistoria e diminui-se a lacração. Mas diminui-se pela adequação à legislação.

Fechados, temos aqui, de 2015 para 2016, menos 22%, só que de 2016 para 2017, uma estabilidade de número de desmanches fechados; prisões realizadas, queda também. Isso é bom ou ruim? É bom, é bom. É bom pelos resultados que o Fujii já apresentou e que a doutora Beatriz vai apresentar em seguida. Vocês vão entender aqui que fechando menos desmanches e prendendo menos gente nós estamos diminuindo índice. Ora, e o objetivo da polícia não é prender gente, o objetivo da polícia é que não haja o crime. Não estamos aqui para prender ninguém, nós estamos aqui para evitar que crime aconteça. Então nós estamos cumprindo o nosso papel.

A doutora Beatriz vai fazer uma apresentação a respeito de algumas técnicas que a gente tem usado pra investigação. De início, eu já peço desculpas por não entrar. A doutora Beatriz não vai ser tão minuciosa, até para poupar o tempo de vocês. Muito obrigado, senhores.

[Beatriz Bravo] Bom dia a todos. Meu nome é Beatriz Bravo. Sou delegada de polícia há dez anos. Atualmente, eu tô exercendo as minhas funções junto à DIVECAR/DEIC, comandada pelo doutor Valter. Sou também professora da Academia da Polícia Civil do estado de São Paulo e eu vou falar agora um pouquinho com os senhores a respeito das estratégias mais básicas que nós adotamos lá na DIVECAR quando o assunto é o combate de roubos e furtos de veículos no estado de São Paulo.

Começando pela estratégia mais básica que nós temos, que é adotada lá pela DIVECAR, pelos investigadores da DIVECAR. Ocorrido o roubo ou furto de veículo... Esses veículos, geralmente, hoje em dia, estão equipados com sinais de rastreadores, com rastreadores. Assim que ocorre o roubo ou furto, é emitido um sinal de satélite acerca da localização desse veículo. Emitido o sinal pro satélite, a empresa rastreadora ou seguradora é informada acerca da localização de veículo [e] imediatamente entra em contato com os investigadores da DIVECAR. Os investigadores da DIVECAR, então, tendo o georreferenciamento do veículo furtado ou roubado, saem em direção ao sinal emitido pelo satélite, e quase na totalidade das vezes, conseguem a localização do veículo e também realizar a prisão, ou do receptor ou do próprio autor do delito. Essa eu acho que é a estratégia mais básica com que nós atuamos lá na DIVECAR, e sem dúvida é uma das que traz grandes resultados, mas não é só com essa que nós trabalhamos. Eu vou apresentar pros senhores algumas outras estratégias básicas que são também bastante utilizadas por nós.

Uma delas consiste no monitoramento da comercialização de veículos ilegais, de veículos ilícitos, que é feita pela internet. Hoje em dia, infelizmente, [em] sites como OLX, Webmotors, Mercado Livre, assim como [em] grupos de Facebook, eles realizam o comércio ilegal de veículos automotores pela internet. Lá na DIVECAR, o setor de inteligência está fazendo um trabalho de inteligência, mapeando os principais grupos de Facebook que realizam o comércio ilegal de veículos. Esses grupos geralmente são grupos fechados, então o acesso ao conteúdo, à troca de informações, é restrito aos membros que participam, mas

enfim. Algumas dessas postagens são públicas e os indivíduos ostentam carros luxuosos, armamentos, trocam informações acerca de veículos ilícitos e isso livremente, em publicações abertas a todos os tipos de visitantes. Então já foi feito um mapeamento pela DIVECAR e agora os próximos passos estão sendo adotados pra que nós consigamos identificar as lideranças e conseguir a detenção desses indivíduos.

Um outro nicho também de investigação é feito através de sites OLX e Webmotors, e recentemente a DIVECAR conseguiu fazer uma grande operação em torno de uma das maiores quadrilhas de roubo e comercialização de veículos ilícitos pelo site OLX. A quadrilha atuava da seguinte maneira: indivíduos da quadrilha roubavam veículos. Esse veículo passava por uma adulteração de placa e era anunciado no site OLX. Um negociador entrava em contato com as vítimas que se interessavam pela compra do veículo, passava a negociar os valores e o modo como ia ser transacionado esse veículo. Interessado na compra do veículo, o comprador pedia pra verificar, pedia pra ver o veículo pessoalmente, quando então esse negociador agendava o encontro no pátio do Shopping Center Norte. Nesse encontro, quem apresentava o veículo não era o negociador, mas uma outra integrante dessa quadrilha; uma mulher, muito bem-apessoada, que levava o veículo. Logo nessa primeira apresentação, ela já apresentava uma vistoria de veículo, dizendo que o veículo não precisaria nem sequer passar por vistoria. Ela já apresentava uma vistoria obviamente falsa desse veículo, e o comprador interessado acertava a finalização da negociação, efetuando o pagamento, ou integral ou de parte do veículo, numa conta fria, numa conta de um laranja. Quando então ele recebia o veículo e ia regularizar esse automotivo junto aos órgãos de trânsito, era informado que o veículo na verdade se tratava de um produto de roubo. Bom, foi feito todo um trabalho de mapeamento dessa quadrilha pela DIVECAR: seis indivíduos já foram presos, os líderes já foram identificados e também já estão com as prisões preventivas decretadas pela justiça. Então, esse outro nicho de mapeamento, das transações ilegais pela internet, também é feito por nós lá na DIVECAR, pelo setor de inteligência, e também vem trazendo grandes resultados.

Outro ponto estratégico com que nós trabalhamos é o mapeamento dos locais de maior incidência de roubos e furtos de autos no estado, na capital e na Grande São Paulo. Então, mensalmente, o setor de inteligência da DIVECAR realiza um levantamento através de todos os

registros de boletins de ocorrência de roubos e furtos de veículos, e são eleitas as áreas de maior incidência na capital e na Grande São Paulo. Esse mapeamento é feito não só com os números de maior incidência, mas também são levantados os horários de maior incidência e os dias da semana de maior incidência em que os furtos e roubos são realizados. Com base nessas informações, é montada uma operação onde viaturas descaracterizadas seguem para esses locais de maior incidência, no intuito da identificação dos autores do delito, e, mais importante, no intuito da identificação dos receptadores do produto roubado, do produto subtraído. Também é uma outra ferramenta que traz grande efetividade no combate ao roubo e furto de autos.

Além de todas essas três que eu expliquei, que eu expus pros senhores, tem uma quarta ferramenta — esse trabalho também é feito pelo setor de inteligência do DEIC, da DIVECAR —, [que] consiste na análise criteriosa de todas as prisões em flagrante, delito feito por receptadores, roubadores e furtadores de veículos. Então todas as prisões em flagrante que passam, sobre roubo, furto e receptação de veículos, ocorridas no estado de São Paulo, recebem uma avaliação criteriosa por investigadores do DEIC. Tem um grupo de investigação que só trabalha com isso, e eles visam analisar, de acordo com a região em que o crime ocorreu, outros registros semelhantes que possam servir de base para a elucidação de mais crimes. Essa também é uma outra ferramenta que tem surtido bastante resultado quando o assunto é o combate ao roubo e furto de autos no estado de São Paulo.

Mais recentemente — os senhores já devem ter tido contato —, nós passamos a trabalhar com o Sistema Detecta, que também tem sido uma grande ferramenta no combate ao roubo e furto de autos. E o que é o Sistema Detecta? É um sistema de inteligência situacional. Ele passou a ser desenvolvido em 2007 em Nova York, e foi implantado em 2012 em Nova York, visando o combate ao terrorismo. E o que visa o Sistema Detecta? Visa trazer, pros órgãos de segurança pública, informações, eventos de interesse que possam acionar uma operação da polícia, visando evitar que o crime ocorra. Em Nova York, por exemplo, ele é usado no combate ao terrorismo e são cadastrados eventos suspeitos, por exemplo, uma mala deixada próxima a um poste junto a um conglomerado de pessoas; isso é tido como sendo um evento suspeito. Sempre que ocorrer esse tipo de evento, e as câmeras e os bancos integrados do Sistema Detecta verificarem essa situação, é gerado um alerta pros

órgãos de segurança pra que haja tempo hábil pra que eles possam agir e evitar que o crime ocorra.

Pois bem, esse sistema foi adquirido pelo Estado de São Paulo, obviamente não pra ser usado no combate ao terrorismo, mas pra ser usado pros crimes que ocorrem aqui, que são mais usuais no nosso estado. O Sistema Detecta integra bancos de dados tanto da Polícia Militar, como Fotocrim [Sistema de Fotos Criminais], 190, bancos de dados da Polícia Civil, o RDO — Registro [Digital] de Ocorrências da Polícia Civil; informações advindas do Detran; e também o sistema Prodesp [Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo], tanto a base civil quanto a base criminal. Então ele integra bancos de dados com informações bem ricas a respeito de situações de interesse policial. Além disso, ele integra circuito de câmeras tanto da municipalidade como de órgãos do estado, como de rodovias concessionárias, como também da iniciativa privada. E no roubo e furto de veículos, ele está sendo muito bem utilizado e prisões e localizações de veículos têm sido feitas com grande sucesso com base no Detecta. Só pra dar um exemplo, ocorrido um roubo ou furto de veículo, o policial militar ou policial civil que manuseia o Detecta pode jogar a placa daquele veículo subtraído como sendo veículo de interesse, e sempre que esse veículo passar ou por um radar ou passar por uma câmera que esteja interligada ao Sistema Detecta, assim como sempre que tiver um chamado 190 que mencione essa placa do veículo roubado, o policial e outros policiais, aos quais forem permitidos esse acesso à informação, terão a informação da localização desse veículo e da ocorrência que [o] envolve. Realmente tem sido uma ferramenta de grande destaque no combate a esse tipo de criminalidade.

Agora eu vou falar com os senhores a respeito de tudo aquilo, da operação que o doutor Valter falou, e a respeito dessas estratégias de investigação. A respeito também do trabalho da Polícia Militar, como ela tem impactado os resultados dos índices de roubos e furtos de veículos no estado de São Paulo. Lá no DEIC, a gente fez uma comparação mês a mês, desde 2014 até 2017, a respeito dos índices de roubos e furtos de veículos. Se nós compararmos janeiro de 2014 com janeiro de 2015, nós podemos ver uma queda de 12,7%; de 2015 pra 2016, 9,5%; e de 2016 pra 2017, esse índice caiu 7%. Ou seja, o índice de roubo e furto de veículos no estado de São Paulo sofre um constante decréscimo. É um índice que vem decrescendo ano a ano. Se pegarmos outro ano pra comparação, por exemplo, o mês de abril, também os senhores vão

verificar que, de 2014 pra 2015, houve uma queda de 20%; de 2015 pra 2016, se manteve praticamente estável, com ligeiro decréscimo de 1,4%; e de 2016 pra 2017, um decréscimo de 8,6%. Daí os senhores devem estar se perguntando: “Poxa, mas ela só trouxe aqui os meses onde houve o decréscimo. O ‘filho feio’ ela não quis apresentar”, mas não, pessoal. Se nós, sob qualquer perspectiva que nós analisemos os índices de roubo e furto de veículos no Estado de São Paulo, vamos perceber que esse índice só decresce, realmente. Então fazendo uma comparação pela média mensal, de janeiro a agosto de 2014 a 2017: também, de 2014 para 2015 nós tivemos um decréscimo de 17,5%; de 2015 pra 2016, se manteve praticamente estável, com ligeiro acréscimo de 0,6%; e de 2016 pra 2017, esse índice vem caindo e chegando a quase 8% de redução. Os senhores podem observar que tanto na comparação mensal quanto na comparação pela média mensal, a queda de 2014 pra 2015 é muito mais acentuada. Isso decorre das operações que foram desencadeadas com base na Lei do Desmanche, que foi introduzida no Estado de São Paulo em 2014. Se nós fizermos uma comparação agora entre os anos que estão na ponta, os anos que foram analisados — 2014, antes da Lei dos Desmanches, e 2017 —, nós vamos ver que a redução dos índices de roubos e furtos no Estado de São Paulo é de quase 24%. Realmente, é bastante significativo.

Existe um outro índice que analisa o roubo e furto de veículos no Estado de São Paulo que é chamado taxa de delito. Como é feito esse índice? Como ele é calculado? A taxa de delito calcula o número de veículos subtraídos de acordo com a frota circulante. Então, em 2014 nós tínhamos o número de 891 veículos subtraídos a cada 100 mil veículos circulantes; em 2015, essa taxa foi reduzida pra 711 veículos a cada 100 mil veículos circulantes; e em 2016, foi pra 693 veículos subtraídos a cada 100 mil veículos circulantes. Ainda nós não temos a taxa de 2017, mas nós, lá na DIVECAR, trabalhamos com uma estimativa de que chegue a 660 veículos subtraídos a cada 100 mil veículos circulantes, ou seja, é uma queda na casa dos 22%, um número bem significativo.

Trazendo isso em números absolutos, de 2014 pra 2017, contando todas essas reduções que eu expus pros senhores, deixaram de ser subtraídos no Estado de São Paulo 88.143 veículos. Se nós colocarmos o valor, uma média de R\$ 30 mil pra cada veículo que deixou de ser subtraído, houve uma economia de R\$ 2.644.290.000 nos bolsos dos paulistanos. Só pros senhores terem um comparativo do que isso representa:

desse valor que deixou de ser subtraído do bolso dos paulistanos, em 2017, a arrecadação do nosso IPVA [Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores] girou na casa dos R\$ 105.761.000, e isso representa, também, um cálculo que nós fizemos o levantamento, uma renda *per capita* de 1.534.700 pessoas no estado de São Paulo. Então é um dinheiro que foi poupado bastante significativo. Esse é um índice com o qual nós vemos que tem surtido as operações e as estratégias utilizadas tanto na investigação como na prevenção desse tipo de criminalidade. Tem surtido bastante efeito no estado de São Paulo. Agora eu passo a palavra novamente pro doutor Valter pra ele fazer o encerramento. Obrigada a todos.

[Valter Abreu] Bom, gente, é assim. Detecta, outros sistemas, Operação Desmanche... Isso é tudo muito bonito, isso é tudo muito maravilhoso. Só que isso não acontece sem nós, quer dizer, sem a polícia preventiva também. Isso não acontece. A polícia preventiva tá trabalhando muito bem com o Sistema Radar, com o Sistema Detecta, tá fazendo um trabalho de inteligência magnífico. Eu gostaria muito que aquele primeiro quadro que eu mostrei, quando aponta o início da vigência da Lei do Desmanche, eu pudesse fazer em relação a outros crimes. Infelizmente, quando eu comparo, por exemplo, o roubo de carga, eu ponho um ano à frente uma outra seta e indico, “aqui começou a audiência de custódia”, e o crime começou a subir. Nós temos infelizmente que lidar com isso, a audiência de custódia. Deixar claro [que] ela é importante, ela tem que ser feita, ela deve ser realizada, mas talvez mudar, inclusive em relação ao roubo e furto de veículos, a forma como o Judiciário e como o Ministério Público estão encarando esses casos específicos que estão sendo apresentados pra eles. Apenas como exemplo, o roubo de carga, todo mundo aqui tem experiência, tenho certeza. Você pega um caminhão com carga roubada na posse de dois indivíduos; eles são os autores do roubo, só que a vítima não reconhece. Isso é levado no colo do delegado de polícia lá do 47º DP. Ele só tem uma alternativa: ela vai autuar pelo [artigo] 180 180 [do CP, Código Penal]. Ele pode até dar uma forçadinha e autuar em flagrante por receptação qualificada. De repente, ele consegue dar uma forçada e autuar na qualificada; com isso, cai a fiança. Aí chega pra ser apresentado na audiência de custódia; a 180 não oferece risco. Como eu tô no inferno em relação a roubo de carga atualmente, que também é comigo, eu tenho um quadro lá de mais ou

menos quatro mil autores, de pessoas envolvidas com roubo de carga no estado de São Paulo. Eu sei que 70% disso é autor de roubo, só que 60 ou 70% tá autuado em flagrante por 180. Então o Judiciário não consegue lidar com um fator que não é objetivo. A gente sabe disso, aquilo tem que se demonstrado, mas nós todos temos que trabalhar pra mudar a visão desse tipo de coisa em relação à audiência de custódia. Nossa parte tem sido feita. A Secretaria de Segurança atualmente tem feito inclusive o contato com o pessoal do Tribunal pra que a gente consiga demonstrar essa realidade. Ninguém quer acabar com a audiência de custódia. Muito pelo contrário, a gente quer que ela seja mantida, mas com uma visão diferente em relação aos crimes que são apresentados. Eu quero agradecer a todos os senhores pelo apoio, pela recepção e pelo trabalho que os senhores realizam todos os dias aí em prol da população de São Paulo. Muito obrigado.

— *Adhemar Fujii* —

Bom dia a todos. Inicialmente, gostaria de agradecer ao Comandante da Academia de Polícia Militar, Coronel Sérgio Felleto, estendendo ao Coronel Flamarion, que fez o convite, e toda a comissão organizadora representada pelo Capitão PM Caparroz. E cumprimento também os palestrantes, integrantes do painel; doutor Valter, da DIVECAR, doutor Bechara, promotor público, e o coordenador desse painel. E, por uma feliz coincidência, boa parte da apresentação contempla as ações dos integrantes desse painel — uma boa coincidência, aliás. E aproveito para estender os cumprimentos para todos os participantes. E observei que, realmente, está a plateia lotada, o que é muito bom, e de pessoas que realmente estarão atuando na linha de frente com o debate desse importantíssimo painel.

Bom, eu só queria fazer um registro inicialmente. Na pasta de vocês, tem um material do DPVAT [Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre], que é um assunto importantíssimo para a população, e vocês podem ser os disseminadores dessa informação. O que tem acontecido hoje? Vocês sabem melhor do que eu que ocorrem muitos acidentes decorrentes de acidente de trânsito. E o que aconteceu muito nos últimos anos? Muita gente sem conhecer o

processo; tem utilizado de intermediadores que pegam uma procuração e acabam absorvendo boa parte da indenização. Então gostaria que vocês dessem uma olhada nesse material depois porque ele tem instrução básica de como proceder realmente para receber indenização.

Bom, eu vou fazer uma breve apresentação contemplando todo o ciclo de roubo e furto de veículos, baseado na nossa experiência na área de seguros, porque nós sofremos desde a entrada do veículo na área de aceitação, passando pelos acidentes, passando pelo roubo, passando pelo salvado, e vai por aí fora. E não só no veículo simples, na parte de blindado, enfim, tudo que orbita em torno de um veículo. E as informações que constam nessa apresentação é meio longa, mas não vou passar tudo. Só vou pegar os principais pontos que eu vou destacar para os senhores tomarem conhecimento desse processo todo. E a ideia é tentar contemplar o ciclo inteiro, ok?

Bom, rapidamente: o Sindseg-SP é o Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros do Estado de São Paulo e, obviamente por estar no estado, ele representa praticamente metade de todo o volume de prêmios arrecadado no país. Aqui todos vocês recebem matérias diariamente sobre roubo e furto de veículos, então aqui consta um exemplo muito claro. Eu não sou especialista no assunto, mas doutor Bechara, doutor Valter... O roubo de veículos tá ligado a vários outros crimes. Aqui não é coincidência, não, mas é uma matéria do Rio, recente, que fala sobre roubo de veículos, a ligação com tráfico e lavagem de dinheiro — e isso acontece no país inteiro.

Vamos falar rapidamente sobre isso de roubos e furtos, sempre com dados oficiais, os principais destinos e os impactos decorrentes disso, e as melhores práticas e resultados, que é o que interessa mais pros senhores. Bom, é importante dizer que os índices de roubo e furto no país se mantêm em patamares elevados há vários anos, sempre acima de 500 mil no país inteiro. E aí tem um ponto importante pra sociedade, pra nós cidadãos: os índices de roubo superam os de furto porque, na medida em que começou a acontecer o furto no Brasil, as montadoras começaram a colocar dispositivos eletrônicos, dificultando o furto, mas com isso, então, o quê? Existe a encomenda, a abordagem é feita através de roubo, e aí [foi] onde aconteceram muitos latrocínios no Brasil inteiro.

Aqui é pra ilustrar isso que eu tô falando: em 2014, foram roubados 516 mil veículos, que equivale, os veículos enfileirados, a dois mil quilômetros, que é a distância, uma vez e meia, de São Paulo à Assunção. Se

vocês traduzirem isso pra Via Dutra, vocês poderiam transformar a Via Dutra, ida e volta, num grande estacionamento de veículos parados roubados. É só pra gente ter uma ideia da dimensão disso. E a mesma coisa São Paulo-Paraguai; você fazer um grande estacionamento de carro roubado. Aí o doutor Valter não vai dar conta de recuperar tanto veículo, certo? É apenas pra dar essa dimensão.

Bom, e aqui também é importante, a frota circulante, nós consideramos sempre o DPVAT, que é quem paga o seguro obrigatório, então, teoricamente, tá circulando. Você tem número de tudo quanto é tipo no Brasil, agora aqui acho que é o melhor, como análise. Então, considerando os que pagam DPVAT, são 17,5 milhões, que representam 28% da frota circulante que tem seguro, só 28%. Porque muita gente pega estatística de roubo e furto achando que grande parte é segurado. Não é. É o contrário: é a minoria. Isso pra diversas legislações, são dados todos oficiais, tá? E aí tem aquela história, que não é objeto de discussão nossa: mais de 30 milhões de veículos com idade superior a cinco anos — e que aí entra a questão que também acaba ajudando roubo, alimentando desmanche ilegal, a questão de acidentes e vai por aí afora. Então aí, os veículos parados em pátio — os senhores sempre [se] deparam com isso aí, vão [se] deparar futuramente —, a quantidade, a monstruosidade de veículos parados em pátio, que aí leva àquelas questões de segurança, saúde, um monte de coisa, zika vírus e por aí afora — que, aliás, começa agora o período de chuvas.

Bom, destino — na nossa visão, baseada na experiência dos policiais, da área de segurança pública: desmanches ilegais. Quando a gente fala “ilegal”, o legalizado é o desmonte — que tá numa lei federal e lei estadual que eu vou comentar em seguida — que vende as peças sem garantia, peça sem procedência e não pode reclamar. Se você comprar uma peça de um desmanche ilegal, primeiro você tá alimentando o crime organizado — doutor Valter que o diga —. Você, como consumidor, comprou, de repente, aquela peça [que] pode ser decorrente de um latrocínio e, como consumidor, você não pode voltar lá pra reclamar que a peça tá quebrada. Tem tudo isso aí.

Dublê, cresceu muito no país inteiro — doutor Valter sabe disso melhor do que eu —, cresceu muito, e muitas vezes por falta de conhecimento do consumidor e por algumas falhas de alguns órgãos também. E aí tem uma questão muito importante que nós temos que tratar: na disseminação da informação de como comprar um carro usado, porque a

quantidade aumentou drasticamente — eu vou comentar mais à frente.

Pré-cadastro, que são veículos do Exército —, o doutor Valter já trabalhou muito nisso também —, mineradora, veículo pra exportação, ele tem pré-cadastro, mas ele não pode circular no Brasil, ele não pode ser licenciado — se eu falar alguma besteira, o senhor me corrige, doutor Valter. Doutor Bechara também. Então, o que tem acontecido muito? Primeiro, veículo do Exército: lá tem Corsa, tem carro popular? Não, só tem carro acima de 150 mil, né, doutor Valter? É veículo pesado, veículo tracionado, Hilux 4x4, turbo diesel, assim por diante. [O] que tem acontecido muito? Algumas pessoas pegam essa base de dados — não é problema do Exército, só pra deixar claro; [veículos] do Exército circulam pela rua e não têm licenciamento. Muito bem. E aí eles roubam um veículo com as mesmas características e vão “esquentar” aquele veículo, e é vendido pro consumidor final. Antigamente, o dublê era vendido pra pessoas que compravam sabendo que era um veículo irregular e pagavam barato. Um veículo de 30 mil vendia[-se] por cinco mil. Só não tinha o CRLV [Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos], que é o documento obrigatório. Esse daqui não, é completo. O [inaudível] analisou, nós analisamos também. Grande parte, eles conseguem fazer o processo inteiro: remarcar o chassi, vidros, etiqueta, produz o CRLV, enfim. Pra um cidadão comum é muito difícil identificar isso aí, por isso que é sempre bom ter um especialista junto.

Fraudes cresceram muito também. Todo o cenário econômico, uma crise... Isso cresce também. Isso afeta nós, seguradoras, mas afeta a população. Essa conta vai ser rateada com todo mundo. A mesma coisa a questão da segurança pública: quanto mais você vai investindo; todos estão pagando essa conta juntos. E países do Mercosul — também não é tão relevante quanto o pessoal acha —: veículos que vão pro Paraguai, pra Bolívia, pra troca de drogas, tal. Aí entra uma questão também que o próprio doutor Bechara sempre falou, e os oficiais da Polícia Militar também: realmente precisa do controle maior nas regiões de fronteira. Eu sei que é difícil, pela extensão geográfica, mas isso não é só questão de roubo de carga. É tráfico, arma, essa coisa toda.

Bom, é importante a gente falar muito sobre a Lei do Desmonte porque grande parte dos veículos realmente são destinados pra desmonte, que é o desmanche ilegal. Então teve a lei federal de desmonte de veículos, que é a 12.977 de 2014, que tem como objetivo combater desmanche ilegal, combater o comércio de peças usadas sem origem.

No desmanche ilegal, inclusive pra segurança, você não sabe o que tem lá naquele componente. Visualmente você não consegue saber; um disco de freio, um cilindro mestre, direção e assim por diante. Criar um sistema regulamentado em todo o processo, inclusive de desmontagem, e atendendo a legislação ambiental também porque, [no] desmanche ilegal, ele desmonta o carro, pega o óleo, o resíduo, todos eles, graxa, [retira a] bateria e joga em qualquer lugar, joga no rio. Doutor Valter que o diga. Cada vez que tem uma operação, pega um rio, pega um lago e encontram um monte de carro, não é isso, doutor Valter? E o que que acontece? Aqueles carros que estão no fundo do rio, do lago, ele já dispersou todo o óleo, já contaminou todo o lençol freático. E, segundo pesquisas científicas, cada gota de óleo contamina 15 mil litros de água. Imagina um caminhão. Quantos litros de óleo não têm? Motor, câmbio, suspensão e assim por diante? Bom, regulamentar o processo de reciclagem — que aí vai pra uma parte ambiental —: o que sobra do carro vai ser reciclado. Então tem um conjunto de ações que na verdade atendem a todos os requisitos de sustentabilidade, que eu vou falar mais em frente.

Em relação à segurança pública, redução dos índices de roubo e furto, vou comentar em seguida. Redução dos crimes de latrocínio, que é o pior. Enquanto é carro — doutor Bechara sabe muito bem disso, que a gente trabalhou nesse processo antes —, não que não seja importante; levou o carro, paciência. Agora, o problema é latrocínio. Hoje passou a ser a maior preocupação de todos os estados da federação porque isso atinge o governante diretamente. É diferente do roubo, roubo de veículo. Latrocínio, não. Isso atinge diretamente o governante. Por isso que alguns estados estão se manifestando ao implantar a Lei do Desmonte — eu falo em seguida.

Em relação ao meio ambiente, já falamos [em] minimizar os impactos ambientais, resíduos sólidos, líquidos, oleaginosos, fluido de freio, assim por diante. Benefícios: peça reutilizada é aquela que você tem o motor da Volkswagen. Ele volta pra Volkswagen, ele é reutilizado, atendendo toda a especificação técnica do fabricante original. Então começa agora a voltar à reutilização porque antes estavam comprando peças que a gente não sabia a origem, e vira e mexe eles eram envolvidos em algum inquérito porque acabaram comprando uma peça roubada. E aqui nesse processo é diferente, porque tem a rastreabilidade que mostra depois [inaudível]. Tá tudo comprovado. Vão reciclar [inaudível], reaproveitar, logo no final da linha.

Em relação à ordem econômica, vira um mercado formal, tem a comprovação de origem e gera emprego formal, porque esse pessoal que tá trabalhando nas empresas de desmonte, a maioria tem um curso do Senai [e] passou a entrar no mercado formal. Então vocês viram como é importante no quesito de sustentabilidade? Arrecadação de tributos, pro governo é ótimo, porque até então não arrecadava nada. Ele faz parte dessa cadeia que emite nota fiscal, reduz [a] fraude. Em relação à saúde, já falamos: contaminação de solo e a dengue porque você tira mais carros do pátio.

Em relação ao consumidor, a gente sempre fala em segurança, que tá no CTB [Código de Trânsito Brasileiro], e consumidor, que é a lei 8.078. Você tem garantia de procedência — estou falando aqui pra todos nós, e depois eu mostro como é essa garantia da procedência. As peças têm rastreabilidade — que eu mostro também em seguida. Nota fiscal eletrônica: se tiver um problema na peça, eu vou lá e troco; eu tenho garantia do CDC [Código de Defesa do Consumidor]. Isso é importantíssimo. Eu comprei um motor. O motor tá com problema, tá batendo? Eu vou lá e troco. Já tivemos vários casos — eles não questionam nada porque está na lei: quando tem um motor que tá com problema, ele vai, troca e te dá outro motor, assim como qualquer outro componente. Gente, essa experiência foi baseada muito na experiência de vários outros países do mundo. Nós juntamos de todos os países pra fazer um só — inclusive aqui no país vizinho, a Argentina, que lá começou bem e depois descambou, que eu vou comentar o porquê também. E proibida a comercialização de componentes de segurança — já falei que não dá pra você avaliar uma peça usada.

Bom, o sucesso da legislação — o doutor Valter, doutor Bechara sabem disso melhor do que eu — depende de rigor na autorização, que tá na lei. Tem gente que acha que é muito rigoroso e não é. Tem que ser dessa forma: rigor no controle. Tem todo um processo que está na lei também, uma definição clara do que pode, [do] que não pode, como é que destinação das peças, controle do sistema de identificação, que tá na lei também. Eu vou mostrar em seguida, que é essencial. E a fiscalização conjunta, que na época foi feita... Eu vou comentar mais em frente também, uma fiscalização conjunta da área de segurança pública com Ministério Público, com [a] Prefeitura, com [a] Secretaria de Justiça, enfim, todos os órgãos do governo. Tem que ser uma ação de estado, e o Detran também. Detran é a parte administrativa. Tá certo, doutor Valter, por enquanto?

Bom, aqui começa o nosso estado. Eu vou falar do Estado de São Paulo e [de] alguns outros casos também, tá? O estado de São Paulo começou com PL [Projeto de Lei] 380 lá com o Doutor Bechara enquanto ele estava na Secretaria de Segurança Pública. Inclusive sentamos junto com o Detran e com vários outros para discutir o PL 380 antes da lei federal — a lei federal, na verdade, veio bem depois. Então o PL 380 de 2013 começou a discussão com todos os órgãos. A Secretaria de Segurança Pública abriu a discussão, ok? Virou a lei 15.276 que foi sancionada em 2 de janeiro de 2014 e, num prazo recorde, foi regulamentada no Estado de São Paulo. Juntando todos os órgãos, em um prazo recorde. Eu não vi nenhuma lei acontecer em um prazo tão rápido no país inteiro, tá? Então acho que todos aqui no estado estão realmente de parabéns. O que eu estou falando aqui é, na verdade, resgatando tudo que aconteceu e que está ligado o roubo e furto de veículos. E a partir de julho começaram as fiscalizações conjuntas. Eu me recordo até hoje que na época o doutor Bechara, coordenando pela Secretaria de Segurança Pública, doutor Valter com o DEIC, e vários outros órgãos, do Detran, fizeram uma megaoperação e foi um negócio cinematográfico, mas, assim, pelo lado do bem, eles usaram a estrutura da Copa, não é isso? Com toda aquela infraestrutura, área de inteligência, deflagrou a operação, das 8h30, se não me engano, até às 10 e fecharam nove desmanches em um prazo recorde. Foram nove, não é isso? E é interessante, foi um dia depois da Copa. Todo mundo imagina o quê? Terminou a Copa, então todo mundo de ressaca, a polícia está descansando, está todo mundo em casa... Doutor Valter, doutor Bechara, todo mundo em casa. Engano! Eles saíram no dia após a ressaca, fizeram a Operação e pegaram todo mundo de surpresa. Todo mundo de surpresa. Fechou. Teve gente presa, veículo apreendido, veículo roubado, veículos que estavam “sendo cortados” dentro do desmanche. E por isso que é importante: tem que ser uma ação do estado, uma ação conjunta, e esse é um excelente exemplo. Usaram a estrutura da Copa — em vários estados que eu tenho visitado, aquela estrutura que foi disponibilizada está abandonada, infelizmente — de equipamentos. E por isso que eu falei que foi uma feliz coincidência estar nesse painel com o DEIC e o doutor Bechara, que já foi da área de Segurança Pública.

Olha que importante: a motivação do PL 380 foi em função de latrocínio; o roubo era consequência. O foco principal era latrocínio. Naquela época, todos nós vimos na televisão, toda semana: assalto

seguido de morte, que é o latrocínio. Toda semana tinha na mídia, toda semana. Isso choca, e não podia ser diferente. Então, no comparativo 2015 e 2014, que começou a vigorar a lei em 2014, a área de segurança e o Detran fizeram um balanço: teve uma redução média de 20% — é muita coisa — enquanto outros estados subiram, que vou mostrar em seguida. E o latrocínio teve uma queda inicial de 8,3%; chegou a 20%. Olha como é importante: caiu roubo, caiu latrocínio; [em] outros estados, aumentou o roubo e aumentou latrocínio. Então a distância entre o mais e o menos é monstruosa, monstruosa.

Rio Grande do Sul — aqui é importante registrar —: o estado está quebrado. Tem problema, mas tinha vontade política. Implantaram a Lei do Desmonte com muita dificuldade. Não está completo todo processo, mas o mais importante pro cidadão, [que é] o índice de roubo, que lá vinha subindo todo mês, estabilizou e começou a cair, num estado que falavam estar quebrado. Então, primeiro a vontade política, isso é importante registrar. Roubo e furto caíram 4% no estado que só vinha subindo todo mês e o latrocínio caiu 1,1%. Ah, 1,1% é pouco? Não é pouco. Nós estamos falando de vidas humanas, é diferente. Minas Gerais. Não vale eu falar da regulamentação porque regulamentou em junho [e] não teve nenhum efeito prático até agora? Olha a diferença. Comparando 2015 com 2016, latrocínio aumentou 62%; o roubo cresceu 10%. Goiás não regulamentou: roubo e furto cresceram 30%. É muita coisa, muita coisa. Rio de Janeiro — aqui é um caso à parte, se considerar o cenário atual —, o roubo aumentou 21% e latrocínio menos 13%. Aqui eu não entendi, mas a gente tem que seguir o que está no dado oficial. Paraná, nós já tivemos conversando inclusive com a área de Segurança Pública, e eles vão querer implantar. Por causa disso aqui, roubo aumentou 23%; latrocínio aumentou 10%. Então, vocês pegam aquele mais e menos; a diferença é monstruosa com São Paulo. Aí o governo do estado ficou preocupado. Por isso que eu falei, acabou virando uma missão para o estado. Não é Detran, não é segurança pública, é todo mundo. E a fonte está aqui: é o Anuário de Segurança Pública. A gente só trabalha com dado oficial.

Aqui é um dado que foi feito, um comparativo, pelo Detran junto com a Segurança Pública para fazer um balanço do que aconteceu [em] 2014 contra 2015, depois que implantaram a Lei do Desmonte. Foram fiscalizados, no interior e capital 1.322 desmanches, [pelo] Detran e [pela] segurança pública. Foram lacrados 702, é mais que 50%. Não é

isso, doutor Valter? É muita coisa. Gente, isso aqui o doutor Valter sabe melhor que eu. Dá um trabalho monstruoso, não é isso, doutor Valter? Coisas que muitas vezes passam batido para a população. Açam que é uma coisa fácil, e não é. A gente sabe. Tem que planejar, tem que manter em sigilo, tem que montar uma megaoperação com muita gente, estrutura, tal. E são coisas que passam normalmente batido. Agora, se tiver um errinho de nada, aquilo é publicado amplamente, tá certo?

Olha que importante, relacrados: 22. Mas o que é isso daqui? O Doutor Valter foi lá com o Detran junto; doutor Bechara, fecha. Aí, no dia seguinte, foi embora porque a prefeitura, aqui em São Paulo, eles chamam de emparedamento. Prefeitura vai lá, eles colocam papel, botam os blocos na frente, fechou, estabelecimento lacrado. Aí passou um tempo, ele abre uma porta lateral. E aí, a polícia vai lá e fecha de novo. É uma briga de gato e rato. Mas é isso que é importante: é persistência, avaliar o *modus operandi*, coisa que realmente o Estado de São Paulo está de parabéns. Conseguiu avançar muito e a gente sabe que é com muito esforço. Eu falo isso porque eu viajo o Brasil inteiro, converso com vários órgãos e a gente tá sempre querendo contribuir e apoiar.

Bom, aqui é rapidamente só os dados — vocês vão ver mais na frente. Roubo de veículo, que é um risco de latrocínio, em janeiro a junho de 2014, 52.820. Em 2015, até junho, 39 mil. Redução de 26% no roubo, que era o foco principal do doutor Bechara na época, evitar o roubo que era latrocínio. Então, atingiu, porque 26% é muita coisa. Não estamos falando de 3%, de 4%. 26% de um ano para outro é muita coisa, é o que afeta a nós cidadãos, a nossa família. O furto, não que não seja importante: [de] 63 mil, caiu para 56 [mil], uma queda de 11%. Mas o objetivo principal, que era o roubo, ele foi atingido. Então aí, mais uma vez, a área de segurança, com Detran, toda [a] equipe do estado, realmente está de parabéns com esse processo que foi implantado.

Aqui é um gráfico — não dá para vocês lerem daí, mas eu fiz um resumo aqui embaixo. Nós pegamos o quê? Exatamente o período do início da Lei do Desmonte. Em janeiro de 2014, que tá aqui no início, foram roubados 19.486 veículos, ok? Em fevereiro — que não dá para colocar mais senão ia parar lá na parede — de 2017, fechou com 13.995, pegando as duas pontes — e esse 13 mil se mantém até hoje, até o mês de setembro. A queda, de ponta a ponta, considerando que ele vem mantendo essa mesma queda de frequência, é de 28% menos. É muita coisa.

Bom, aqui é rapidamente como é uma linha de desmontagem da Lei de Desmonte: análise de documento, tem que ter a baixa do Detran obrigatória, descontaminação, desmontagem. Aqui é uma empresa: você tem a montadora, que além de montagem tem a linha de desmontagem, desmonta as peças, tira as peças do veículo; aqui é descontaminação, da lei ambiental; aqui as peças de segurança que vai tudo para reutilização ou vai para reciclagem; aqui ele é prensado antes de mandar para usina, para ninguém tirar pecinha nenhuma.

Aqui é a etiqueta homologada pelo Denatran [Departamento Nacional de Trânsito], que permite o quê? Tem o código de barra, tem o QR Code, então você, cidadão, vai lá num desmonte, compra uma peça. No QR Code vai aparecer, vai trazer a imagem do veículo, de qual chasis que é, qual a marca do modelo e a baixa do veículo. Então você tem a garantia, ok? Isso, qualquer estado que implantar é obrigado a seguir isso aqui. Então é segurança para o consumidor, pro estabelecimento e pro transporte, e o usuário final consegue enxergar isso aqui.

Bom, aqui, rapidamente, sobre dublês — o doutor Valter conhece melhor que eu. Antigamente, só trocava a placa e fazia eventualmente remarcação de chasis, e só não tinha um CRLV que eu já comentei; quem comprava, comprava consciente. Hoje, em muitos casos de remarcação de chasis, vidro, etiqueta, CRLV [se] faz um anúncio normal no valor de mercado e dá um descontinho, descontinho. Todos os estados da federação estão sofrendo isso aqui: tem caso de “dublê”, “triblê”, tá certo? E tem uma regulamentação recente do Contran [Conselho Nacional de Trânsito], que fala sobre 2017, de como regularizar isso para o cidadão comum, porque você tem um carro que virou “dublê”, você fica impedido de circular porque você recebe multa sem ser o responsável; você não pode vender o carro que está com multa... Enfim, causa um transtorno danado. Hoje anuncia na Webmotors, OLX, negociação via fone, WhatsApp, no valor de mercado, só que ele manda pagar 50% antes, e tudo com argumento convincente. Tem um laudo de ECV [Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos] — aquele de vistoria do Detran —, mas é falso. Tem o local de entrega — tivemos casos que entregou lá em frente ao Fórum da Barra Funda, para dar legitimidade. Tem outro que entregou na frente do Hospital das Clínicas — ele falou que trabalhava no Hospital das Clínicas, tinha até um jaleco no banco traseiro. Mentira. Ele mostra todos os documentos dele; tudo falso, tudo falso. Então é muito convincente.

E quem compra muitas vezes vai naquela compra emocional porque é tudo carro caro. Você nem imagina. Chega alguém bem vestido, fala bem, num carro caro, carro de R\$260 mil, R\$300 mil... Ele compra! Ah, mostrou o documento dele — faz questão de mostrar —, tem um jaleco... Ele mostra tudo e ninguém nunca vai ver o carro inteiro. Ele só troca a placa e, às vezes, nem chassis eles remarcam. Aí a gente acaba pegando na vistoria, ou então o próprio DEIC e o próprio Detran. A maioria é de valor elevado. Por quê? O trabalho é o mesmo para fazer no Uno ou num Corsa e para fazer numa BMW X6. Logo, eu vou fazer numa X6. É a lógica, né?

Aí São Paulo também foi o único que regulamentou primeiro para trabalhar em cima de dublê, para regularizar e apreender. Aqui a Polícia Militar, Detran e CPTran [Comando de Policiamento de Trânsito], eles têm um trabalho junto [com o] Detran de fazer as apreensões depois de cumprir todo aquele processo, o que é um alívio para o cidadão e melhora o índice de recuperação dos veículos, porque esses carros que são clonados dificilmente voltam; o índice de recuperação do governo cai. Então, só esse ano, já apreenderam 58 veículos na capital, o CPTran.

Pré-cadastro — aqui nós já falamos: tivemos vários casos de Toyota Hilux que custa mais de R\$ 150 mil, que é aquele com adulteração completa. Tem Detran que já botou esses carros com uma restrição administrativa, para uma análise melhor. Qualquer dúvida, eles encaminham aqui em São Paulo pro DEIC, pra DIVECAR que é competência deles. E alguns carros já foram transferidos para mais de um ou dois Detrans. Aí as melhores partes do Estado de São Paulo, rapidamente. A Lei do Desmonte, já falamos; regulamentação do PMG [Preço Máximo Garantido], que é aquela classificação de danos de pequena, média monta — o mais importante é média monta. Tem muito carro no Brasil inteiro rodando que levou uma pancada forte, tem documento e não tem nada que garante que aquele carro está em condições de circular. São Paulo foi primeiro a implantar a Lei do Desmonte — só [em] São Paulo e [no] Paraná que implantou, infelizmente. Em outros estados, você transfere sem restrição nenhuma. E a média monta, o veículo fica com restrição. Tem que apresentar nota fiscal de peças, depois tem que passar ainda numa inspeção veicular — olha como é que é diferente. É segurança, é para o cidadão e nós estamos pedindo para que todo estado implante. Só São Paulo e Paraná, infelizmente. E quem tá sendo prejudicado? Não é o mercado segurador, é o cidadão, na segurança da

condução do veículo dele, e o doutor Valter sabe disso. [Em] outros estados, você compra [e] transfere o carro completamente destruído porque não tem a classificação de PMG, que ele complementa a Lei do Desmonte.

[O] Sistema Detecta, que o Major vai comentar, começou lá com [o] Projeto Radar; virou Detecta. Integração de câmeras em São Paulo. São Paulo foi o primeiro a fazer o projeto de integração e depois entrou o Projeto City Câmera da Guarda Municipal, sempre utilizando — o que é importante — as câmeras já existentes. Não precisa comprar nada. Porque o pessoal fala, “ah precisa de equipamento». Não. Pegou as câmeras existentes da prefeitura e integrou. CPTran implantou, começou a crescer. Antigamente teve a Polícia Militar de Trânsito, depois foi extinta. Voltou novamente agora e implantaram a operação que chamam de visibilidade; ações ostensivas — eles estão mais presentes nas ruas agora. Faz abordagem a veículo suspeito, para, multa, aborda, apreende, prende, faz de tudo, usando inclusive o Sistema Detecta.

E para fechar o ciclo, os veículos que são roubados e recuperados vão ter que ser entregues em algum lugar. Então aqui, em São Paulo, na capital, a Secretaria de Segurança Pública, através da polícia judiciária — o doutor Rodrigo —, foi feita uma licitação de pátio público, controlado com SLA [Acordos de Nível de Serviço]; pátio e guincho. Então os veículos são recolhidos das delegacias — um trabalho monstruoso. Começaram a recolher de delegacias primeiro, depois daqueles pátios ilegais — um de Santo Amaro tinha mais de três mil veículos, tudo pode já. Qual é o resultado disso aqui? Antes os veículos chegavam todos depenados. [Em] alguns casos, [o] veículo era furtado, depenado e incendiado. Afetava, de novo, o cidadão e o índice de roubo e furto, [pois] era roubado duas vezes. Olha, em 2016, 12 mil veículos, fora aqueles das delegacias, é muita coisa.

Só rapidamente para fechar aqui, senhores. Rio Grande do Sul, que eu falei aquela hora: os índices de furto e roubo, alto[s]. Regulamentaram a Lei Do desmonte, começou a cair. Fiscalização conjunta com o Detran, Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil e a Brigada Militar. Com toda [a] falta de recurso, hein, caíram os índices. E outra agora, mais uma vez. Eles implantaram um sistema similar ao de São Paulo: a cerca eletrônica. Pegaram as câmeras existentes de OCE [Oficial de Controle Externo], já integraram. Tá funcionando na Guarda Municipal e na Secretaria de Segurança Pública do estado. Integraram também no modelo similar do City Câmera as câmeras também de empresas, e já

tá dando resultados: os índices de roubo começaram a cair. Então, para quebrar esse medo (“Ah, não consigo. Preciso de equipamento”), já fizeram um grande avanço em pouquíssimo tempo. Foi questão de quatro meses no Rio Grande do Sul, quatro meses.

Implantaram lá também um aplicativo chamado Detetive Cidadão. Qualquer um que vê um veículo suspeito, acabou de ter um roubo, ele manda aquela mensagem, a foto para a área de inteligência, e eles vão começar a botar aquilo no banco de dados. É isso, senhores. Obrigado!

— *Dr. Fábio Ramazzini Bechara* —

Um bom dia a todos e a todas. Queria, na pessoa do Comandante Geral, Coronel Nivaldo Restivo, agradecer pelo convite. Na pessoa do Tenente-Coronel Mills, que até há pouco estava conosco, e capitães, tenentes, inúmeros policiais. Agradecer ao Instituto Sou da Paz, na pessoa da Carol, da Carolina Ricardo e também do Ivan, do Bruno, que gentilmente formularam esse convite para esse diálogo. E eu vejo aqui também inúmeras caras conhecidas, talvez um dos momentos certamente da minha carreira que eu mais aprendi, ainda que por um curto espaço de tempo de dois anos e pouco, mas certamente pela intensidade foi bastante rico. E eu vejo aqui o pessoal dos Consegs [Conselhos Comunitários de Segurança] que eu consigo reconhecer pelos rostos, né. Acho que o Celso Cavallini ali na ponta, o doutor Valter da mesma forma, com quem eu também tive a oportunidade de dividir algumas iniciativas, e o Fujii, especificamente em relação a essa pauta de hoje.

Eu, da mesma forma, não tenho nenhuma pretensão de pôr qualquer tom professoral. Pelo contrário: a minha intenção é compartilhar uma visão com vocês e contar um pouco dos bastidores dessa lei, dos bastidores de toda uma lógica que existe dentro da construção de políticas públicas relacionadas à segurança, que já [há] muito — passa o tempo né —, de que não seja uma visão, que esteja única e tão somente limitada a uma visão policial. Toda vez que a pauta da segurança se limita a uma agenda policial, isso cria uma grande frustração, gera um peso absolutamente desproporcional nas costas da polícia, como se a polícia tivesse a responsabilidade de resolver as causas, a lógica das causas.

E eu queria posicionar o tema do desmanche de veículos, do roubo e furto de veículos, dentro do capítulo dos mercados ilícitos. Porque

o ambiente de hospitalidade pro comércio ilegal de peças é o mesmo ambiente de hospitalidade pra instalação de casas de prostituição, é o mesmo ambiente de hospitalidade pro jogo clandestino, é o mesmo ambiente de hospitalidade pra droga, pra arma. E o que todos esses ambientes de hospitalidade para a exploração de negócios ilícitos têm em comum? Dois fatores: [o] primeiro — um já foi dito aqui —, a lavagem de dinheiro. Lavagem de dinheiro que, na realidade, dá o capital de giro para o negócio poder sobreviver; e o segundo, corrupção. Não existe negócio ilícito que se estabeleça se não tiver proteção oficial do Estado. Não existe. Toda vez que eu tiver um ambiente absolutamente promíscuo de ausência do Estado, eu tenho um ambiente preparado para a cooptação do agente, seja lá qual for o nível do agente. E quando eu penso nas pequenas burocracias, as pequenas burocracias geram as grandes oportunidades. Então o olhar sobre os mercados ilícitos, o olhar sobre o desmonte de veículos impõe uma percepção econômica do negócio, baseada no consumo, e o consumo que explora o ambiente de hospitalidade convive com estes dois fatores: alta circulação de recursos, muita liquidez e, de outro lado, corrupção. Compra de proteção oficial do Estado, seja lá em que nível isso se dê. Eu faço essa observação porque, se de um lado a gente consegue detectar algumas evidências de avanços do ponto de vista do arranjo normativo ou mesmo dos arranjos institucionais, que são idealizados e são pensados, por outro lado a gente convive com a mobilidade do crime, porque do mesmo jeito que eu fecho uma porta, se eu não tenho a percepção sistêmica, ela migra para outro.

Dado concreto dessa realidade, do segundo semestre de 2014, quando começa a diminuir o roubo e furto de veículos, voltou o sequestro de gerente de banco, que nunca mais se ouviu falar. Então essa mobilidade do crime nos impõe uma compreensão do problema quase que um grande tabuleiro para estabelecer as conexões necessárias. E aí uma coisa eu desafio os senhores e acho que vão concordar comigo. Durante muito tempo — eu tenho um pouco mais de 20 anos de Ministério Público, eu posso dizer isso —, nosso problema foi falta de dados e falta de tecnologia. Hoje, nós não temos mais o problema de falta de dados e não temos mais o problema de tecnologia porque as instituições hoje fazem investimentos muito robustos de tecnologia. O Detecta é um exemplo, que é usar a solução de Nova York, e assim outros múltiplos exemplos. O nosso problema é de governança sobre o problema. E quando eu falo em governança sobre o problema é porque muito da nossa falta, muitas

vezes de não produzir mais, é porque as coisas se perdem nas rivalidades, nas disputas, nos egos, na falta de liderança, na falta de visão de planejamento, na incapacidade de compartilhar, na incapacidade de atuar de forma integrada. O olhar sobre a governança nos impõe buscar, na nossa formação, desenvolver outras competências que no primeiro momento era buscar o dado, porque hoje eu consigo buscar o dado; o dado existe, o dado é disponível. A tecnologia hoje, com soluções robustas, permite cruzamentos e automatização de informação em tempo real numa velocidade incrível. O problema, eu volto a insistir, é de governança.

O tema, o histórico dessa lei... — aí quando eu falo de governança e falo de atuação integrada, eu vou me deter um pouco mais adiante a respeito disso. Porque o grande desafio da atuação integrada é quebrar o sorriso dos céticos, e o sorriso dos céticos se quebra exatamente com evidências do quanto que aquilo tem o potencial de enfrentar, e eu recomendo a leitura do relatório da Comissão do Congresso Americano pós-11 de setembro, capítulos 12 e 13, pra entender o que eu tô falando, quando eu tenho uma estrutura de Estado absolutamente fragmentada. Uma estrutura de Estado absolutamente fragmentada, em que cada um cuida de um pedaço e ninguém cuida de tudo, só representa uma incapacidade de dar respostas no tempo adequado. O desafio da integração — e eu vou, daqui a pouco, voltar nesse ponto — é muito mais profundo do que a gente imagina, e a sensação que muitos de nós temos, e certamente cada um de vocês aqui poderia ilustrar um exemplo de realidades em que a sensação de enxugar gelo é muito grande. Você faz, faz, faz, aí você tem a sensação de que chega na audiência de custódia, soltam o roubadador, o furtador e a gente fica nesse movimento, quase que um ciclo viciado, o ciclo que a gente fica cercado o frango o tempo inteiro e não consegue sair dali.

Eu queria voltar pro histórico da Lei do Desmanche que o Fujii mencionou e que foi explorada também pelos ilustres delegados de polícia. A primeira constatação em 2013 a respeito disso, e o índice crescia assustadoramente, é que as respostas que até então haviam sido articuladas se resumiam a aumentar a pena do crime de receptação, aumentar a pena de furtador, aumentar a pena do roubadador. Só que essa lógica de responsabilização criminal, que é necessária, evidente, sempre necessária [a] se aperfeiçoar, de outro lado, é uma lógica muito perversa porque a cada um que eu consigo identificar e prender, e eventualmente acusar e condenar, eu tenho mais um outro zilhão que passa despercebido, e

com um detalhe: a cada dono de desmanche que eu prendo em flagrante, o estabelecimento dele, antes de lei, continuava aberto, porque ele era preso em flagrante e a peça, ou a motocicleta, ou o carro, eventualmente com chassi adulterado, era apreendido, mas o estabelecimento continuava a funcionar de maneira absolutamente incomodada, sem qualquer desconforto. Ora, romper este ciclo, para compreender a lógica econômica, significava eu olhar fundamentalmente pra quem está comprando isso. Se alguém está comprando, está enxergando ali uma cadeia de benefícios porque a peça é mais barata que na concessionária, e no primeiro levantamento que a gente havia feito com a Secretaria da Fazenda, tinham mais de cinco mil estabelecimentos cujo objeto social era compra e venda de peças usadas e novas. Quem fiscaliza um universo desses?

Se a lógica da Lei do Desmanche fosse romper o marco regulatório daquela atividade, alguns riscos deveriam ter sido assumidos e alguns paradigmas também deveriam ser quebrados. Eu me recordo que, em 2013, quando esse projeto tramitava na Assembleia Legislativa, e na ocasião a gente participou dessas discussões, o objetivo era de alguma forma, ali, endurecer o poder de polícia do Estado, para não precisar, pra não transferir a responsabilidade sobre o controle do problema pro Ministério Público, pra polícia que investiga e pro Judiciário, que não tinha essa capacidade de controlar o problema.

A provocação e preocupação na época, e o lobby dos desmanches na Assembleia Legislativa, eram muito fortes: queriam que as sanções previstas na lei se limitassem a multa. Multa você recorre, você não paga, não acontece nada e o seu estabelecimento continua funcionando livre, leve e solto. E a lei, e todo esforço feito na época de articulação, para convencer os parlamentares, no seguinte sentido: se eu conseguir ter uma ação muito mais forte do ponto de vista da perda dos bens e do fechamento do estabelecimento, eu vou transferir o ônus pro outro lado — ele que prove que a origem é lícita, e eu não estou acusando ele de crime para dizer que eu estou invertendo o ônus da prova. Eu estou pura e simplesmente dizendo: “se você não trabalha em conformidade com meu marco regulatório, você não pode operar”. Ninguém sai abrindo banco na esquina do dia para a noite, ninguém sai abrindo um negócio em que incide um modelo de controle forte do dia para a noite. Se você pegar, por exemplo, nos Estados Unidos, a atividade de desmonte de veículos é a 16ª atividade econômica em produção de receita. Quando

eu jogo transparência para uma determinada atividade, eu trago interesse das grandes incorporadoras, grandes empresas, de querer investir, aumento a vigilância, repercuto no direito do consumidor, repercuto no meio ambiente, repercuto principalmente na redução da violência.

Essa compreensão sistêmica na época contava com ceticismo também, não só de quem operava, mas também de quem eles pagavam. Dado concreto: a lei entra em vigor em janeiro de 2014 com prazo de 180 dias para ser regulamentada, pras empresas terem que se adequar. Lembro direitinho: dia 2 de julho de 2014. Desse universo de cinco mil empresas, três tinham formulado o pedido de credenciamento. O que a gente ouvia? “Não, tão dizendo que essa...” o famoso clichê, “...essa lei não vai pegar. Essa lei aí nasceu é só pra fazer de conta”. Passado o período de Copa do Mundo, e aí o desafio do estado de São Paulo na época: de fazer com que o CICC [Centro Integrado de Comando e Controle] se transformasse num legado da Copa, e não como alguns estados aí fizeram, que literalmente fecharam a porta do CICC, porque a conta é muito cara. O legado da Copa, em alguns estados, está em Bangu I, e outros estados fecharam literalmente a porta. Aqui, felizmente, o CICC foi objeto de um decreto do governador e hoje sobrevive com uma série de outras atividades, principalmente em função dos aportes que foram feitos. Mas o ponto-chave que eu queria chamar atenção de vocês é que passado aquele período, 2 de julho, que somente três empresas tinham feito o cadastro, o pedido, o credenciamento para atendimento das exigências da lei, na sequência, em 14 de julho, começou o movimento com alvos pré-selecionados dentro da seguinte lógica: o Detran, cautelarmente, liminarmente, decretava a interdição temporária do estabelecimento. Não importa se ele vai tá aberto ou fechado; eu já saio para lacrar ele, e ele que corra atrás do prejuízo para provar que aquele produto tem origem lícita e que ele atende às exigências da lei. E aí, um dado, para mim, é bastante sintomático em relação a isso. A partir do dia 14 de julho, semanalmente, eram fechados 20 desmanches por semana. De julho de 2014 a dezembro de 2014, no estado de São Paulo, foram 500 desmanches lacrados no estado. Quantos vocês acham que recorreram ao judiciário, com mandado de segurança dizendo que estavam sendo injustiçados? Dez, dez do universo de 500 desmanches lacrados foram bater na porta do Judiciário. Porque como a lei exige uma série de requisitos para operar naquela atividade, transferindo para o proprietário, pra quem explorava, o ônus de dizer — e isso não significa

inverter presunção de inocência ou qualquer bobagem nesse sentido. Nada a ver uma coisa com a outra. A lógica ali é poder ou não operar de forma lícita, [pois] se exige uma série de coisas, dentre elas folha de antecedentes.

Agora, o grande diferencial que, a meu ver, além de ter uma lei que empoderou, do ponto de vista administrativo, e transferiu o ônus de dizer “estou agindo de forma legal” pro camarada que quer operar nesse mercado, a meu ver, o grande diferencial da lei foi fundamentalmente a atuação integrada que as instituições se dispuseram a fazer naquele momento. Uma atuação integrada, ela lida com inúmeros fantasmas. Na medida em que no âmbito operacional ou mesmo no nível tático, as instituições conseguem enxergar o quanto cada uma usa a outra, e era interessantíssimo. Eu não sei quem daqui teve a experiência de trabalhar numa Copa do Mundo, mas eu tive a experiência de trabalho na Copa do Mundo dentro do CICC. Quem trabalhou na Copa do Mundo sabe: eram 45 órgãos diferentes sentados um do lado do outro, olhando prum *videowall*; se eu precisava de um dado da Polícia Federal, ele tava do meu lado, ele me dava; se eu precisava de um dado do CET [Companhia de Engenharia de Tráfego] porque eu precisava fechar uma rua, ele acionava direto.

A atuação integrada consegue desfilar um rosário aqui de benefícios. O grande desafio se projeta fundamentalmente pros fatores que fazem com que estas atuações integradas morram ou não se sustentem. Eu queria discorrer um pouquinho sobre isso aqui com vocês porque eu enxergo a pauta que a gente tá se debruçando hoje, não só numa posição estratégica, de visão que o Estado tem que ter, mas, fundamentalmente, no dia que eu tiver que voltar, no meu caso pra minha promotoria e vocês pros seus batalhões ou companhias, que lógica é essa que eu posso implantar no meu dia a dia? Porque não adianta nada eu pensar em soluções altamente sofisticadas — elas têm que ter uma dificuldade muito grande de implantação, pelo esforço que elas geram —, mas se eu consigo identificar, pela simplicidade e pela rapidez, que alguns movimentos são capazes de gerar em torno do gerenciamento de alguns problemas, muito provavelmente a gente consegue se enxergar lá na ponta, transformando efetivamente.

Quando a gente fala em atuação integrada, eu queria destacar, em primeiro lugar, que um dos grandes vilões desta história se chama cultura organizacional. Eu vou falar da minha instituição, do Ministério

Público, que tem que aprender muito ainda no que se refere a trabalhar de forma integrada, porque [isso] significa você se despir das suas vaidades, dos seus interesses corporativos, e isso é medido na forma como você fala, na forma como você se comporta, a posição da mesa que você dialoga, porque numa relação de integração, seja lá qual for o nível de colaboração que eu queira imaginar, o que se diz, como se diz, quando se diz e a própria posição da mesa são fatores que muitas vezes levam ao desestímulo de querer trabalhar com o conjunto. Se eu perceber que alguém na mesa, um quer mandar no outro, é o primeiro dado pra dizer: “eu não vou cooperar com ninguém”.

E aí acumulam-se os grupos de trabalho, os comitês, as comissões. Eu vejo, hoje, às vezes, comissões, comitês que são criados, grupos de trabalho... Me dá até arrepio, porque é raro você ver, embora a solução muitas vezes seja importante, mas o grupo de trabalho que não se dispõe a ter prazo e entregar resultado, ele vira assembleia de condomínio, em que todo mundo tem ideia. Aliás, no colegiado, todo mundo adora ter ideia; num colegiado de uma atuação integrada, todo mundo adora ter ideia, mas não sobrevive à segunda. Então esse problema de cultura organizacional, que se projeta pras rivalidades, pras diferenças de competência. Olhando para meu quadrado, o Ministério Público muitas vezes querendo brigar com a Defensoria Pública. Tem que estar junto, não brigar com a Defensoria Pública, ou mesmo as disputas do Ministério Público com as polícias. Tem que estar junto, não tem que ficar brigando. Essa superação cultural talvez revele ainda um nível de imaturidade das nossas instituições a ser superado.

Como a gente não viveu guerra e não viveu catástrofe, talvez a gente precise de algum epicentro que faça cair a ficha no nível político das instituições, mas que se transfira para todos os níveis, pro nível mais baixo possível, pra quem está na ponta, de quem está na ponta, pra entender que essa é a melhor forma de agir. Essa é a melhor forma de agir porque é que eu consigo, pelo menos, reduzir o discurso, a preocupação de que não tenho recursos. Porque quando, na verdade, eu estou trabalhando num ambiente integrado, eu não estou perdendo uma pessoa, eu estou ganhando os outros dez que estão lá e vice-versa.

Agora, o ponto alto dessa história é que eu só consigo efetivamente desenvolver uma iniciativa integrada não pelo altruísmo, porque toda vez que eu quiser jogar na conta do altruísmo, do esforço de solidariedade, a ideia morre. Ou eu consigo mudar, que é um ganha-ganha pra

todo mundo: todo mundo sai melhor nessa história, todo mundo sai melhor nessa foto, todo mundo fortalece a sua instituição, fortalece os seus interesses, melhora sua capacidade de investimento, porque uma instituição que entrega mais, uma instituição barata, o cara depende do quanto que ela entrega. O que eu pago, eu devolvo; essa relação se torna absolutamente frutífera. Essa compreensão do agir integrado que cada um vai carregando e tenta, o agir de forma integrada não tem novidade nenhuma. Cada um aqui, certamente, teria condições de relatar uma experiência, de uma maneira mais simples ou mais sofisticada, de quando agiu de forma integrada, [no] que resultou. Só que nós ainda não temos a cultura da gestão do problema de forma integrada. É pensar o problema juntos, é pensar o problema colocado na mesa, o que fazer, e não ficar naquelas discussões intermináveis. E nós que somos e temos formações jurídicas, somos especialistas, junto com os tecnólogos, a criar dificuldades. Ora porque o problema, isso aqui, não é competência disso, é competência daquilo; ora porque a lei está dizendo isso, a vírgula XPTO está dizendo aquilo. Veja, trabalhar num ambiente integrado significa fundamentalmente encontrar a zona de encontro daquilo que efetivamente nos une, porque o que a gente tem de diferente todo mundo já sabe.

Eu gosto de usar dois paralelos que para mim são sintomáticos. Embora não sejam do tema especificamente do roubo de carga, mas são dois temas que, na minha avaliação, são exemplares. No caso da Operação Lava-Jato, o Brasil cooperou com 52 países diferentes, ou porque pediu, ou porque foi solicitado. 52 países diferentes; são quase 300 pedidos de cooperação e com percentual em três anos de 80% de efetividade da resposta, ou porque eu passei ou porque o outro me deu. Ninguém pode creditar isso a um simples altruísmo dos outros Estados de entender: “Olha, o problema brasileiro é um problema nosso também”. Não, essa relação de troca é movida fundamentalmente por um interesse comum. “Olha, ele afetou o teu país também. Bloqueia esse bem, porque se na hora que ele for condenado aqui, a gente racha o valor, você me devolve uma parte e outra parte fica aí”. Essa compreensão transnacional no caso da Operação Lava-Jato é sintomática pra mostrar a capacidade de interação — não é nem interna, é entre outros países, no compartilhamento. Eu voltei de um treinamento agora que eu fui dar na OEA [Organização dos Estados Americanos] em Honduras para policiais de 27 países que falam línguas diferentes, [de] sistemas jurídicos

completamente diferentes, discutindo cooperação. Discutir cooperação significa realçar o que a gente tem de comum, porque o que gente tem diferente todo mundo tá cansado de saber. Se eu quiser levar a diversidade dos sistemas ao pé da letra, ninguém coopera com ninguém.

Um outro exemplo que eu queria relatar e retratar em relação a isso é lavagem de dinheiro. Desde que o Brasil firmou uma série de compromissos internacionais e introduziu na sua agenda o olhar sobre a lavagem de dinheiro e criou a figura do COAF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras... O COAF é uma agência integrada por 13 órgãos federais, que faz a leitura e processamento diário de sete mil informações suspeitas de atividades financeiras atípicas. Sete mil. Que tem só 13 analistas, Banco Central, Receita Federal, CVM [Comissão de Valores Mobiliários], SUSEP [Superintendência de Seguros Privados] e que dá mostra, de sobra, principalmente pra quem em algum momento já trabalhou na investigação de lavagem de dinheiro que, sem o COAF na leitura e no processamento das informações e cruzamento de dados, você não sai do zero. São exemplos de realidade que mostram que toda vez que existe disposição política — que não é só no alto comando das instituições, é no mais baixo comando também — de querer atuar de forma compartilhada. Isso é efetivamente possível, independentemente ou a despeito dos inúmeros desafios que essa opção traz conjuntamente.

Exemplo recente que eu queria só deixar registrado aqui e encerrar a minha fala é a experiência na cidade de Mogi das Cruzes, envolvendo as polícias locais, Civil, Militar, Guarda Civil Metropolitana, Ministério Público, que conseguiram derrubar o índice de furto e roubo de veículos na cidade; não só do roubo e furto de veículos, mas de outros veículos. E isso impactou em uma aprovação de uma lei municipal que institucionalizou a iniciativa adotada naquele município. Ou seja, eu acho que cada um de nós que fez a opção pela carreira pública deve se fazer todo santo dia duas perguntas: primeiro se a função que a gente escolheu tem condições de fazer a diferença, e segundo se a gente está a fim de fazer a diferença. Porque não existe almoço grátis. Existe sempre muito trabalho, muito esforço. Mas parte-se do pressuposto de que a gente está disposto, principalmente em matéria de política pública de segurança, a se reinventar todo santo dia. Todo santo dia. E eu vou repetir uma frase que ouvi do coronel que é o Chefe da Escola Nacional da Polícia Nacional da Colômbia. O nosso problema, de novo, não são mais as técnicas, que estão cada vez mais apuradas. Não é mais ausência da informação,

ausência da tecnologia. Nosso desafio são as competências brandas, são as outras competências. Quem não tiver inteligência emocional e não tiver capacidade de se inter-relacionar jamais vai aceitar essa ideia de trabalho de forma compartilhada, de forma integrada.

Mais uma vez eu queria registrar aqui o meu agradecimento. Obrigado pelo convite. Desculpe-me pela eventual empolgação aqui, o exagero da empolgação, mas é mais pela acreditação que eu tenho em relação a esse assunto. Às vezes eu me pergunto se eu não estou parecendo papagaio de pirata muitas vezes, repetindo muitas vezes as mesmas coisas, quase que um mantra que você fica batendo o tempo inteiro. Mas é sempre muito convicto e cada vez mais convicto de que, em assuntos sensíveis, como é o assunto e da segurança e é o assunto do roubo e furto de veículos, como são os outros temas caros à segurança pública, não consigo identificar outra forma de desenhar [um] modelo sustentável de governança se não de forma integrada, de forma compartilhada. Obrigado pela atenção de vocês.

— *Major PM Douglas Shoichi Sano* —

Bem, senhores, como mediador, compete a mim também fazer uma apresentação. Eu vou falar sobre o Sistema Radar. Eu quero agradecer aqui o convite da Academia do Barro Branco, na pessoa do Capitão Caparroz, do Coronel Mills e do Comandante da Academia do Barro Branco, o Coronel Sérgio Felleto [e] agradecer também ao Instituto Sou da Paz pelo convite. E eu quero parafrasear Steve Jobs. Ele falava que cada sonho que você deixa pra trás é um futuro que deixa de existir, e eu, em 1996, trabalhava como comando de força Patrulha, noturno, na área do 12º Batalhão, e observando lá a [Avenida] 23 de Maio, numa noite como nessa foto aqui, eu vi vários veículos e ficava pensando comigo mesmo: “quantos veículos ali não estão passando do meu lado, naquele momento, e não são objetos de ilícito, quer seja um roubo, quer seja um furto, um dublê, uma fraude?”. Ficava imaginando, né? E eu pensava: “um dia, no futuro, vai ter alguma solução tecnológica que vai dar pra aparecer, em algum lugar na viatura, essa informação pra mim”.

Em 1998, eu tive a oportunidade de ter o contato com o primeiro radar móvel. Foi de uma empresa de seguro e ela falou: “A gente quer fazer um bloqueio do Batalhão. Tem condições do Batalhão fazer um

bloqueio com a gente? Vamos trazer um radar aqui que vai ler a placa. Ele consegue identificar através do OCR, do reconhecimento óptico de caracteres, a placa”. Eu falei: “Legal, vamos testar”. Ficamos oito horas parados e o resultado foi zero porque, infelizmente, o banco de dados que eles ofereciam era um só daquela empresa de seguros, e ele tava desatualizado. Era um banco de dados que trazia de uma semana, então não deu resultado, mas ficou a ideia.

Em 2013, eu já chefe do Copom [Centro de Operações da Polícia Militar] Guarulhos. Trabalhando no Copom Guarulhos, eu fui convidado para conhecer a central de monitoramento viário do município de Guarulhos, da Secretaria de Transportes e Trânsito. Eles mostraram que instalaram câmeras Dome para acompanhar o trânsito do local. Instalaram vários equipamentos e uma coisa me chamou [a] atenção: tinha um monitor do lado ficava mostrando um monte de placa e uma foto do lado. Cheguei para eles e perguntei: “O que é isso aqui?” “Isso aqui é o último veículo que foi autuado pelo sistema, só que como tem erro de leitura, ele traz a placa que ele leu e a foto para alguém aqui do serviço verificar se está batendo ou não”. Eu falei: “Puxa, que interessante. Então ele lê as placas?” e ele disse: “Não, ele não lê as placas. Ele lê todas as placas que passam”. Se o veículo passar a dez por hora em uma via que o limite é 50, ele vai ler. Eu pensei: “Mas o que vocês fazem com este banco de dados?” Eles falaram: “Nada”. Agora surgiu a oportunidade. Voltei pro quartel no mesmo dia e falei com meu comandante — na época o Coronel Glauco, que ontem esteve aqui palestrando —, expliquei pra ele a minha ideia. Falei que poderia pegar e começar a trabalhar essa informação e, se o veículo foi roubado ou furtado, a gente pode dar um retorno pro policial na rua. Ele falou: “Pode correr atrás”.

No mesmo dia eu fui no CPD, Centro de Processamento de Dados da Polícia Militar, e conversei com Capitão Fernandes, na época Tenente Fernandes, e com o Capitão Márcio. Expus a minha ideia. “Beleza, vamos marcar uma reunião.” Na mesma semana, marcamos uma reunião com a Secretaria de Transporte e Trânsito. A ideia surgiu e aí nós que idealizamos essa ideia não ganhamos nada. Registramos para Polícia Militar, propriedade industrial, então está registrado como propriedade industrial para a Polícia Militar. E o objetivo, qual era? Eu tinha a informação do radar na via, que fazia a leitura. Essa informação, nós colhíamos, mandávamos para o nosso CPD; o CPD fazia a pesquisa em banco de dados, do SIOPM [Sistema Interno de Ocorrência Policial

Militar], que é o 190, da PRODESP [Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo] que trabalha o RDO [Registro Digital de Ocorrência], pega as informações dos boletins de ocorrência e depois, no futuro, ainda entrou o DENATRAN [Departamento Nacional de Trânsito], que é a base nacional. Toda vez que o veículo tem uma queixa de furto, roubo, sequestro, desaparecimento ou ação criminosa, ele volta a informação de três formas. Primeiro, no celular: a gente idealizou que poderia receber um SMS o agente de inteligência que tiver interesse de receber a informação. O segundo: o TMD [Terminal Móvel de Dados] da viatura recebe uma informação daquele radar. O TMD tem que estar num raio de dez quilômetros daquele ponto, daquele radar, independente da unidade de serviço. Se ela é serviço de bombeiro, ambiental, rodoviária, policiamento ostensivo, não interessa: ele vai receber a informação. Também não interessa se é divisa de município. Se eu tenho um radar na divisa de município entre Guarulhos e São Paulo, o Batalhão de São Paulo vai receber também a informação. E por último, no Copom On-line, voltar na tela também para que o despachador do 190, despachador do Copom, possa informar as viaturas. De repente uma viatura está sem o TMD, ou policiamento ostensivo está lá com o [rádio] HT, ele vai poder saber, obter a informação.

Com isso nós criamos também uma base de consulta, então podemos consultar os veículos no TMD, saber onde ele passou. É importante que o policial faça a pesquisa no TMD porque ele registra, também, latitude e longitude. Então, de repente, você está de serviço, aborda um veículo na boca de uma favela, faz a entrevista com o indivíduo que está sendo abordado. Ele fala: “É a primeira vez que estou aqui”. Você vai lá verificar... Opa, ele estava aqui no mesmo ponto, foi abordado ontem. Então é importante que eu faça a pesquisa pelo TMD. Nessa consulta vêm as informações dos últimos radares que ele passou, então, de repente, você pode perguntar à pessoa: “De onde você está vindo?” Então tem um acompanhamento. De repente, ele passou pela Marginal Pinheiros, Marginal Tietê — tem vários radares ali naquelas posições. Vai saber que, realmente, ele passou por ali.

Temos também um relatório. Eu posso puxar um relatório de 30 dias das informações desse veículo, aonde que ele passou. E também no Copom On-line, eu tenho se o veículo foi furtado e localizado. Ele vai te dar uma linha imaginária reta do caminho que seguiu. Então, se o pessoal de inteligência quiser trabalhar em cima disso, pode gerar uma

rota, mais ou menos [para] saber o caminho do rato, aonde que o indivíduo está levando esse veículo.

Aqui embaixo também, eu tenho condições de levantar quantos alertas cada radar produziu. Então, uma curiosidade: no estado de São Paulo, o radar que mais tem alerta de veículos roubados, furtados, que passam pelo radar, é na Marginal Tietê, sem número, no Corinthians.

Veículo de interesse. Eu posso pegar, cadastrar um veículo de interesse. Este serviço é liberado só para o serviço de inteligência. Ele cadastra e, toda vez que o veículo passar por um radar, ele vai receber um SMS no celular que ele cadastrou, informando a posição do veículo. Isso para o serviço de inteligência é muito eficaz.

Este aqui é o modelo de cadastro. Como é que ele faz: tem que colocar o celular e o motivo também [por] que ele fez a inclusão desse veículo para receber essa informação. Normalmente, é de 60 dias que ele tem essa informação; fica cadastrado por 60 dias.

A produtividade. Com esse serviço, anteriormente, você localizava um veículo. A maioria dos veículos que eram localizados eram abandonados, então a gente acabava não pegando o autor do delito. Com esse serviço que a gente tem a informação, se o veículo que passou pelo radar é produto de roubo ou furto, a gente começou a também recuperar o quê? Armas, veículos, os autores dos delitos, objetos do delito. Então, no caso, aqui, vários celulares que foram recuperados de um roubo a uma loja de celulares. Roubo de carga, carga de pneu — a gente sabe que é uma carga bem visada, então consegue recuperar. Carga de remédios, drogas, mais droga, e também até mesmo adulteração da placa.

Este exemplo aqui, esta foto aqui [no slide] é interessante porque foi um teste que começamos a fazer na Marginal Tietê. As câmeras, elas têm várias tecnologias, e a câmera da Marginal tem uma tecnologia infravermelho. Então ela capta a diferença de calor da placa, então uma placa com o número pintado de preto tem uma diferença com o restante da placa.

O pessoal pegou para fazer o teste. Colocaram uma patrulha de trânsito a 800 metros do radar, e o veículo passou, passou e cantou no tablet, então vamos abordar. E era, se não me engano, um Sandero. Quando o policial viu a placa Eco Zulu Tango, no tablet, 9117; olhou a placa, 8117. Leu errado, mas “como estamos aqui para testar mesmo, vamos abordar”. Era um senhorzinho, acima de qualquer suspeita. “Documento.” “Ah, esqueci o documento.” E quando foi ver lá, era um

adesivo que estava cobrindo o 9 formando o número 8. O sistema conseguiu verificar a diferença de calor. Independente se o cara colocou uma etiqueta, não vai funcionar.

Veículo dublê, então, aqui, duas motos aqui com a mesma placa. Sistema inteligente também tem uma funcionalidade que, se o veículo passa no radar, por exemplo, na Avenida Interlagos e, depois de cinco minutos, ele passa na Avenida Cruzeiro do Sul, o sistema vai entender que é muito distante, não dá tempo de chegar, então ele gera um alerta falando que pode ser um veículo dublê.

Recuperação de dinheiro, de armas. Isso aqui era uma quadrilha que estava com metralhadora, colete, várias armas. Esse veículo aqui, uma S10 cabine dupla, branca, conduzido por essa senhora. Você vai fazer um bloqueio e vai parar uma S10 nova, uma senhora bem-vestida; não causa nenhuma suspeita. Só que esse veículo era dublê. Um policial militar da cidade de Jales, estava recebendo várias autuações, e o veículo, depois se verificou, era produto de roubo.

Você está patrulhando também e recebe a informação de um Logan, aí vai ver o Logan e tem um senhorzinho lá de barba branca. Tiozão, não vai levantar suspeita nenhuma. O cara tinha várias passagens na justiça e continuava ainda cometendo delitos, e aí, aparentemente, se você fosse fazer o bloqueio, ele ia passar porque não levanta muita suspeita. Veículo novo, né, uma Pajero. Aí você manda o senhor descer — ele estava de terno, bem-vestido: “Por que você está me abordando?! Onde já se viu? Estou indo trabalhar”. Dá a chave do carro e, olha lá, veículo estava “michado”.

Este aqui são os radares hoje. Qualquer pessoa que tiver acesso ao Copom On-line pode verificar os radares. Então temos radares espalhados pelo estado inteiro, inclusive radares fora do estado, que são os radares das aduanas — temos radar no estado do Rio de Janeiro. Então a gente pode ter informação também de veículo, o caminho que ele está seguindo. Nós temos informações de veículos também que são roubados; furtados aqui em São Paulo, eles ficavam parados uma semana e depois ele encaminhava até o Mato Grosso; cinco dias depois tava retornando. Foi feito um serviço de inteligência junto com a [Polícia] Rodoviária Estadual. Abordado esse veículo, tava voltando trazendo drogas e armamento.

Também com [o] acesso que nós tivemos com o Denatran, fizemos contato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT,

e ela recebe, das empresas, toda vez que a pessoa vai viajar, ela tem que fornecer o número do RG, até mesmo pro seguro, então o pessoal fornece. A gente começou a receber essas informações pra verificar, então, os veículos, os ônibus intermunicipais, interestaduais. A ANTT recebe essa informação, e aí nós, por amostragem, pegamos um ônibus. Dois indivíduos procurados pela Justiça; um de São Paulo e um do Mato Grosso do Sul. Nós conseguimos parar o ônibus, passageiro do banco tal, passageiro do banco tal, por favor. Os dois eram procurados pela justiça.

A produtividade do Sistema Radar começou em Guarulhos, como eu disse. Em 2014, foi alvo de prêmio do Instituto Sou da Paz. Foi alvo também do Prêmio Mário Covas e do Prêmio de Inovação e Tecnologia da Bahia. Foram recuperados, desde 2014, 4.117 veículos; foram presas 5.769 pessoas; foram apreendidas 364 armas de fogo. Quantas vidas, quantos latrocínios deixaram de ser cometidos com essas armas que foram apreendidas? Quantos veículos deixaram de ser roubados por esses indivíduos detidos? Você não sabe, não tem como contabilizar.

O serviço também tem uma nova versão agora, que nós estamos gerando, que nós podemos pegar a informação, por exemplo: um indivíduo vai à faculdade, 19 horas, deixa o veículo na rua. 20 horas, o veículo foi furtado. 23 horas, ele sai da faculdade e fala: “Meu veículo foi furtado”. E às 21 horas, o veículo passou por um radar, só que como não tem queixa, não tem nada, ele vai passar normalmente. No final do mês, nós pegamos a relação de todos os veículos que foram furtados. Nós geramos um novo relatório. Eu pego aquela placa e faço uma pesquisa, se esse veículo passou no dia lá que foi furtado em algum lugar. Ah, passou. Eu pego uma relação dos veículos que passaram um minuto antes e um minuto depois. Porque aquele indivíduo que vai cometer o delito, ele não vai a pé, ele não vai de ônibus. Ele vai com um outro veículo, o cavalo dele, o cara que vai levar ele pra cometer um delito. A gente pegava essas informações e criava um novo banco de dados e cruzava essa informação. Então, no final do mês nós tínhamos cinco, seis veículos que sempre, por coincidência, né, passavam um minuto antes, um minuto depois do veículo que foi furtado ou roubado. E aí com essa informação, pegamos esse banco de dados e começamos a fazer o serviço de inteligência. O agente de inteligência recebe um SMS — ele tá passando em tal lugar, então tá indo pra zona leste; no caso de Guarulhos, ia pra zona leste. Um dia, foi: “Vamos fazer [uma] operação pra abordar esse veículo”. Era no período da manhã. Foram abordados,

dentro do veículo, três indivíduos, os três com passagem — [artigos] 180, 155, 157 —, vários equipamentos para praticar o furto — micha, alicate, módulo de ignição e aparelho também para bloquear o sinal de celular para evitar rastreamento. Estava sendo apresentado no 5º DP [Distrito Policial] de Guarulhos — o pessoal do 5º DP já sabia da situação, da informação. Foram apresentados. Durante a apresentação, um indivíduo falou: “Meu veículo foi furtado também. Eu faço faculdade na FIG, só que o meu rastreador tá dando na zona leste”. A informação da zona leste, mesma posição. “Então manda uma equipe lá.” Mandou a equipe lá junto com os investigadores. Chegou lá, era na frente de galpão; dentro do galpão, mais sete veículos produto de furto ou de roubo estavam lá. Conseguimos desmontar uma quadrilha com esse serviço de inteligência, então são inúmeras possibilidades que podem ser criadas. O radar é uma ferramenta que dá subsídio ao Detecta que a doutora Beatriz falou. É um aglutinador de dados, de informações de vários que podem ser utilizados para inteligência, para que a gente reduza os índices cada vez mais. Senhores, obrigado.

— *Major Fernando Gómez Rojas* —
Carabineros de Chile

Boa tarde a todos e a todas. Eu sou o Major Fernando Gomes, dos Carabineros de Chile e, antes de mais nada, quero agradecer ao Instituto Sou da Paz e à Polícia Militar por ter olhado em direção ao Chile, aos Carabineros de Chile e nos convidado a compartilhar a experiência que nós temos dentro dessa nossa curta vida institucional. São 90 anos, mas que serviram para que recebêssemos muitas polícias e muitos governos querendo ver as metodologias que utilizamos como polícia.

Primeiro, e também cumprimentar o coronel que foi homenageado, e do qual resgato, pelo que entendi, resgato um ponto muito importante, como a criança, os menores. É importantíssimo. É de suma importância porque, nos primeiros anos de vida, é quando vamos ver qual o destino que uma pessoa vai tomar. É o momento de colocar freios na sua conduta. Esses freios devem ser por parte da família, dos pais, dos irmãos, dos avós e, posteriormente, num segundo nível de prevenção e de educação, na escola, nas instituições etc. É muito importante que um governo invista no menor de idade. Os resultados são a longo prazo;

são 15 ou 20 anos em que nós poderíamos ver resultados e muitos não estão dispostos a esperar tanto tempo para ter resultados. [Inaudível] os investimentos estão relacionados a projetos que a curto prazo vão evidenciar resultados. Por exemplo, o aumento de policiais. Em um período determinado de tempo, podemos colocar mais policiais na rua, mas como bem disse o coronel: o policial é um jogador, mas dentro do time de futebol. Não gostaria de falar de futebol porque não é tema no meu país, mas é assim. Então, o que pensei em falar com vocês é essa visão sistêmica da segurança no nosso país, que é muito parecida ao conceito que vocês têm. Alguns indicadores de criminalidade do nosso país, o que é *Carabineiros de Chile*, indicadores da gestão policial e algumas instâncias de participação cidadã em tema de segurança pública.

A visão sistêmica para o Chile, para começar: nós temos um governo presidencialista democrático que tem uma série de instituições que estão relacionadas à segurança pública. Com um sistema com duas polícias principais — uma uniformizada, que são os Carabineros, e uma polícia independente, que é de de Investigações do Chile [*Polícia de Investigaciones de Chile*], que é uma polícia judiciária, de civis, cuja missão principal é investigar. Depois, há um aparato judicial constituído por um Ministério Público, com seus fiscais, a Defensoria e um tribunal que verifica os direitos dos investigados, dos imputados e organiza os tribunais para aplicar sanções, condenações. Temos também o sistema de polícia [*gendarmería*] a cargo dos centros penitenciários. Ministérios que também tem uma vinculação, como ministérios de educação, saúde, habitação etc., e os governos locais, as *intendencias*, *governaciones*, municípios e serviços públicos. Nós podemos incluir outro elemento, que é importantíssimo, que é sociedade. A sociedade civil também é importante e é parte desse sistema de segurança.

Temos que levar em conta as várias causas de um delito. Um delito não tem apenas uma causa, mas são múltiplas, que o facilitam e outras que o geram. Nós temos que mencionar que as medidas focadas em ações de controle policial atuam sobre as causas, mas não atuam sobre a doença. Quando nós temos medidas para combater o delito de roubo de veículos, de ônibus, ou táxis; o roubo de táxi é uma consequência. Esse fenômeno criminoso é uma consequência, mas existem causas que levam essas pessoas a cometerem esses tipos de delitos, e há causas que levam os donos dos táxis a serem vítimas desses crimes. Muitas vezes, [é] falta de medidas de autocuidado. Se não se conscientiza os cidadãos, dificilmente vão tomar parte de questões ligadas à delinquência.

Isso, eu sei que vocês sabem disso, mas a prevenção, segundo muitos autores, se divide em duas grandes áreas: uma prevenção social e outra prevenção situacional. A prevenção social se relaciona a todas essas causas sociais, que geram o delito, não por si só, mas que no conjunto podem criar o delito, podem criar uma pessoa que se tornará delinquente. E há diversos projetos e programas para fortalecer a área social, e também muitas autoridades que se vinculam e que trabalham em temas sociais, por exemplo, proteger a família, reduzir a violência dentro das escolas, o apoio desde cedo ao menor em risco social, a prevenção do consumo de drogas e álcool por menores ou em idades muito precoces etc. Para isso, existem ministérios que trabalham nessas áreas; fazer serviço de menores, serviço da mulheres, serviço com relação à prevenção [ao uso] de drogas, a família — há muito o que dizer aqui. E os Carabineros também lhes dão subsídios. Nós temos um estado de [inaudível] social, subsidiamos mediante um plano que se chama 24 horas, em que todos os menores que entram no sistema judicial através dos Carabineros, seja como infratores ou como pessoas com direitos vulnerabilizados, imediatamente, eles vão comunicar ao governo local. Colocamos todas as informações à disposição do governo local para que eles tomem parte e façam a intervenção que lhes cabe.

A prevenção situacional também se relaciona com a situação, com o meio, com a falta de segurança em certos bairros [*sectores*], com a presença de fatores que permitem que se cometam delitos. Vários projetos, como o redesenho de espaços e recintos públicos, o endurecimento [*del blanco*], não [inaudível] a pessoa que comete o delito de roubo de veículos, mas combater os lugares onde esse veículo vai parar. Ver os locais de desmanche, esse é um exemplo, desmanches, as feiras de venda de peças de veículos, a venda de partes de veículos. Aqui se insere a polícia com seu patrulhamento preventivo, e também há várias organizações vinculadas.

Em seguida, há uma etapa de controle, que já não é propriamente parte da polícia, mas sim [para] reforçar o que é a prevenção policial. Parte da prevenção situacional, mas que são todos esses programas, estratégias, técnicas em nível local que desempenhamos nesse território para prevenir a ocorrência do delito. Esse aqui nós fizemos em [inaudível], a integração com a comunidade, a forte integração com a comunidade.

Alguns indicadores de criminalidade. Eu creio que vocês já escutaram: o Chile é considerado um país seguro, mas, mesmo assim, o que pensa o cidadão não é isso. Os indicadores, que nos permitem ter alto

índice de investimento de países estrangeiros no Chile e na área de segurança, são as taxas de homicídio, a pesquisa de vitimização — é uma pesquisa pública —, e os delitos propriamente, a quantidade de delitos, a magnitude. No que diz respeito à criminalidade, segundo a última pesquisa, que dá os resultados do ano anterior, nós temos que a vitimização, ou seja, os lares que foram vítimas de delitos neste último ano, chegaram a 27%; de cada 10 lares, três foram vítimas de um delito, qualquer um daqueles que fazem parte da pesquisa. É bastante baixo, mas quando nós fizemos essa pesquisa, em 2003, nós tínhamos vitimização de 40% e mais. A queda, vemos a curva, observamos que, desde o ano de 2013, vem subindo levemente a vitimização; é baixa, mas também é preocupante porque, ano a ano, nos últimos quatro anos, temos visto uma alta.

O que nos diz a percepção de aumento da delinquência? 85% dos entrevistados, dos domicílios pesquisados, acreditam que a delinquência aumentou. Quer dizer, 85%, quase nove em cada dez acham que a delinquência aumentou. Por outro lado, a percepção do medo — a percepção do medo é aquela em que eu penso que serei ou tenho medo de ser vítima de um delito — está por volta de 40%. Então existem comportamentos [inaudível] ou diferentes entre o que acontece, a cifra estatística, e a percepção que têm as pessoas. Este é um fenômeno mundial [que], nos últimos 15 anos, se tem percebido em muitos países.

Outra informação: a cifra negra, a não denúncia, entre entrevistados, chega a 60%. É uma alta cifra de não denúncia. No entanto, eu vou explicar como se comportam os delitos no Chile e vocês vão compreender por que essa não denúncia tem um valor tão alto. Existem delitos em que a não denúncia é baixíssima, quase chegando a zero, como são, por exemplo, os homicídios, como são os roubos de veículos, que são os delitos mais denunciados.

Com relação à taxa de homicídio — aqui vai parecer a vocês como se fosse uma caricatura porque, depois de 60 mil, que é o que vocês registraram no ano passado, em 2016: Chile se encontra em último lugar (no slide) com 3,6 vítimas de homicídio a cada 100 mil habitantes. Uma taxa baixíssima. Mas olhem uma segunda vez. Por exemplo, ano passado tivemos 600 vítimas, que é baixíssimo, com características que não evidenciam um problema de sociedade, de violência, de uso extremo de armas. Não, são fatores circunstanciais, da discussão de momento, da presença importante do álcool e a pessoa. Então temos pouca participação, como vítimas, de mulheres; são 5%. Em geral, são homens, são

maiores de idade. Quase a metade, tanto a vítima como o perpetrador têm antecedentes. Inclusive alguns têm antecedentes por tentativa de homicídio. Isso é muito relevante porque diz respeito aos sistemas, sobre o sistema penal também.

Temos 34% de eficácia na detenção. Como eu comentava, uma grande quantidade é [pessoa] conhecida dos participantes. Alta presença do álcool. E 45% [dos homicídios] com uso de arma de fogo. Este ponto não importa tanto para nós, que 45%, o meio mais empregado é a arma de fogo, na média. E por que não importa? Porque há 10 anos, a maior quantidade de uso de arma era a arma branca. Agora começou a utilizar [a] arma de fogo como principal meio.

A taxa de homicídio, como nós vimos no slide anterior, na primeira, é de 3,4. A nossa projeção para o fim do ano nos dá que poderemos chegar a 3,7, e nos últimos três anos, a taxa de homicídio foi aumentando 0,2, 0,4, 0,6 pontos percentuais. Então se observa que são volumes muito baixos de casos. No entanto, existe uma evidência de pequenos aumentos, sustentados ao longo do tempo, que nesse momento nos preocupa. Com relação aos delitos no país, os Carabineros registraram 1,6 milhão de eventos, entre delitos e infrações, dos quais 30% são delitos de maior conotação. E a que me refiro por maior conotação? Que têm maior gravidade. Ou [inaudível] ou o bem jurídico afetado é a vida ou a propriedade. Estão todos os delitos violentos contra as pessoas, o roubo de veículo, o roubo da casa.

As taxas por delito são cerca de três mil delitos por quase mil habitantes, que também é uma quantidade baixa, mas, principalmente, os delitos são principalmente contra a propriedade. Não são delitos violentos contra as pessoas, o roubo, a intimidação, a força usada contra a pessoa, mas sim roubos de veículos, de casas ou furto no supermercado. Cerca de 44% dos delitos são furtos. Aqui também se chama furto, não? Furtos a supermercados e lesões, a agressão com resultados de lesão que não a morte, claro. Depois, 36% são roubos com o uso da força, das coisas, da propriedade e de veículos. E apenas 18% são roubos violentos contra as pessoas, e o nível baixo disso salienta a violência como meio empregado também no delito. Os delitos também tiveram queda no último ano, o que também não têm relação com a percepção de aumento da delinquência.

Visto tudo isso, segundo a última pesquisa no Chile, a principal demanda social no Chile é a delinquência, é a segurança. Hoje em dia

estamos em véspera de eleições presidenciais e em todos os programas de governo. A maior parte dos programas está relacionada à delinquência, com acabar com a delinquência, acabar com a porta giratória, colocar mais policiais nas ruas, encher as cidades de câmeras etc.

Passando a outro tema. O que é Carabineros de Chile? Carabineros de Chile é uma instituição que tem 90 anos. Nos formamos no ano de 1927 e vimos de um regimento de cavalaria que tem uma história muito similar à do esquadrão de cavalaria [de São Paulo] — que visitei outro dia e que é muito bonito. Partimos de uma mesma forma. Reconhecida pela instituição política como uma instituição policial profissional e de caráter militar, cuja missão é dar eficácia à lei, fazer garantir a lei, que se cumpra a lei, garantir a segurança pública e também garantir a ordem pública, evitar a desordem, restituir o ordenamento. Para esse cumprimento, Carabineros têm diferentes papéis institucionais, como o papel preventivo, de prevenção; de ordem pública, através de suas forças especiais; o papel investigativo, com 13% de nossa dotação vinculada à área investigativa; papel de comodidade pública, de ajudar as pessoas, a informação. No inconsciente coletivo do cidadão está que, diante de qualquer emergência ou dúvida, se liga para 133, que é [o número dos] Carabineros. Então não podemos deixar que essas pessoas que têm dúvidas [fiquem] sem solução. A integração nacional, um dos principais eixos operativos, é contar com pessoal em todo o território nacional. São milhares de quilômetros de fronteiras que temos com três países e em toda a fronteira temos pessoal empregado fazendo soberania. Um papel de solidariedade social, em todas as emergências, em todos os eventos catastróficos que há no país, que no Chile são muitos, muitos. Temos a maior estatística de terremotos do mundo, milhares de incêndios florestais, milhares de hectares; também enchentes, inundações. Em cada uma dessas tragédias, Carabineros estão sempre lá, e a população valoriza muito essa atuação. E o papel educativo, de educar: se previne também educando.

É muito menor do que a de vocês, claro. Nós temos um efetivo de 52 mil pessoas: 4.500 são oficiais; 5.000 são civis, que perfazem uma dotação de 58 mil Carabineros; um quarto, 25%, são 11 mil mulheres — que fala também da inclusão das mulheres nos Carabineros, não somente em número, mas também na diversidade de funções que elas realizam. A estratégia corporativa da instituição é a excelência operacional, é fazer um serviço de boa qualidade. Por outro lado, a principal

estratégia operativa é o plano quadrante de segurança preventiva, o emprego de unidades fronteiriças e rurais e os serviços especializados que apoiam o trabalho preventivo.

O modelo de polícia dos Carabineros é um modelo de polícia integral. Baseado em um modelo próximo da comunidade, de orientar a comunidade, também baseado na solução de problemas, e fortemente nos últimos seis anos, baseado na inteligência, no sentido do uso da informação, dos sistemas integrados que nos permitam fazer análise dos delitos.

A estratégia operativa, o plano quadrante de segurança preventiva; desde 1998, que começaram os primeiros planos-pilotos. Seu objetivo é ajudar a diminuir a vitimização e a percepção do medo. Se baseiam em uma polícia comunitária, de uma setorização do terreno. O terreno é dividido em áreas denominadas quadrantes. Há uma metodologia para determinar a demanda policial. Qual é a demanda policial? O que demandam de mim, um policial na rua? Os eventos policiais, os delitos ocorridos, as ordens judiciais que eu tenho que cumprir, a quantidade de negócios, estabelecimentos comerciais que existem no território e que tenho que fiscalizar, a quantidade de serviços extraordinários em que tenho em um território — tudo isso demanda um número, uma quantidade e, com base, nisso há uma quantificação de oferta. Um veículo com dois policiais tem uma unidade de medida. Uma moto tem uma unidade de medida; um policial com um cachorro tem uma unidade de medida. A essa demanda, se oferta pessoal a essa unidade e se oferta o serviço diário. [O plano] tem uma cobertura de 88% do país, que são principalmente as zonas urbanas. Nas rurais, estamos traçando um plano quadrante rural nesse momento. E o que implica essa metodologia? Como contava a vocês, a determinação da demanda e oferta, a setorização do território em quadrantes... Não é apenas pegar um mapa e dividir em quadrados, é dividi-lo em quadrados que tenham características especiais que façam dela um quadrante. Podem haver setores que têm poucos quadrantes e outros muitos quadrantes, de acordo com a demanda.

Há uma operacionalização por meio da supervisão e do controle como medidas importantes. Tecnologia e equipamentos, sistemas de informação e a interação entre elas. O trabalho com a comunidade: existem cargos especializados em cada unidade ou delegacia [*comisaría*]. Há cargos que são especializados e que estão fixos, sempre. Há um encarregado da violência intrafamiliar, um encarregado das ordens

judiciais, um encarregado do microtráfico de drogas, um encarregado do escritório comunitário e há encarregados de quadrantes.

Também se presta contas à comunidade anualmente e há um modelo de avaliação. Qual é o modelo de avaliação? Um modelo de avaliação de indicadores: de recursos, de processos, de produtos, de resultados e de impacto. É muito importante o indicador de impacto, onde temos a vitimização e o medo, porque não são indicadores de resultados nossos. E é aí onde nós devemos levar em conta que os resultados de uma polícia podem ter ou não resultados nesses indicadores de impacto. Não sei se vocês estão entendendo: por mais ações que a polícia [execute], não necessariamente vai diminuir a vitimização ou percepção do medo. Isso está claro.

A título de exemplo de como operacionalizamos o território: esse aqui [no slide] é uma parte da cidade de Santiago com prefeituras, setores divididos em prefeituras a cargo de um coronel. Esse coronel tem em seu setor, por exemplo. Há duas prefeituras, central e norte, e uma série de delegacias dependentes. Então, por exemplo, as prefeituras central sul e norte vão ter uma série de unidades empregadas. Se vamos a uma delegacia, a quarta delegacia de Santiago, que está no setor central, essa unidade tem quatro quadrantes. Há outras unidades que tem seis, oito quadrantes... Vai depender da demanda que tem. Vai estar a cargo de um major, como eu. E cada quadrante — isso para além do pessoal que sai em serviço — tem um delegado de quadrante. Esse delegado de quadrante é fixo.

Além disso, há um encarregado do escritório de integração comunitária, que vai ser um suboficial com determinado perfil, encarregado de se articular com os delegados de quadrantes. Essa pessoa encarregada, por sua vez, prestará conta ao delegado [*comisario*] das ações que são feitas. Cada um deles conta com um telefone celular do trabalho, que é o número direto para fazer pedidos ou informações que deseja entregar a comunidade. Então, no quadrante 13, vai existir um delegado com seu número de telefone vinculado com serviços que estão na rua. As emergências podem entrar pelo número 133, que para vocês é 190, mas lá entra pelo 133 e o número de telefone da delegacia do setor e do delegado do quadrante. Então, dependendo do nível de informação que eu quero entregar e da gravidade dela, eu posso utilizar um desses números.

Sistemas e análises criminais — muito rapidamente —, se passou de um sistema de faro policial, que era quando se enviava pessoal para

o serviço e os empregava segundo a intuição do policial. Hoje em dia, temos sistemas de informação que permitem, diante da estatística, saber quais são os delitos que mais afetam um território até o nível do quadrante, e levá-los ao terreno para saber onde estão distribuídos os delitos, ver quais são as condições, se há fatores de risco no território. Claro, entregar informações em relação ao perfil dos delinquentes, ao perfil ou tipo de vítimas, aos veículos mais roubados etc., para possibilitar melhores resultados, a apreensão de armas, de drogas etc. O importante disso é empregar o Carabiniero, o policial informado no serviço. É importantíssimo empregar o funcionário com missões específicas: onde deve patrulhar, em que horário deve patrulhar, a que tipo de pessoas deve fiscalizar, quais são os modelos de veículos mais roubados, quais são as pessoas que têm ordens [judiciais] pendentes e que vivem nesse setor, e uma série de informações com as quais deve contar cada policial.

Sistema de informação — muito rapidamente. Há um sem-número de indicadores de gestão policial. O mais importante é a taxa de detenção ou a eficácia policial, em outras palavras, em quantos incidentes sou capaz de deter no momento; quais são meus tempos de resposta desde que a pessoa liga por uma emergência e o policial chega no local; das ordens de prisão, a quantas eu dou resultado positivo e consegui capturar a pessoa. Em quarto, o índice de cobertura que tenho com o meu pessoal porque eu, major, posso ter 500 Carabineros sob minha responsabilidade, mas devo cumprir com um padrão de cobertura de área. Não posso ter Carabineros no interior do quartel fazendo missões administrativas de forma predominante. Não, eles têm que estar nos horários e nos serviços e devem estar na rua. Para isso [serviços administrativos], foram contratados uma série de profissionais civis para substituir o policial que está no quartel e liberá-lo para o serviço na rua.

Há um plano nacional de operações que também é medido com base em quatro eixos: a acusação criminal, o controle e fiscalização, a prevenção e a gestão comunitária. É importante, gestão comunitária; em outras palavras, quantas reuniões eu tenho com as unidades vicinais do quadrante. Também o tema das comunicações; certas chefias, quantos programas de rádio ou entrevistas entregam para os meios de comunicação. A ideia é chegar para a população o máximo possível. Controle e fiscalização: aqui se refere não somente a realizar um grande volume de controles, mas dos controles que são realizados, de quantos tenho resultados positivos.

Um sistema de medição de qualidade de serviços: lembrem-se que nossa estratégia corporativa é um bom serviço, um serviço de qualidade. Então, se está medindo por telefone as vítimas dos delitos, dentro das 48 horas depois da denúncia, se liga para a pessoa e se faz uma pesquisa. Além disso, há um serviço de cliente oculto, em que se vai à unidade, a uma delegacia no papel de afetado, e se senta na delegacia e espera atendimento. Nós vamos vendo o tempo de espera, como atende o Carabinero, se ele soluciona meu problema; depois a pessoa dá o resultado do atendimento.

Instâncias de participação cidadã. Este era o tema, não [risos]? O modelo de integração Carabineros-comunidade, que já mencionei, é como se relaciona o Carabinero com a população. E para isso mencionei que há um encarregado de integração comunitária com seus delegados de quadrantes. Eles têm a obrigação de se reunir com as juntas de vizinhança ou com as unidades funcionais do território. Mensalmente ou trimestralmente, pede-se a eles a conta de cada reunião, quais são as suas inquietações e se solucionaram os problemas. Essa informação é entregue para o comando da unidade, ao escritório de operações ou àquela que planeja os serviços, para que os serviços também tenham uma relação com os pedidos que a população faz. Lembremos que há muitas pessoas que não se atrevem a denunciar formalmente, mas o fazem por esses canais que são mais informais.

A informação do plano quadrante. Se vocês entrarem no site dos Carabineros, no banner “*Plan Cuadrante – Seguridad Preventiva*”, estão disponíveis informações de cada delegacia do país, com o major que está a cargo, seu nome, o telefone da unidade, e se disponibiliza outras informações: recomendações para os delitos que são mais recorrentes nessas comunidades; a estatística criminal, de forma mensal, é liberada no sistema; e se disponibiliza [a] informação do delegado do quadrante, com o telefone para que liguem para ele em caso de alguma demanda e, claro, qual é o quadrante pelo qual é responsável. Há uma conta pública anual, que é agora no mês de novembro, em que o chefe da unidade presta contas da gestão que faz na unidade, e são convidados todos os encarregados das juntas de vizinhança de seu território. É lógico que também vai o prefeito [*alcalde*], vereadores [*consejales*] do setor. Então é entregue informação relacionada à visão da segurança, se entrega a descrição da unidade. O que é a unidade? Com quanto pessoal ela conta? Quantos veículos ela tem? Quais são os resultados da gestão em relação

às detenções, quadrilhas desbaratadas, veículos roubados e recuperados? E se entregam indicações em relação a medidas de autocuidado, para que adotem medidas nesse sentido. E, para terminar esse momento, se faz um diálogo onde os delegados se apresentam diretamente às pessoas para lembrar quem são os encarregados de cada setor.

E já estou finalizando, daqui a pouco. Há uma instância de conselhos comunais de segurança. Esse ano, em dezembro de 2016, foi aprovada por lei, uma instância de conselhos comunais de segurança. É sumamente relevante porque, por lei, se obriga que mensalmente deva haver uma reunião com determinados atores sobre segurança. Então, em cada uma dessas comunidades, há uma reunião, de forma mensal, em que são recebidos pelo prefeito e tem determinados convidados: representantes de Carabineros, da polícia civil, da comunidade, do serviço de menores do setor, o serviço de aduanas, em setores fronteiriços; todos eles trabalham com base em um plano comunal de segurança, no qual são estabelecidas as metas, compromissos, reunião após reunião, para abordar o tema da segurança. Há um sistema, claro, de medição dos compromissos para saber quais são as instituições que estão indo às reuniões, e sobre isso, se presta contas trimestralmente na subsecretaria de prevenção de delitos que vêm do Ministério do Interior, e isso é muito importante.

[O] modelo de gestão policial comunal também [está] liberado no site dos Carabineros. São divulgados os fatores de riscos que existem no território, e vocês vão dizer: “Que participação do cidadão há aqui?”. Há muita porque, se vocês buscam sua casa no sistema, que é aberto, e veem que perto do seu domicílio existem lugares de [descarte de] entulho ou um local sem iluminação onde há perigo de delitos, o mais provável é que vocês peguem seus telefones e liguem para o município. Caso não haja solução, você vai ligar novamente, vai mandar um e-mail e o prefeito vai ter tantas queixas que ele vai ter que fazer alguma coisa no curto prazo a respeito desse fator de risco. Então, a participação do cidadão é muito importante como monitor, como guia, como visualizador de seus problemas e da solução desses problemas. Isso é extremamente importante.

Então, se pesquisa o domicílio, se vê os fatores que há no setor, que tipos de fatores, e se levanta uma ficha. E a essas mesmas informações, têm acesso os delegados de quadrantes. Cada delegado de quadrante, à medida em que vai vendo em seu patrulhamento esse tipo de fatores, recolhe [informações] através de uma foto, de uma ficha e a coloca no sistema. Vários fatores que podem estar facilitando o delito. Também

tem informações sobre delitos específicos, se estão aumentando ou diminuindo, desde o nível das prefeituras até o âmbito de cada um dos quadrantes, em que também o cidadão pode ver se há algum tipo de delito que está aumentando.

Para terminar, algumas frases importantes: a segurança é tarefa de todos. A segurança é tarefa de todos. Há múltiplos atores que estão vinculados à segurança. Segundo, e que se relaciona com isso — e não fui eu que criei, foi criado por um autor internacional sobre o tema da delinquência, baseado em um discurso de Winston Churchill, em que disse que —: cada país tem o governo que merece. Nesse caso, cada país tem o nível de delinquência que merece. Parece forte, mas aqui referimos que a delinquência que tem cada país está relacionada com as decisões que tomamos, a partir do momento em que somos cidadãos e votamos em nossos governantes e também nas políticas cidadãs de cada governante e cada ator que tem ingerência no tema da delinquência.

Outra frase: grandes planos e programas trazem resultados no longo prazo. Impossível que daqui a quatro anos tenhamos resultados de queda abismais da delinquência. Não, ninguém conseguiu fazê-lo. Nenhum país do mundo. Sempre é possível melhorar, sempre é possível melhorar. E outra coisa muito importante, sobre a qual falava com Bruno, é a inovação. A inovação é transcendental. O policial deve patrulhar informado. Não adianta nada colocar um policial sem informação na rua, que vai ficar parado em uma esquina e não vai fazer nada em suas horas de patrulhamento. Se ele não é posto [nas ruas] informado, se não é posto com missões, se não é posto com instruções precisas, o que vai acontecer é que o policial não vai fazer nada, porque está cansado. Há um princípio físico, da lei do ímã, como eu digo, que quando dois ou três policiais não tem nada o que fazer e ficam aborrecidos, este ímã os gruda. Então, em um momento, há três, quatro, cinco policiais conversando em uma esquina. A população observa e fica com uma má impressão. A lei do ímã.

Se não quantificamos, não sabemos se estamos bem ou mal. Lamentavelmente. O que não se mede não se pode gerir. Não é possível gerenciar aquilo que você não mede. Isso vem da formação acadêmica que tenho, de engenheiro: o que não se mede não existe. É uma saudação à [inaudível]. O que não se mede não existe.

Estes são os meus dados [no slide]. Agradeço pela atenção. Aí está meu endereço de e-mail. Se alguém, algum dia, tiver algum pedido,

alguma consulta em que eu humildemente possa ajudar, não hesitem em entrar em contato comigo. Muito obrigado.

— Daniela Florenzano —

Boa tarde. Bom, primeiro, queria agradecer inicialmente o convite do Instituto Sou da Paz e da Polícia Militar para participar desse evento. É o meu primeiro representando a rádio e, quando eu fui convidada para falar sobre segurança, eu fiquei pensando sobre o que eu poderia colaborar, sendo que eu trabalho numa rádio que basicamente fala sobre trânsito. E depois de muito pensar, cheguei à conclusão de que a gente não fala só sobre trânsito, a gente fala também sobre criminalidade, porque quem está no trânsito frequentemente observa cenas de criminalidade na cidade e nos relata isso, inclusive. E também porque essas pessoas são presas fáceis no trânsito; elas estão presas frequentemente em congestionamentos e, muitas vezes, elas são vítimas também da criminalidade. Eu mesma já fui. Já sofri um sequestro relâmpago ao estacionar o carro. Ao mesmo tempo, o trânsito também cria olhares mais atentos. As pessoas começam, paradas no trânsito, a observar melhor o que tá acontecendo ao redor, então elas podem ter informações muito valiosas para dividir.

Eu queria contar só um pouquinho antes sobre como se deu como é a história da rádio, como se dá essa participação dos nossos ouvintes e um pouquinho da nossa história também. A rádio surgiu em 2007, na época nós nos chamávamos SulAmérica Trânsito — hoje nós somos Rádio Trânsito Caçula de Pneus, temos um outro patrocinador. Na época foi um projeto pioneiro; não existia nenhuma rádio que falava só sobre trânsito. Existiam outras emissoras que traziam notícias sobre trânsito também, mas não tinha nenhuma rádio focada só nisso. No começo tivemos dúvida se iríamos conseguir sustentar uma programação 24 horas sobre um único assunto, que é trânsito. Mas depois a gente percebeu que os nossos assuntos variam muito: a gente fala sobre trânsito, mas fala sobre mobilidade de uma forma mais ampla; fala sobre criminalidade; fala sobre problemas na cidade. Então a gente tem bastante assunto para falar, e estamos aí há 10 anos já, falando sobre isso.

Nós começamos com um canal de comunicação quando nós inauguramos a rádio, que foi basicamente no telefone. A rádio, ela já

participou de várias coberturas, já ajudou pessoas a escapar de enchentes. Nós já ajudamos grávidas a chegar no hospital, já ajudamos pessoas encontrarem o animal de estimação que tava perdido na rua, a resolver problemas da cidade, buracos, já participamos de várias coberturas. Já falamos de muitas coisas boas, mas também muitas coisas ruins e, em todas essas situações, havia sempre algo em comum, que era a participação dos ouvintes. Sempre foi algo muito marcante. Em outras emissoras, essa participação existe, mas ela não é tão intensa. As pessoas mandam vez ou outra alguma opinião, mas nem sempre, por causa da demanda de notícias de outras rádios; é possível veicular a opinião dessas pessoas ou as mensagens delas. Na nossa rádio, a gente dá mais espaço para que as pessoas possam participar.

No começo, a gente tinha uma linha fixa e as pessoas ligavam e era assim: a gente atendia o telefone, a pessoa fala algo; às vezes ela entrava no ar com a informação, às vezes não. E era assim que a gente recebia as demandas. Depois, a gente teve o e-mail, aí começamos a receber informações por e-mail; depois veio SMS; aí veio portal de voz: as pessoas passaram a gravar mensagens. Então a gente aboliu quase que totalmente a participação ao vivo e passou a veicular mensagens gravadas, que eram mais curtas e mais objetivas, então deu um pouco mais agilidade pra programação.

Hoje, a gente, bom, fomos percorrendo um longo caminho nessa comunicação. Em 2007, pra se ter uma ideia, eu era repórter na época. Não existia Waze, GPS... Não tinha nenhum celular, na verdade, com acesso à internet banda larga, Isso não existia. A gente saía para a rua com um Guia Quatro Rodas e, se a gente precisasse de saber o caminho, a gente parava e consultava aquele guia de várias páginas. A gente foi evoluindo conforme as tecnologias foram chegando e aprendendo a lidar um pouco com elas também, então hoje a gente tem mais de 10 mil mensagens por dia pelo WhatsApp; foi a nossa grande revolução na maneira de se comunicar.

A gente tá nas redes sociais; estamos no Instagram, estamos no Twitter, no Facebook; temos como parceiro o Waze e também usamos outros monitoramentos, outros mapeamentos. Então, são muitas informações, de fato, para lidar ao mesmo tempo. Isso revolucionou a maneira como a gente passou a enxergar a participação das pessoas; os ouvintes foram ganhando cada vez mais importância a ponto de, hoje, a gente ter basicamente dois pilares na nossa programação: mapas de

monitoramento, por conta deles que nós conseguimos ver o que acontece na cidade (o trânsito), e a participação de ouvintes. Hoje a gente não tem mais repórteres circulando na cidade e basicamente as informações que a gente recebe de trânsito são ou de mapas de monitoramento ou da participação das pessoas. Então, de fato, as pessoas ganharam [um] protagonismo muito grande na nossa programação e na maneira como a gente interage também com a cidade, depois de todas essas tecnologias. Bom, isso foi um resumo de como a gente lida com isso na rádio.

Como é que funciona o WhatsApp hoje para nós? A gente recebe 10 mil mensagens por dia. A gente não consegue ouvir todas essas mensagens, não consegue lidar com todas essas informações. A gente tem que filtrar também essas informações. Chegam, às vezes, mensagens de áudio que não tem áudio, pessoas que ainda erram o nosso nome — nos chamam por outro nome —, pessoas que trazem alguma outra informação que não é relevante. Então tem uma pessoa que filtra essas mensagens. A gente ouve todas as mensagens que a gente consegue ouvir e separa as que vão pro ar. A gente não dá conta — muito longe disso —, de conseguir ouvir todas as mensagens que a gente recebe. O ideal seria se a gente tivesse uma equipe enorme, [com] várias pessoas podendo ouvir todas essas mensagens, podendo responder a todas essas pessoas. A gente ainda lida com essa dificuldade de poucas pessoas para fazer esse tipo de serviço.

Fazendo um paralelo agora com o tema, que é a participação da população e como isso pode ajudar a reduzir a criminalidade, que é o foco aqui, dessa palestra. O que eu percebo é que eu acho [que] também há dois pilares que dificultam ou que precisam ser trabalhados pra que a gente consiga trazer a população pra participar um pouco mais da área de segurança na cidade: eu acho que há um problema burocrático e há um problema de confiança, basicamente. Por que há uma burocracia? Muitas vezes os ouvintes nos procuram para relatar algum crime. [Se] tem algum arrastão acontecendo [ou se] viram algum assalto em algum lugar, eles mandam mensagens para gente, pedindo que a gente procure a polícia. Mas por que eles não procuram a polícia e procuram a gente pra isso? Porque é difícil. Eles entendem que é difícil registrar uma queixa. É burocrático. Muitas vezes você tem que ligar, ficar muitos minutos numa ligação; às vezes fornecer um detalhamento — tem que dar exatamente qual é a via, exatamente o numeral — e muitas vezes ele não tem essa informação. Ele tem uma referência “é na Avenida tal na

altura do shopping alguma coisa”, mas isso não serve para registrar uma queixa. Então eles acabam emperrando nessa dificuldade burocrática e nos procuram porque é uma forma mais ágil de denunciar qualquer informação. Então a burocracia, em alguns momentos, eu entendo que dificulta. As pessoas não se sentem compelidas a denunciar, a participar, a se envolver. E acaba que a gente faz esse papel também. A gente muitas vezes, e vou dizer, a gente também tem dificuldade para fazer, para protocolar denúncias ou para pedir o posicionamento da polícia, porque é burocrático de fato. E é claro que tem que seguir algumas regras burocráticas, mas dá para trabalhar talvez um pouquinho melhor essa questão.

E outra questão é a confiança. Acho que aí nesse caso há uma falha de ambos os lados: das pessoas que não confiam — ou não confiam na polícia ou não confiam que algo vai ser feito com aquela informação —, então acham que não vale a pena procurar a polícia para denunciar porque nada vai ser feito. E há um problema de confiança do outro lado, em acreditar nessas informações. Recentemente, teve um caso emblemático que envolve a própria CET [Companhia de Engenharia de Tráfego] e a prefeitura. A prefeitura pediu pra que as pessoas divulgassem os semáforos quebrados da cidade, pra que ligassem no 1188 e divulgassem pra que pudessem resolver os problemas dos semáforos da cidade. Depois de um tempo, com os problemas persistindo, foram questionados de o que tava acontecendo? As pessoas não tão divulgando. O que tá acontecendo? E a prefeitura disse que agora eles precisam checar se aquele semáforo está de fato com problema porque havia muitos trotes. As pessoas ligavam falando de um semáforo quebrado que na verdade não tava quebrado. Me causa muita estranheza alguém perder tempo da sua vida para denunciar um semáforo que não está quebrado. Então aí fica claro que há uma falta de confiança também do poder público em acreditar na informação que aquela pessoa tá passando. Tem que filtrar isso? Lógico que tem. A gente recebe muitas mensagens de ouvintes às vezes falando sobre coisas que eles têm convicção de que estão erradas e não tão. Falta informação. Às vezes eles enxergam uma coisa, mas não é exatamente aquilo que aconteceu. É necessário filtrar, mas a gente tem uma premissa na rádio de que o ouvinte está sempre certo. A gente nunca duvidou de nenhuma informação e a gente veicula na hora. Avenida dos Bandeirantes está parada? Tá parada. Teve um acidente em algum lugar? A gente divulga que teve um acidente naquele lugar, porque o ouvinte

está nos dizendo que teve. Então, se ele tá dizendo que teve é porque de fato teve. Foi uma relação que foi construída ao longo desses dez anos, de confiança, e a gente entender que a gente conseguia acreditar naquelas informações. O tempo nos mostrou que a gente podia acreditar naquelas informações porque quase todas elas eram de fato corretas. E no nosso discurso a gente também sempre deixou muito claro pro ouvinte de que ele podia confiar em nós. Então a gente estabeleceu uma relação de confiança que perdura até hoje. Os ouvintes nos mandam mensagens, a gente veicula essas mensagens, eles confiam que a gente tá tentando fazer alguma coisa com aquele problema que ele tem e a gente confia que ele vai sempre nos passar uma informação verdadeira. Então acho que dá para trabalhar esse lado, de trabalhar a confiança da polícia na população e da população com as instituições também.

Eu finalizo trazendo uma vivência, que aí não tem a ver com a rádio, tem a ver com a minha participação pessoal: eu faço parte de um grupo no Facebook. É um grupo de dicas do meu bairro. É um grupo que foi criado inicialmente para trazer dicas de restaurantes, lugares legais para sair e coisas triviais do bairro, mas, com o tempo, as pessoas começaram a usar esse grupo pra denunciar crimes, pra denunciar assaltos no bairro, pra denunciar violência. Inclusive, teve uma enquete recentemente no grupo, das moderadoras, se eles deveriam continuar permitindo que as pessoas postassem denúncias de crimes ali, se aquele seria um espaço para isso porque a página começou a ficar dominada por esse tipo de postagem; 90% das pessoas votaram que sim, que isso trazia mais segurança para elas, ficavam sabendo onde havia crimes, [para] evitar passar por aqueles lugares. Uma das pessoas do grupo faz parte do Conselho de Segurança do bairro. Em vários momentos quando as pessoas postavam denúncias de crimes, ela e outras pessoas que faziam parte do conselho do bairro tentavam tirar um pouco da legitimidade daquela denúncia. “Mas será que isso tá acontecendo mesmo?”, “Vocês tão querendo diminuir o bairro, dizer que ele tá ficando violento”, “Vocês deveriam participar de uma reunião do conselho”, “Denunciar no Facebook não adianta nada. Vocês têm que ir até uma reunião do conselho para denunciar”, “Vocês ficam sentados em casa denunciando nas redes sociais. Isso não adianta nada”.

E aí eu fiquei pensando sobre: por que não o caminho inverso? As pessoas precisam ir até a reunião do conselho? Elas têm essa disponibilidade? Elas vão fazer isso? Num mundo que a gente vive hoje, tão

corrido, em que as pessoas não têm tempo pra absolutamente nada e que as tecnologias estão aí pra fazer com que a gente tenha mais dinâmica na nossa vida, por que é que a polícia não se faz presente nesses ambientes, no Facebook, no Twitter, no WhatsApp. E a polícia tem a sua página no Facebook, ela tem a sua página no Twitter, mas tentar aproximar um pouco mais as pessoas, eu acho. Algum grupo de WhatsApp de serviço pra denunciar. Existe um grupo, hoje, de WhatsApp, do Corpo de Bombeiros que atende a imprensa. Existe um grupo de WhatsApp da CETESB [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo], da Polícia Rodoviária Federal, que funcionam de uma forma muito mais ágil. Se não me engano, no Rio de Janeiro, eles criaram ou queriam criar um grupo de WhatsApp especificamente para denúncias envolvendo segurança pública. São canais que podem ser melhor explorados.

Eu visitei a página da Polícia Militar esses dias, até porque iria vir aqui e, é uma crítica construtiva apenas, mas... E a gente também tenta trabalhar isso no Facebook da rádio, porque a gente fala sobre assuntos difíceis, lida com assuntos difíceis: a Polícia Militar [lida] com crimes; a gente lida com trânsito. Não são assuntos fáceis de lidar. Mas acho que a gente pode tentar tratar isso com uma medida de leveza e seriedade ao mesmo tempo. Às vezes, eu sinto que os textos na página do Facebook da Polícia Militar, por exemplo, são muito técnicos, são muito longos. As pessoas não chegam nem até a terceira linha. E a gente aprendeu com postagens na própria página da rádio que não funcionam; as pessoas não interagem, elas não se interessam. Então, acho que é um desafio pra todos nós, pra nós também. A gente não dominou ainda as maneiras de interagir nas redes sociais. A gente ainda tá aprendendo muita coisa, mas eu acho que o caminho para [que] as pessoas participem mais ativamente e ajudem na segurança pública é aproximá-las, é trazê-las mais para perto com uma linguagem diferente, com meios de comunicação diferentes e mais ágeis. Eu acho que as pessoas vão sentir um canal aberto. No fundo, elas querem falar dos problemas, mas elas também querem saber se houve uma solução praquilo. Então são apenas divagações para se pensar sobre como a gente pode melhorar essa interação. A gente tá há dez anos fazendo isso com os ouvintes, mas a gente também não domina essa arte ainda totalmente, mas acho que são caminhos: usar melhor as redes sociais e as tecnologias de uma forma menos institucional, um pouco mais próxima, mesmo, da vida das pessoas. É isso. Obrigada.

— *Cel PM Temístocles Telmo Ferreira Araújo* —

Deixa eu marcar meu tempo aqui, né, Carolina, porque senão ela vai me dizer que eu tenho 25 minutos só, mas acho que é o suficiente. Bom, uma boa tarde. Eu quero primeiramente falar da minha satisfação de compor uma mesa de trabalho com a Carolina. Tivemos a oportunidade de fazer isso no CSP [Centro de Segurança Policial]. Comentávamos ali rapidamente. Foi um debate muito rico. [Ao] Bruno, aí [à] toda equipe do Sou da Paz, obrigado pelo convite. À Academia do Barro Branco, [ao] nosso Coronel Felletto, Caparroz, que lembrou da gente. [Ao] meu amigo de turma, Coronel Mills, obrigado. À jornalista aqui, Daniela, [que] fez uma provocação. Deu até vontade de mudar o nosso tema e entrar nesse debate, que é um debate bastante caro para nós, mas valeu, Daniela. Você puxou a orelha num assunto que, se a gente tiver oportunidade, a gente troca ideia a respeito disso. [Ao] nosso eterno Comandante Geral, Coronel Feliciano, pai do meu amigo de turma, irmão, Coronel Celso, Chefe do CIAF [Centro Integrado de Apoio Financeiro]. Ao Capitão Francisco, Capitão Gonzaga, Capitão Júlio, na pessoa de vocês, alunos Oficiais, 30 dias para acabar o CAO [Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais], obrigado. Ao aluno-oficial Maroto, ao Luan, que trabalharam com a gente lá na região do ABC, obrigado pela acolhida. E não poderia deixar de cumprimentar aqui o meu amigo, meu oficial P3, Capitão Magnani, na pessoa do qual cumprimento todos os oficiais aqui presentes. Major Fernando Gomes Rojas — já o cumprimentei —, obrigado pelas suas palavras. E fiquei muito feliz porque, quando a gente pesquisa polícia comunitária, o assunto, ele é universal. Ou quando a gente trabalha com algo aqui no Brasil, a gente observa que temos o Chile como uma referência, então isso é muito importante, porque também segue um padrão internacional.

Eu fiz uma apresentação e eu espero poder transmitir para vocês um pouco dessa experiência que foi a gente trabalhar ali com o Vizinhança Solidária e aí depois, se nós não conseguirmos concluí-la no tempo que [nos] foi proposto, o nosso e-mail está aí e essa palestra está à disposição para vocês. Eu vou pedir a gentileza de usar o microfone sem fio. Eu não consigo ficar atrás do púlpito. É mania de professor, de ficar andando para lá e para cá. Então vou pedir a gentileza de usar o teu microfone, Carolina. Obrigado.

Bom, o Vizinhança Solidária... Eu insisto em sempre passar que o Vizinhança Solidária é uma ação de prevenção primária, é uma ferramenta. Não vai resolver o problema da polícia. O problema, até aqui colocado pela nossa jornalista, é muito mais complexo. Não é tão simples. Se fosse simples, nesses dois dias de debate, nós sairíamos daqui com a solução da criminalidade. Então, a Vizinhança Solidária ela veio como uma ferramenta, uma ferramenta de polícia comunitária. Um pouco dessa história eu vou falar diante do porquê que a gente idealizou isso, e não sou o pioneiro nessa questão. A sistematização, como é hoje, se iniciou lá em Santo André, quando eu comandava a 1ª Cia do 41º Batalhão, mas não sou pioneiro, não sou o pai do Vizinhança Solidária como alguns fazem: “Não, você é pai do Vizinhança Solidária” “Não, não sou o pai”. Isso aí eu apenas sistematizei, como todos nós gestores comandantes temos que fazer.

O nosso amigo do Chile encerrou com frases e eu pego o gancho e trago esta frase de Einstein: “Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”. Então, nós temos que nos inovar. É importante o puxão de orelha aqui da jornalista? Sim! Dá pra mudar da forma como, de repente, o ouvinte entende que deva ser mudado? Não. Mas eu preciso pelo menos ouvir e ter a certeza de que alguém não está gostando do meu serviço. Então como é que eu vou mudar? Eu tenho que mudar, preciso ouvir as pessoas. Então foi dessa forma que a gente idealizou o Vizinhança Solidária. Não dava para você fazer um cartão de prioridade de policiamento e esperar no final do mês vir um resultado que teu indicador criminal diminuiu ou não. Então nós trabalhamos com essa ferramenta desta forma. E nós não inventamos nada. Isso já estava escrito. Se você pegar essa coleção da EDUSP [Editora da Universidade de São Paulo], Polícia e Sociedade, você vai observar que, no mundo — e o Fernando bem colocou aqui no Chile —, trabalham com as quatro estratégias de policiamento: o policiamento tradicional, que é o nosso 190; o policiamento orientado para o problema, que nós vamos conversar um pouco mais sobre ele; o policiamento estratégico; e a polícia comunitária. São estratégias de policiamento.

Ou seja, a PM de São Paulo utiliza as quatro estratégias, todos os dias. Mas você precisa focar em estratégias, porque estratégia é aquele produto desejável, é aquilo que ninguém tem. Porque se você fizer as mesmas coisas, não vai te resultar em absolutamente nada. Veja a reinvenção da rádio. Não tinha nem Waze quando começou, então você

precisa fazer uma parceria. Quem é que vai ouvir dicas de trânsito se você tem Waze? Você tem que fazer uma parceria com o camarada, ou seja, estratégia é algo que é novo, é aquilo que é cobiçado, você chegar num lugar e falar assim: “Essa é a estratégia, sou eu que faço”. Então foi nesse sentido que nós começamos a trabalhar.

E o mundo moderno... E ficamos muito felizes em ser iniciado o trabalho de hoje com o Fernando, porque vocês observam que, no Chile, trabalha-se muito com isso, ou seja, o policiamento orientado para o problema e polícia comunitária; ambas estratégias caminham juntas. A nossa instituição — e veja que o pensamento sistêmico é o pensamento sistêmico da polícia do Chile, ela aponta isso muito bem. Olha lá [no slide]: polícia comunitária, gestão pela qualidade, Direitos Humanos, o nosso GESPOL [Sistema de Gestão da Polícia Militar] — que todos os oficiais alunos aqui do CAO tanto estudaram. A partir do momento que estudou para prova, não esqueçam mais: o GESPOL é o nosso livro de cabeceira ali na mesa. Nós temos que olhar para ele todos os dias. Quando a gente olha aqui, o GESPOL, ele traz ali, no topo do pensamento sistêmico, a polícia comunitária. Nada que [a] instituição fizer vai sair da filosofia da polícia comunitária. E bem abaixo da polícia comunitária, nós temos ali uma outra estratégia, que é o policiamento orientado para o problema e, no nosso pensamento sistêmico, isso é tido como a maneira eficaz de fazer policiamento, ou seja, o que é isso? Nada mais é do que você olhar o triângulo do crime. Pra que haja crime, você precisa ter um ambiente favorável, uma vítima em potencial e o infrator. Só que o infrator nós não conhecemos. Nós vamos atuar onde? No ambiente. Olha que ambiente maravilhoso esse da Rádio Caçula de Pneus: dez mil mensagens. São dez mil pessoas que estão interagindo com a rádio todos os dias. Você imagina se eles dão espaço para nós darmos uma dica de segurança? São dez mil pessoas que vão replicar isso para quantas mais? Isso é importantíssimo! Imaginem só isso, tá ok? Ou seja, eu atuo no ambiente e atuo na vítima porque o criminoso nós não conhecemos. Ele não tem cara, como já dizia Cesare Lombroso.

Bom, qual é o nosso problema, pra gente pensar nessa questão? De que forma alinhar pontualmente a atual política de segurança pública com as estratégias do policiamento orientado para o problema e a polícia comunitária? Como é que a gente faz isso? Não tem muita receita, não. Então, aproveitando aí o triângulo do crime, o que a gente imagina? Policiamento: ação de presença, estar no maior número de locais

ao mesmo tempo, porque nós somos assim, não tem jeito: polícia existe para proteger a população. Não adianta nós acharmos que não. Mas alguém poderia fazer esse serviço? Não, é nosso. Não tem jeito. Se nós pegarmos a nossa Constituição... A gente fala muito do artigo 144, mas o capítulo que nos coloca ali nos dá o quê? Nós servimos para proteger o Estado Democrático de Direito. Não existe sociedade democrática sem polícia. É função nossa. Então, quando a gente fala em policiamento, ação de presença: estar no maior número de locais ao mesmo tempo e estar nos lugares certos. Palavras aqui do Fernando: “Você não pode combater, atacar aquilo que você não mede”, por isso da importância. E aqui fica a questão, de que nós não podemos simplesmente, por meio de um WhatsApp, por meio de uma mensagem no Twitter, direcionar policiamento. Eu preciso de registro. É burocrático, sim. É burocrático. Mas assim como tem a pessoa que levemente liga para denunciar um farol que não está quebrado, eu não posso deslocar o policiamento para algo que eu não mensurei. Por isso que não é tão simples, mas quando eu estiver ali, devidamente registrado, eu preciso estar no lugar certo. E quando estiver no lugar certo, aí somos nós, é o puxão de orelha nosso. O polícia precisa saber o que está fazendo. Olha o que ele disse aqui na frase dele, lá do Chile, a gente nem combinou: “Policial não sai para rua sem informação. Eu preciso ter a informação”. E informação de crime pra nós é registro de ocorrência — não tem outra alternativa — pra que a gente possa mensurar.

Bom, indo adiante. Nós não podemos, com essas estratégias, afastar a forma tradicional de fazer polícia. O crime está ocorrendo e precisa ser contido, mas não somente com prisões. Se nós fizermos um paralelo, seria o médico de um pronto-socorro. Pronto-socorro: a pessoa entrou lá com ferimento de bala, sangrando. Ele está estancando a hemorragia, mas ele está querendo descobrir a causa. Não adianta você só estancar a hemorragia e não saber a causa, mas também não adianta ficar só na causa e esquecer os efeitos. “Poxa, descobri. Isso aqui foi um tiro de 38”, mas o cara morreu. Não adiantou nada. Então nós precisamos conhecer os nossos problemas para depois sabermos como agir.

Bom, e aí, eu vi hoje, já em duas oportunidades, né, a questão da confiança — e isso é importante. Você [Daniela Florenzano] tem razão —: como é que a gente busca essa percepção de senso de confiança? Primeiro, saber os anseios do público-alvo: você conversar com as pessoas. Debates como esses aqui são riquíssimos e nós não temos que [vir] aqui

ouvir aquilo que nós queremos. Nós temos que ouvir aquilo que nós até não queremos ouvir. Por quê? Eu preciso ouvir o anseio de quem sofre o problema. Depois eu procuro o quê? Atender a expectativa do público alvo. Você só gera confiança assim. Você conversa com quem tá sofrendo o problema e você vai procurar atender os problemas, porque o problema de crime não é só de polícia. Eu costumo dizer no meu Batalhão — e com três mil km de rodovias, 71 municípios, sistema Anchieta-Imigrantes, todo o litoral sul, norte —, sempre: a solução mais simples é de polícia. Salário de três mil e pouco reais por mês e uma viatura, a mais simples; dois policiais, uma viatura. Vai custar quanto isso? Quase que nada. Se fosse assim, nós estaríamos resolvendo os problemas.

Eu vou para a reunião desse jeito, só que eu costumo falar com as pessoas: “Olha, existem outros atores que precisam estar junto comigo. Eu vou estar. Vocês vêm comigo?” Aí começam as discussões. Estava hoje numa banca de doutorado de um major do Maranhão e lá eles implantaram a unidade de apoio ao cidadão, que seria a UPP [Unidade de Polícia Pacificadora] do Rio de Janeiro. Fracassou em quatro anos. Era uma plataforma de um governo, [que] foi embora. Foi todo mundo embora. Ficou quem? A Polícia Militar. Rio de Janeiro, UPP. Todo mundo foi embora e quem é que ficou? A Polícia Militar. Aí não tem jeito. Aí fica a polícia fazendo casamento solidário, a polícia entregando cesta básica, a polícia indo na escola. E o outro, o restante do poder público? Não tem jeito. A conta não vai fechar nunca, tá ok?

Mas vamos adiante: procurar atender às expectativas do público-alvo e, depois que eu sei disso, para ter confiança, eu tenho que dar pronta resposta. Foi o que ela disse aqui: a pessoa entra na nossa página, fala comigo e eu não respondo. Aí eu dou uma nota. O pessoal lá no meu batalhão sabe: jornalista, não adianta mandar uma nota para ele com três ou quatro páginas; ele não tem tempo de ler. Tem tempo? Não tem. É rápido, a informação é rápida e precisa. Se eu não consigo dar informação rápida e precisa, vá marcar pauta com ele. Então, pronta resposta e aí — gente, o slide está pequeno, mas depois eu acesso para vocês. Como é que eu vou dar essa pronta resposta? Polícia comunitária. Não tem jeito. Conseg [Conselho Comunitário de Segurança], Associação Amigos de Bairro, núcleo de ação local, comunidade organizada, imprensa... Você vai trabalhar com essas pessoas.

E hoje, a gente falando em prevenção social... E eu gostei muito quando eu vi aqui o Fernando fazendo a exposição, porque quando eu

trabalhei no meu CSP, eu saí dessa questão da política criminal, policiamento preventivo. Nós temos que trabalhar com a prevenção social. O que é prevenção social? Existe uma sigla em inglês que foi aportuguesada, a sigla em inglês é SARA e foi aportuguesada para IARA, que ela está relacionada ao policiamento orientado para o problema. É uma prevenção social. Você identifica o problema, depois você analisa as consequências do problema no local, depois você dar uma resposta criativa — foi aí que surgiu o Vizinhança Solidária —, e depois você avalia os resultados.

Porque nós falamos muito em ação comunitária, mas ação comunitária envolve duas questões: você tem primeiro a aproximação, que é para gerar confiança, e depois tem ação de polícia. O que adiantou? Eu ouvi a sociedade, sei que o problema está lá. Por que você não combate? Alguns dá para combater, outros não dá, mas eu preciso ouvir a população. E acreditem vocês: uma vez ouvindo a sociedade e dando a ela a resposta que ela merece, nós vamos obter resultados importantes.

O Vizinhança Solidária nasceu de uma necessidade nossa lá na 1ª Cia do 41º Batalhão: 15 bairros, área central de Santo André, bairros de classe alta, área comercial. Nasceu de uma necessidade. E aí essa necessidade hoje se estendeu para o estado: são mais de 150 companhias que trabalham com Vizinhança Solidária. Tem um problema, o Vizinhança Solidária hoje? Nós já começamos a mensurar. Conversava com o Coronel Homero, comandante aqui da região do [CPA – Comando de Policiamento de Área/Metropolitano] M-3 — essa parte da zona norte [onde foi realizado o evento] —, e o Coronel Homero me passava o seguinte: ele implantou o Vizinhança Solidária aqui em todos os batalhões. Qual é o grande problema hoje que temos com o Vizinhança Solidária? Estabeleceu-se uma relação de confiança tão grande que a população hoje já não registra mais ocorrência porque hoje ela tem a pronta resposta da polícia, e isso não é bom para nós, porque a gente fica com aquela falsa percepção de que tá tudo bom, tá tudo mil maravilhas. Então já é uma outra questão que a gente hoje precisa enfrentar: as pessoas trouxeram a ferramenta, veio a pronta resposta, o policiamento presente, mas o crime ainda ocorre porque tem diversos fatores, e hoje a pessoa já não registra mais ocorrência. São os problemas do WhatsApp. Então hoje você dá uma mensagem aqui e daqui a pouco isso tá no mundo, e a pessoa não se sente mais à vontade ou não tem mais a ideia de registrar ocorrência, até mesmo pela burocracia, como aqui já comentaram.

Bom, eu criei um conceito que a gente adaptou da defesa civil, um conceito da medicina sobre prevenção primária: conjunto de posturas ou iniciativas pessoais adotadas pelo cidadão, objetivando não ser vítima de crime. Isso é um conceito puro que nós extraímos da nossa Constituição Federal, no nosso artigo 144, que segurança pública, além de ser um dever do Estado, é uma responsabilidade de todos, ou seja: Polícia Militar não tem cliente, nem aqui [e] com certeza não tem no Chile. Quem tem cliente é banco. Polícia Militar tem um coprodutor. O cidadão é um coprodutor. Ele atua em conjunto conosco. Por isso que eu tenho que ouvi-lo e, quando eu ouvi-lo, eu tenho que ajustar as suas expectativas.

Bom, e aí né, isso tudo tá aqui na Constituição, por isso que eu trabalho com a questão da prevenção social. Veja que o que eu estou falando aqui está atrelado lá na nossa Constituição Federal, artigo 5º, artigo 6º, a questão que eu passei agora de que nós não temos clientes. Investir em segurança pública é investir em qualidade de vida. Não pode ser tido como um incômodo. Busco essa interação social. Eu costumo trazer que esses entes, [pois] eles fazem parte dessa corrente da segurança pública. Coronel Giraldi já foi embora, mas na minha monografia do CAO [Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais], eu faço referência ao Coronel Giraldi. [Ele] fala que a segurança pública é uma corrente com vários elos, e veja que a Polícia Militar é um dos elos da corrente, mas temos diversos outros elos que poderiam e deveriam fazer sua parte. Eu comandeiei companhia, Carolina, por cinco anos. Toda reunião eu convidava o juiz e o promotor, [mas eles] nunca foram. Eles entendem que não fazem parte da segurança pública e hoje a gente tem um problema terrível. Eu queria saudar aqui meu aluno, o Ângelo. Obrigado, Ângelo, pela sua presença. Estou orientando três alunos esse semestre com TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, sobre audiência de custódia. Eu sempre falo para ele assim: audiência de custódia no aspecto da segurança pública é péssimo porque você prende o camarada hoje, ele sai amanhã e vai roubar de novo. Aí esse é um problema sério. Semana passada estava São José dos Campos conversando, [e] a Coronel Nikoluk apresentando um processo lá na região do Vale do Paraíba: um menor apreendido 78 vezes em Taubaté. 78 vezes. Vai fazer o que com esse camarada? E o cara vai cometer crime.

Eu só vou passar rapidamente, só para gente falar aqui e aí já entro na Vizinhança Solidária, mas não tinha como falar de Vizinhança Solidária se nós não falarmos dessa estratégia que é o policiamento. Hoje

é uma diretriz da instituição. Eu fui convidado à época, em 2012, pelo nosso comandante geral, Coronel PM Roberval, que comandou o [CPA] M-6 para que nós implantássemos o Vizinhança Solidária em âmbito da PM, e lá criou-se um grupo de trabalho [que] resultou nessa diretriz. Ou seja, começou assim em Santo André, assim no Itaim. Esse era um projeto que a FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] queria patrocinar e, ao final, hoje essa é a materialização do programa no estado de São Paulo.

A gente tem, [da] época, algumas mensagens [de] quando o programa começou a crescer em âmbito de estado, o que ele havia dado de resultados. Então a pessoa começava a implantar, fazia a mensuração e diminuía-se, assim, os indicadores criminais naquela região.

Bom, qual é a área de atuação do Vizinhança Solidária? Inicialmente, uma área residencial, área de condomínios e estabelecimentos comerciais. Ainda estabelecimento comercial — quem for fazer TCC aí ano que vem pode fazer sobre Vizinhança Solidária, porque todo ano tem dois ou três alunos que escrevem sobre isso e me consultam. Tá faltando fechar o ciclo do estabelecimento comercial. Isso é um *case* de sucesso que tem em Londres. A PM, no caso a polícia, vai até o local, analisa a vulnerabilidade do local e apresenta uma série de sugestões. A partir do momento que o empresário, o comerciante acata aqueles pontos de vulnerabilidade, ele faz parte ali do Vizinhança Solidária, mas a gente tem hoje, no estado de São Paulo, focado muito para área residencial e área de condomínios.

O Vizinhança Solidária, como nós falamos, é uma filosofia? Não, é uma ferramenta da polícia comunitária, é um braço da polícia comunitária. Por que a gente pensou no Vizinhança Solidária? Porque hoje nós vivemos um momento de intolerância social muito grande. Nós vivemos numa sociedade do espetáculo: tudo muito bonito, tudo muito maravilhoso, mas na prática não é assim. Então nós precisamos fazer com que as pessoas interajam mais umas com as outras, que é resgatar o sentimento de pertencimento social. “Roubaram a casa de fulano na rua. Ainda bem que não foi a minha.” Mas pode ser, então você tem que participar disso. O que é que eu posso fazer [de] diferente?

Rapidamente, o que faz a Polícia Militar, já que o programa é hoje institucional? Ele escolhe os locais para fixação das placas. Porque é o capitão, comandante de companhia, menor célula policial que nós temos na nossa estrutura, que faz o diagnóstico dos indicadores criminais.

Vejam que é exatamente o que o Chile faz: é aquela setorização, o que o capitão faz todos os dias, por isso a importância de registrar ocorrência. Ele identifica o quê? As lideranças comunitárias. Você tem que identificar alguém que está predisposto a transmitir esse sentimento de pertencimento a alguém. Depois, vai proferir palestras de prevenção. Policial Militar é professor por natureza. É uma função social. Você tem que ir lá dá dicas de segurança pras pessoas. Depois, vai promover reuniões de mobilização comunitária. Você chama lá, envolve os Consegs, envolve as associações de bairros e assim por diante. Visita os tutores. Então tem lá o tutor que é o responsável pelo programa naquela região. E vai fazendo a mensuração de área daquela região. Tem uma moça do Conseg Leopoldina, a Carla Baldineti; quando ela implantou o Vizinhança Solidária na área do 4º Batalhão, [eram] mais de 40 ruas com visita solidária. Palavras do então Tenente-Coronel Pereira: mais de dois anos sem registro de ocorrências em mais de 70% da região, ou seja, deu resultado. A população ficou mais atenta.

O que faz o tutor ou esse líder comunitário? É algo muito simples. Use a sua criatividade, tenha o contato dos seus vizinhos, saiba onde fica a unidade da Polícia Militar, porque as pessoas não sabem o que é a Polícia Militar. Comunique qualquer atitude suspeita à polícia, participe das reuniões de Conseg, zele pela conservação das placas e hoje, né, crie grupos entre vizinhos. Por que não ter os seus grupos de WhatsApp? Mas lembre-se sempre: não é pra que isso substitua o 190. A emergência tem que ser 190. Isso são coisas de zeladoria, como bem fala o nosso Coronel Camilo, deputado estadual. Zeladoria urbana. Eu não posso substituir o Estado por isso. O Estado somos nós: Polícia Militar, 190. O Estado é a Polícia Civil no registro da ocorrência, tá ok?

Bom, eu não vou me alongar mais. Aqui, só uns exemplos. Eu vou pro final aqui, apenas para deixar os meus contatos. A questão aqui do Vizinhança Solidária, pra que ele seja eficaz, eu preciso ter: a placa, que vai fortalecer o nome; a escolha dos locais, é um conjunto; Polícia Militar e Conseg; a escolha do tutor. Aí eu tenho que ter essa sinergia: a Polícia Militar, o tutor e o Conseg. E aqui está o meu telefone, meu e-mail. Se quiserem esta apresentação, ela está à disposição. Pense grande: se você pode sonhar, você pode fazer. Eu não tinha esta ideia quando nós implantamos o Vizinhança Solidária na 1ª Cia do 41º Batalhão, e hoje são mais de 150 companhias no estado. Obrigado. Mais uma vez, obrigado, Carolina.



Esta obra foi composta em Minion Pro e Bebas Neue
no formato 14 x 21 cm, mancha de 10,5 x 18,5 cm
A impressão se fez sobre papel Polen 80g,
capa em Duplex 250g, no verão de 2019
para a Editora Biografia.

O presente trabalho é resultado de reflexões iniciadas em meados do ano de 2016, quando oficiais do Departamento de Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) e pesquisadores do Instituto Sou da Paz decidiram trabalhar na realização de um seminário internacional que pudesse reunir atores da segurança pública, além de pesquisadores e representantes de setores civis, para formularem questões comuns aos estudos realizados por essas duas instituições de ensino e pesquisa.

Realização:



ISBN: 978-85-62575-70-9

